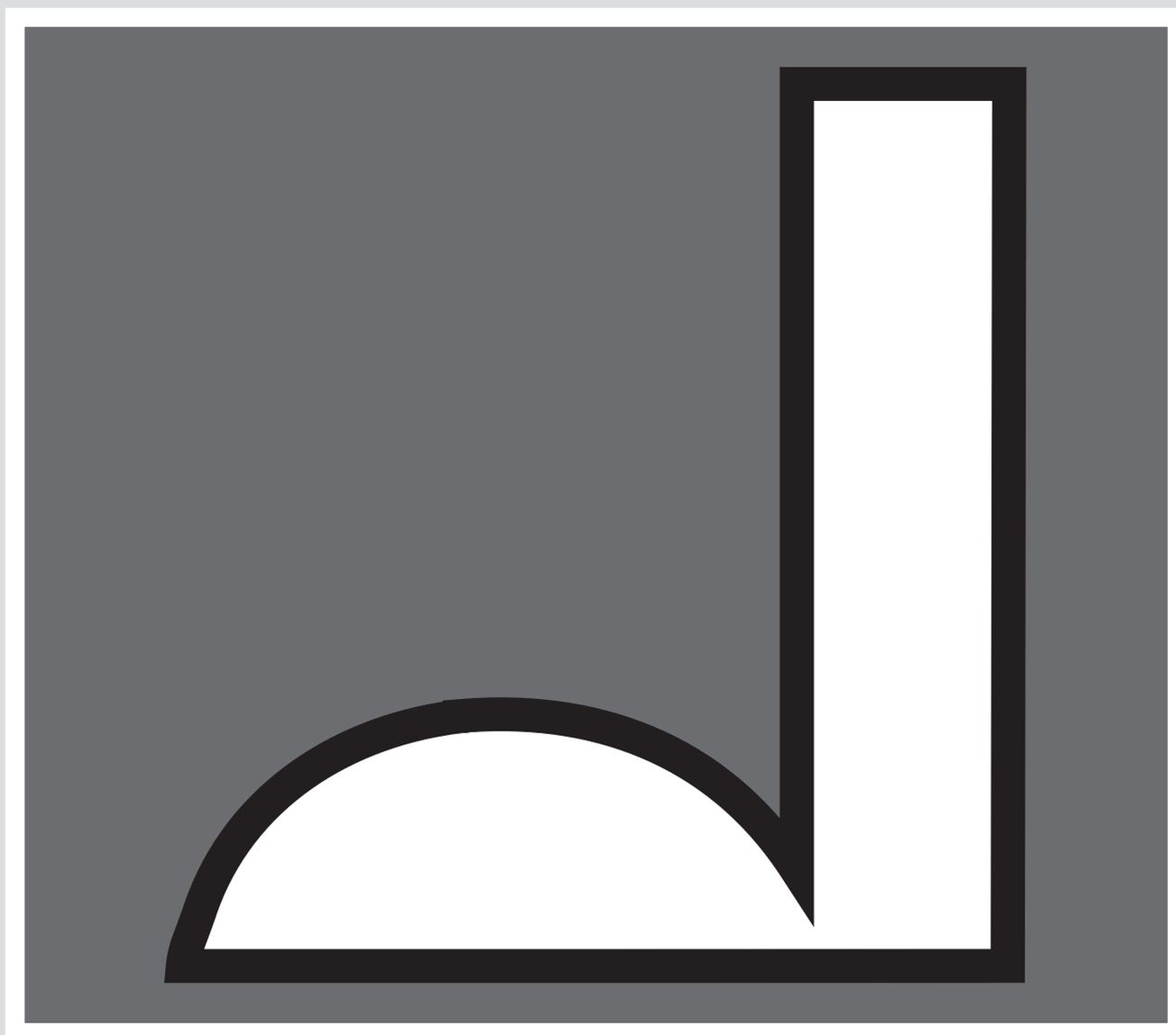




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 066 - SÁBADO, 12 DE MAIO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Lúcia Vânia
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 20	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO PFL – 17
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO PFL
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 11	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 12
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 5	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias ⁽¹⁾
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Exedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres		Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

⁽¹⁾ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 68ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE MAIO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESARENKO – Louvor ao Supremo Tribunal Federal pela realização de audiência pública visando debater o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas. Destaque para a passagem do aniversário do Estado de Mato Grosso, que completou 259 anos de fundação, em 9 de maio. Homenagens às mulheres brasileiras. Registro de visita realizada ao Município de Rondonópolis – MT, no último dia 28 de abril..... 14231

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Saudação a todas as mulheres pelo Dia das Mães, que se comemora no próximo domingo. Defesa do Estado laico. Considerações sobre a Lei Kandir..... 14235

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Registro da participação de S. Ex^a na instalação do Parlamento do Mercosul, realizado em Montevideu, Uruguai. Análise da relação entre o Brasil e a Bolívia, destacando o acordo firmado em torno da Petrobras. 14239

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre a relação Brasil-Bolívia. Homenagem às mães brasileiras pela passagem do Dia das Mães. 14247

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Homenagens às mães pelo transcurso, neste domingo, do Dia das Mães. Transcrição de relatório sobre missão desempenhada por S. Exa. na instalação do Parlamento do Mercosul. Preocupação com questões relacionadas ao consumo do álcool entre a juventude brasileira..... 14251

SENADOR MÃO SANTA – Homenagens às mães. A importância da Igreja Católica. 14254

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da emoção com a presença do Papa Bento XVI no Brasil. Desejo do fim da violência doméstica, a propósito do Dia das Mães. Equívocos da política externa terceiro-mundista brasileira..... 14257

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupação com o bloqueio da BR-226 pelos índios Guajajaras, que ameaçam destruir torres de transmissão e energia elétrica, o que provocará um apagão em todo o Estado do Maranhão e outros estados do Norte e Nordeste do País. Suspensão da construção hidroelétrica de Estreito, no Maranhão. Saudação às mães brasileiras pelo transcurso, neste domingo, do Dia das Mães..... 14261

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 6, de 2007, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços. *Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, à matéria.* 14263

Término do prazo ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera o art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. 14263

Término do prazo ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que “institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata” e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regulamenta o § 7º, do art. 226 da Constituição Federal, que trata do

<p>planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”, a fim de garantir efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo-o no rol das atividades básicas do programa de atenção integral à saúde, aprovado terminativamente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.</p> <p>Término do prazo ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o dia 4 de dezembro como o “Dia Nacional do Perito Criminal”, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação.....</p> <p>Término do prazo ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o ano de 2007 como “Ano Nacional Oscar Niemeyer”, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação.</p> <p>Término do prazo ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prever o financiamento pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, de sistemas de investigação, nas modalidades que cita, e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</p> <p>Término do prazo ontem, com apresentação de uma emenda perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.....</p> <p>Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que institui o Programa Disque Idoso.....</p> <p>Recebimento do relatório de conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária Externa criada por meio do Requerimento nº 5, de 2007-CAE, para colher <i>in loco</i> informações sobre o acidente ocorrido na Linha 4 do Metrô de São Paulo.</p>	<p>14263</p> <p>14264</p> <p>14264</p> <p>14264</p> <p>14264</p> <p>14264</p> <p>14265</p> <p>14265</p>	<p>Nº 504, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão do dia 14 de junho do corrente, seja destinado a homenagear os pioneiros da informática no Brasil.....</p> <p>Nº 505, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando licença para desempenhar missão oficial à cidade de Valparaíso – Chile, no período de 15 a 18 do corrente.</p> <p>1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação</p> <p>SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comemoração, no último dia 2 de maio, no Município de Itapiranga, Amazonas, do 13º aniversário da primeira aparição de Nossa Senhora ao vidente Edson Glauber. Posicionamento contrário ao contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para estudos sobre o genoma do Guaraná.</p> <p>SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre o Boletim Informativo da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, referente ao mês de dezembro de 2006.....</p> <p>1.3 – ENCERRAMENTO</p> <p>SENADO FEDERAL</p> <p>2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA</p> <p>3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</p> <p>4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</p> <p>6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</p> <p>7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</p> <p>CONGRESSO NACIONAL</p> <p>10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</p> <p>11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</p> <p>12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</p> <p>13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</p>	<p>14284</p> <p>14284</p> <p>14284</p> <p>14285</p>
---	---	---	---

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Ata da 68ª Sessão Não Deliberativa, em 11 de maio de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Cristovam Buarque e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Consultando a lista de oradores inscritos, chamamos para usar a tribuna a Senadora Serys Slhessarenko, Senadora do Estado de Mato Grosso pelo Partido dos Trabalhadores.

S. Ex^a pode usar o tempo que quiser e pode contar com as bênçãos do nosso santo brasileiro, Frei Galvão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, ainda com as bênçãos do Frei Galvão e todo o tempo que eu quiser, está muito bom.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje falarei, como sempre, do meu Estado de Mato Grosso. Porém, antes falarei especialmente aos senadores que são médicos. Vou fazer um pequeno pronunciamento sobre um tema da maior relevância: a questão da célula-tronco. Alguns vão dizer que se trata de um assunto extemporâneo, que não estão tratando de célula-tronco neste momento; mas estão.

Hoje, no País, a questão da célula-tronco está num momento extremamente importante, e nós já vamos dizer o porquê. Em uma iniciativa inédita em nosso País, o Supremo Tribunal Federal (STF), Senador Mão Santa, que preside esta sessão, realizou uma audiência pública sobre um assunto em julgamento naquele Tribunal, Senadores Heráclito Fortes e Cristovam Buarque. Em nobre iniciativa – que espero se repita com outros temas –, a mais alta Corte do País abriu as portas para mais de 20 especialistas para debater um tema polêmico: o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

Senador Cristovam Buarque, eu não tinha ouvido falar que o Supremo Tribunal Federal deste País fizesse audiências públicas para discutir algo que esteja tra-

mitando por lá. E isso nos alegra muito, porque é um Poder que precisa ouvir a sociedade, o que é importantíssimo fazer. Aqui fazemos audiência pública todos os dias, sobre os mais variados temas. Eu não tinha notícia de que o Supremo tivesse feito. Então, queria louvar a Corte Suprema deste País por essa iniciativa da mais alta relevância, eu não tenho dúvida alguma.

Sr. Presidente, os Ministros decidiram discutir quando a vida humana começa. Ocorre que o Supremo Tribunal Federal deverá julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) que impede a pesquisa com células-tronco de embriões no Brasil.

As pesquisas com células-tronco embrionárias foram aprovadas no Brasil em março de 2005, no âmbito da Lei nº 11.105/05, de Biossegurança. Em maio do mesmo ano, o então Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, entrou no STF com uma ação pedindo que as pesquisas fossem proibidas. Ele alegou que os estudos ferem o direito de embriões, citando um artigo da Constituição Federal.

Sabidamente, o Relator do processo, Ministro Carlos Ayres Britto, resolveu convocar a audiência pública para que o STF possa chegar a um entendimento.

Especialistas fizeram exposições sobre pesquisas com células-tronco embrionárias. Aliás, eu ia até trazer o currículo de Mayana Zatz e também o de Rosália Mendes Otero, o de Lúcia Braga e o de outras pessoas que estão trabalhando nessa área e que, realmente, pelo currículo que têm, nos convencem da importância da questão, da seriedade e da necessidade. Pois bem, segundo a geneticista Mayana Zatz, primeira a falar, há mais de 7 mil doenças genéticas, que atingem, no Brasil, cerca de 5 milhões de pessoas.

“As células-tronco passaram a ser a grande expectativa dos pacientes e da comunidade científica para se pensar em curar, um dia, doenças neurológicas que são incuráveis” – disse a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Rosália Mendes Otero.

“Temos um compromisso importante com a pesquisa. Precisamos dar mais chance às pessoas. Não há segurança de cura, mas, se não estudarmos essas células, nunca vamos saber” – afirmou a neurocientista Lúcia Braga, da Rede Sarah de Hospitais.

No dia 15 de julho de 2004, fiz aqui desta tribuna um pronunciamento sobre células-tronco, e pela atualidade e, principalmente, pela brilhante iniciativa do Supremo Tribunal Federal de nosso País de fazer essa audiência pública sobre o assunto é que considero oportuno tecer mais alguns comentários a respeito.

Primeiramente, em meu entendimento, o que é célula-tronco? É um tipo de célula que pode diferenciar-se e constituir diferentes tecidos no organismo. Esta é uma capacidade especial, porque as demais células geralmente só podem fazer parte de um tecido específico. Por exemplo: células da pele só podem constituir a pele. Outra capacidade especial das células-tronco é a auto-replicação, ou seja, elas podem gerar cópias idênticas de si mesmas. Por causa dessas duas capacidades, as células-tronco são objeto de intensas pesquisas hoje, pois poderiam, no futuro, funcionar como células substitutas em tecidos lesionados ou doentes, como nos casos de Alzheimer, Parkinson e doenças neuromusculares em geral, ou ainda no lugar de células que o organismo deixa de produzir por alguma deficiência, como no caso de diabetes.

As células-tronco funcionam como coringa, ou seja, teriam a função de ajudar no reparo de uma lesão. As células-tronco da medula óssea, especialmente, têm uma função importante: regenerar o sangue, porque as células sanguíneas se renovam constantemente.

Não existe, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, nada de antiético nesta defesa. O que existe é o objetivo claro de salvar vidas, de melhorar perspectivas dos que não têm esperança. Aquela Corte, tão acostumada a desafios de inovar, saberá decidir essa questão com certeza. Mas, como Senadora da República, como cidadã e principalmente como mãe e avó, devo alertar e me posicionar: proibir a pesquisa de células-tronco é um erro. Foi com essa convicção que defendi e votei favoravelmente pela liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias para fins terapêuticos no Brasil.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar a grandiosidade que foi essa iniciativa da Corte Suprema do nosso País, de abrir uma audiência pública para discutir realmente com quem entende da área, com a população que realmente sabe o que significa célula-tronco e para que fim deve servir. O que não podemos é dizer que isso é um erro e que isso não deve existir. Todas essas posturas fechadas, por meio da história do mundo e da humanidade, sempre, um dia, foram desveladas e foi dito sobre elas que não era nada daquilo que estavam pensando. Por isso, vamos discutir com a seriedade necessária.

É essa a postura que a Corte Suprema do nosso País vem tomando. E, por isso, precisávamos registrar

na tribuna do Senado da República a grandiosidade dessa iniciativa.

Como eu disse aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vou usar este tempo – e não vou me alongar muito – para falar, mais especificamente, do meu Estado de Mato Grosso, que fez aniversário, completando 259 anos. E vou contar um pouco da história desse Estado, porque é muito importante.

A criação da Capitania de Mato Grosso representou, para o Governo português, um marco na ocupação do território sul-americano além Tordesilhas. Por esse tratado, assinado entre Portugal e Espanha em 7 de junho de 1494, o território de Mato Grosso pertencia à Espanha. Após o avanço da conquista do território, competindo com as investidas espanholas e sendo atraídos pela descoberta do ouro, bandeirantes e aventureiros aceleraram o povoamento. Assim, Portugal expandiu seus domínios e criou a Capitania de Matogrosso em 9 de maio de 1748.

Nosso Estado, Srs. Senadores, tem uma interessante peculiaridade, que talvez poucos brasileiros saibam: Mato Grosso, independente de São Paulo, surgiu 29 anos após a fundação de Cuiabá, ocorrida em 1719. Dessa forma, pode-se considerar que, oficialmente, a capital do meu Estado, curiosamente, é bem mais velha que o seu próprio Estado. A capital é mais velha que o Estado.

Apesar de não ter nascido em Mato Grosso, sou mato-grossense de coração, de alma, e minha vida foi dedicada a esse Estado, primeiro, ajudando a educar os filhos dessa terra, como professora da Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos, e lutando para garantir, agora, o desenvolvimento e melhora da qualidade de vida de nossa população.

Um Estado de tamanha beleza, exuberância natural, com sua complexidade de vegetação, unindo três dos mais maravilhosos ecossistemas do planeta: a floresta amazônica, o pantanal e o cerrado. As belezas de Curvelândia e Nobres – que poucos conhecem, mas que, se depender dos meus esforços, em breve, serão grandes destinos turísticos – somam-se à magnitude da Chapada dos Guimarães, de Cáceres, da histórica Vila Bela da Santíssima Trindade – nossa primeira capital –, do exótico Parque do Xingu, que é lar de nossas importantes comunidades indígenas, e a tantas outras maravilhas que o tempo não me permite elencar.

Além de suas belezas, é terra de gente aguerrida e valente, que entrou para a História de nosso País como o grande Marechal Rondon, que homenageamos há poucos dias, e Tereza de Benguela, para citar só dois.

Vou aproveitar a oportunidade e fazer uma homenagem a Mato Grosso e sua gente através da exaltação à memória da Rainha Negra do Pantanal, Tereza de Benguela, que viveu no século XVIII e reinou no Quilombo do Quariterê, que deu origem à nossa primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade. Quando seu marido, José Piolho, morreu, Tereza de Benguela assumiu o comando desse importante centro de resistência à escravidão. Revelou-se uma líder ainda mais implacável e obstinada. Valente guerreira, ela comandou uma comunidade de três mil pessoas, organizando-a com tamanha competência que seu reino contava até, Sr. Presidente, com um parlamento. O quilombo cresceu tanto ao seu comando que agregou índios bolivianos e brasileiros, o que incomodou muito a Coroa, que ordenou a destruição do quilombo e a prisão da rainha Teresa de Benguela, que, presa, preferiu a morte a perder a liberdade.

Nossa rainha negra foi negligenciada pela história machista que não destaca os feitos femininos, mas não foi esquecida pelo povo mato-grossense, tendo sua memória sempre viva, símbolo da força e obstinação de nosso povo.

Meu abraço carinhoso ao querido povo do meu Estado, que ajuda a construir, dia-a-dia, o nosso Mato Grosso cada vez maior e melhor.

Aproveito que estou falando do meu Estado para saudar todas as mães mato-grossenses e as mães brasileiras, mulheres de luta, mulheres guerreiras, que hoje ajudam a tomar conta da família como um todo e não só nas lides de casa. Ser mulher e cuidar das lides domésticas é muito trabalho, sim. Infelizmente, hoje ainda ouvimos algumas pessoas dizerem que a mulher que cuida dos afazeres da casa não trabalha. É uma enorme injustiça usar essa frase contra uma mulher.

As mulheres trabalham muito, sim, nas lides da casa. Aliás, às vezes muito mais do que nós, mulheres que trabalhamos fora de casa. As mulheres hoje assumiram um papel na sociedade que antes não lhes era dado ou oportunizado. Há um século, nós, mulheres, não tínhamos direito à instrução, a trabalhar fora, não podíamos votar, etc. Hoje, já temos esses direitos conquistados. Só que a dupla, tripla, quádrupla jornada se apresentou para nós.

E aí faço um apelo aos companheiros homens, aos nossos queridos filhos: que sejam solidários e fraternos conosco e que nos dêem, Sr. Presidente, o presente que queremos este ano de nossos filhos, de nossos companheiros, dos homens do nosso Brasil: que eles realmente reconheçam a igualdade de direitos entre homens e mulheres e que, efetivamente, em ações concretas, mostrem isso para nós. Em nossas

profissões, nossos companheiros de trabalho; na família, mostrem que, se a mulher saiu para ajudar a trazer o pão nosso de cada dia para dentro de casa, se saiu para ajudar financeiramente, que os companheiros homens venham para dentro de casa também nos ajudar nas lides domésticas, nos momentos em que for necessário. Que isto seja o presente que buscamos: o respeito à igualdade de direitos e ações e posturas concretas de que estão realmente contribuindo para que nossos direitos se tornem cada vez mais iguais.

Concedo aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Serys, fico feliz por ouvir V. Ex^a pedir esse presente, porque não é um presente apenas para uma mãe, uma mulher, mas para o Brasil inteiro.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Certamente.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Nós precisamos, sim, quebrar essa nova forma de machismo, que permite que a mulher tenha sua liberdade, mas cobra um alto preço por ela. Permite que a mulher vá trabalhar, o que a geração anterior não permitia, mas exige que ela continue trabalhando em casa, sem dividir o trabalho com seu companheiro, filhos e filhas. Creio que, se há algo cuja mentalidade precisamos mudar e, ao mesmo tempo, refiro-me à proteção da natureza, de que a senhora é uma grande defensora aqui como representante do seu Estado, se precisamos mudar a forma como nos relacionamos com a natureza, respeitando a ecologia, precisamos também quebrar uma visão tradicional antiga, mudando a mentalidade machista que predomina na imensa maioria dos homens, que começa desde que são pequeninhos na relação com suas colegas na escola. Então, felicito V. Ex^a por não estar pedindo um presente pessoal, mas para todas as mulheres. Seria um presente para o Brasil também, e os homens se beneficiariam com isso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Grandemente.

Às vezes, as pessoas falam que defendo tanto as mulheres que posso estar separando os homens. Respondo que não. Ao contrário, no dia em que conseguirmos construir essa igualdade, Senador, com certeza, todos seremos mais felizes, porque nós amamos de paixão os nossos companheiros homens, nós amamos os nossos filhos. Então, só queremos ser respeitadas e ter direitos absolutamente iguais.

V. Ex^a menciona a questão das crianças desde pequeninas na escola e na família. A violência doméstica é um grande problema por causa das nossas criancinhas, porque às vezes um menino vê a mãe ou a irmã ser agredida, levar um empurrão, um ato qual-

quer de humilhação – uma palavra mal colocada é um ato de humilhação; mandar que se cale, ou qualquer coisa assim, é um ato de humilhação contra a mulher; o homem, por achar que, pelo poder da força, pode ser superior à mulher, humilha e maltrata a mulher. Quer dizer, um menino pequenininho que vê essa situação cresce achando que pode fazer isso também. E aí a coisa se perpetua e vira o que é hoje, uma questão cultural. “Já que sempre foi assim, por que não pode continuar sendo?” Precisamos romper esse tipo de comportamento.

Já finalizando, vou falar rapidamente, Sr. Presidente – V. Ex^a me permitiu falar pelo tempo que eu quisesse e estou abusando, desculpe-me –, sobre a minha ida, no dia 28 de abril, ao Município de Rondonópolis, região sul do meu Estado de Mato Grosso, a 210 km de Cuiabá. Lá participei, juntamente com toda a Administração Municipal, do projeto do mutirão deste ano na área urbana da região do Jardim Iguaçu. As salas de aula da escola municipal Rosalino Antônio da Silva deram espaço para o atendimento de educação, saúde e assistência social para moradores da região em torno da escola.

Faço essas colocações aqui, específicas de uma região do meu Estado, mas acredito que são importantes para todas as prefeituras. Sei que muitos já têm esse tipo de procedimento, mas é importante que isso se espalhe o máximo possível pelos nossos municípios.

Na condição de Senadora da República, trabalho aqui em Brasília para conseguir recursos para os municípios do meu Estado e valorizo muito, Sr^s e Srs. Senadores, iniciativas como essas de que participei no Município de Rondonópolis. São iniciativas que partem diretamente da população.

Na região do Jardim Iguaçu, estavam presentes representantes de todas as secretarias municipais, atendendo a população, tirando dúvidas, fazendo encaminhamentos para programas sociais e de saúde, coleta de material para exames médicos, exames preventivos, exames clínicos de mama, oficina de sexo seguro, teste de glicemia, emissão do cartão do SUS e outros serviços mais.

A Secretaria de Promoção e Assistência Social fez corte de cabelo, informou sobre o Bolsa Família, isenção de IPTU e cursos oferecidos gratuitamente pela Prefeitura. A Secretaria de Meio Ambiente coordenou o trabalho da patrulha ambiental, com alunos da escola, que fiscalizaram e conscientizaram as pessoas para a preservação do meio ambiente.

O prefeito Adilton Sachetti – não é do meu Partido; alguns poderão pensar que estou fazendo propaganda de S. Ex^a; seus Secretários; o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Ananias Martins; o ex-Presidente, Vere-

ador Mohamed Zaher; todos os vereadores e as lideranças comunitárias estão de parabéns. Entendo que esta é uma bela parceria para aplicação dos recursos arrecadados da população.

Destacou-se algo que foi lindíssimo, a que eu assisti: a participação do coral da terceira idade, cantando, declamando, falando das coisas da localidade.

Nesse mesmo dia, após participar de todos esses eventos, a partir das 10 horas, coordenei, como Presidente Estadual do Partido dos Trabalhadores, o Encontro da Região Sul, que foi realizado na Câmara Municipal da cidade de Rondonópolis.

No encontro, que contou com a presença de 8 Municípios e 56 pessoas, discutimos o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal, com ênfase nas ações previstas para Mato Grosso e, em especial, para a região sul do Estado, como a chegada da Ferronorte à Rondonópolis; a duplicação da BR-163 – 364-MT (Rondonópolis/Cuiabá, Cuiabá/Posto Gil) e demais rodovias previstas no Plano de Prioridade de Investimento (PPI), como as BRs 158, 364, 242 e 163. Obras do PAC que têm previsão de investimentos de aproximadamente R\$3,5 bilhões.

O partido, que está revigorado com as novas perspectivas do País, tratou sobre a conjuntura de polícia nacional e estadual, organização partidária e organização do III Congresso do PT.

Nesse encontro, estavam vários vereadores. Como o tempo urge, quero aqui lembrar a todos na pessoa do Vereador Alcides, de Alto Araguaia; companheiras mulheres, guerreiras, lideranças, como Elis e tantas outras; o companheiro Juca, o Baltazar. Enfim, a companheirada que faz a mobilização, a organização e o fortalecimento do nosso partido lá na região sul, concentrado mais em Rondonópolis.

Recebi ainda em audiência diversas lideranças do movimento popular comunitário de diferentes cidades da região e participei ao final, ainda, de uma reunião da Executiva Municipal dos Partidos dos Trabalhadores em Rondonópolis.

Foi, como relatei, um final de semana de muito trabalho, mas essas são participações políticas que dão sentido ao meu mandato de Senadora da República. São as defesas que faço cotidianamente do meio ambiente, da educação, da saúde, da não violência contra a mulher, da não violência contra a criança, entre outros que me revigoram e se apresentam, sempre, como novos desafios.

Sempre que estou na tribuna, eu tenho que falar da questão da mulher e da questão do meio ambiente. Quanto à da mulher, eu digo que é uma questão ampla, uma questão do planeta na busca da construção de direitos iguais, assim como também devem ser amplos

o combate à violência contra mulher e a proteção ao meio ambiente. São duas questões, do meu ponto de vista, da maior relevância, porque delas depende a vida. Do meio ambiente depende a vida, porque preservar o meio ambiente não significa que alguém tenha esse entendimento equivocado: “Ah, estão querendo me prejudicar, porque eu não posso desmatar, porque eu não posso fazer isso, porque eu não posso fazer aquilo” Não. Se você não assegurar a vida ao meio ambiente, a nossa vida é que está comprometida.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys, hoje é dia de Frei Galvão, de paz e de bênçãos. Eu sei que o Congresso é cheio de valorosas Líderes; mas, talvez, V. Ex^a seja a mais forte. Então, eu queria lembrar-lhe, atentai bem, Senadora Serys: *perdonar* é lei cristã. *Perdonar* é o nome de um livro que eu estou lendo, de um freire espanhol. E eu queria dar um conselho a V. Ex^a. Permita-me. Como lembrou Antoine de Saint-Éxupery, a linguagem é fonte de desentendimento. Melhor que vingar é perdoar. V. Ex^a tem de perdoar aquilo. Repito: a linguagem é fonte de desentendimento. V. Ex^a está liderando um processo muito vingativo ao erro humano. *Errar humanum est*. Então, eu queria que V. Ex^a trouxesse, neste Congresso, a paz entre homens e mulheres

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É isso que eu busco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Perdoando os homens e lembrando que a linguagem é fonte de desentendimento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Já estão perdoados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois, é. Então, perdoe o Deputado, pois, como disse Antoine de Saint-Éxupery, a linguagem é fonte de desentendimento.

A SRA. SERYS SKHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não tenho vingança, não!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu sei. V. Ex^a tem amor. Por isso, que me permiti a ousar.

Convidamos para usar da palavra o Senador Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro. V. Ex^a está inscrito como Líder do PRB e, por isso, regimentalmente tem prioridade para usar da palavra por cinco minutos. Todavia, poderá usar da palavra por cinco minutos só para mostrar a sua formação cristã e saudar o líder religioso que hoje é santificado em nosso País.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Telespectadores e Srs. Ouvintes da TV Senado, demais Sr^{as} e Srs. presentes aqui, ao nosso plenário. Inicialmente, gostaria de saudar como o fez, a nossa Senadora Serys Slhessarenko, todas as mulheres deste País, guerreiras, valorosas, que vão ser homenageadas domingo agora, com o Dia das Mães.

É muito interessante que já na primeira página da Bíblia se fala que o homem foi criado ao sexto dia. Não sabemos quando a mulher foi criada. A Bíblia não diz se foi no décimo dia ou se foi dez anos após a criação do homem. Mas há um fato muito interessante de notar é que esse homem, criado no paraíso, era um ser em comunhão com Deus. Hoje vamos à Igreja; naquela época, Deus vinha ao homem no paraíso. Diz a Bíblia que ao cair da tarde Criador e criatura se encontravam.

Mas, mesmo sendo o dono de todo o mundo e tendo o privilégio de ter comunhão com Deus, havia um vazio no coração do homem. Foi por isso que surgiu a célebre frase: “Não é bom que o homem esteja só. Façamos, pois, uma companheira que lhe seja idônea.” E, ao adormecer o homem, Deus lhe tirou da costela nossa mãe Eva. Não tirou dos pés, não tirou da cabeça, tirou da costela, exatamente como um simbolismo de igualdade. Homem e mulher são iguais perante Deus, são iguais perante a lei. Por isso, é extremamente repudiável quando vemos as mulheres ainda agredidas, sofrendo preconceitos e discriminação.

Recentemente, apresentei um projeto nesta Casa para inverter o ônus da prova no caso da paternidade. Porque, pasmem, senhores telespectadores da TV Senado, há três milhões de bebês nascendo no Brasil todos os anos. Um quarto desses bebês não tem pai declarado, ou seja, 750 mil crianças são frutos de momentos de paixão, mas o parceiro masculino não assume a paternidade. Hoje, o Supremo Tribunal Federal consagra na legislação brasileira o que se chama de prova positiva, ou seja, o princípio de que nenhum brasileiro é obrigado a prover prova contra si mesmo. Portanto, os homens não são obrigados a fazer o teste de DNA quando as mulheres alegam que eles são os pais.

Não fazendo o teste de DNA, o processo acaba como tantos outros processos na Justiça: sem solução. De tal maneira que, invertendo o ônus da prova, ao negar-se a fazer o teste de DNA, o juiz pode assumir que aquele homem é o pai. E para provar que não o é, portanto, não apresentando prova contra si, mas para a sua defesa, esse homem fará o teste de DNA. Se for inocente, puna-se a mulher; se for o pai, assumo a paternidade.

A Sra. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT. *Fora do microfone.*) – Muito bem, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, quero também dizer que os católicos do meu País estão hoje em festa pela visita do Papa Bento XVI. Por isso, julgo interessante que se discuta o tema do Estado laico.

Antes da República, todos sabem, no nosso País havia certa confusão. Nós éramos um império. D. Pedro II estava no trono. Todas as tratativas do poder com o povo passam pela Igreja Católica. As pessoas só nasciam se fossem católicas, pois precisavam ser registradas em uma igreja. Só podiam vender ou comprar se fossem católicas, porque não havia cartórios, e os registros eram feitos na igreja. Também só podiam morrer e ser registradas se fossem católicas, porque o atestado de óbito era emitido pela Igreja Católica.

O Senador Cristovam Buarque certamente deve se lembrar do nascimento da escola pública no País. Ela nasce com cartas veementes dos bispos católicos de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo, e até do Papa, chamando a escola pública da escola sem Deus, da escola dos ateus. Nessas cartas, eles pediam aos professores católicos que não ensinassem e aos pais católicos que não mandassem os filhos para a escola pública, porque era escola sem Deus, a escola dos ateus.

O tempo passou, essa confusão acabou e hoje o Estado é laico, o que é uma vitória da cidadania brasileira para todos nós que o Presidente Lula também reafirma em seu diálogo com o Papa.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, ainda temos uma dívida imensa a pagar com a escola pública brasileira, que nasceu acanhada e sob forte tiroteio nos idos de 1889, com a Proclamação da República. Mas, hoje, temos o Estado laico consagrado e, como parece, será assim.

A SRA. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Ouço, com muito prazer, a brilhante oradora que me antecedeu, a Senadora Serys.

A SRA. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Marcelo Crivella, primeiramente, com relação ao teste de DNA, quero dizer que assino embaixo de suas colocações: tem de ser feito e tem de ser assumido. Gostaria também de fazer algumas observações em relação ao momento que o Brasil está vivendo, da visita do Papa, um momento grande para o País, especialmente para a comunidade católica, que está em festa em todos os sentidos – a grandiosidade e a importância deste momento realçam sua religiosidade.

V. Ex^a faz um discurso sobre a importância do Estado laico, que também considero fundamental. Temos de respeitar profundamente todas as religiões, e é óbvio que o Poder Público deve manter e dar sustentação ao Estado laico, o que é exigido pela própria sociedade. Tenho a minha religião, e V. Ex^a tem a sua. Cada um de nós tem o direito de ter a sua religião. Esse direito precisa ser respeitado. Sendo assim, o Estado laico é o que queremos, o que temos e o que devemos manter permanentemente. Cada um tem o direito de ter sua profissão de fé. Obrigada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu é que agradeço.

Ouçõ, com muita alegria, o Senador Heráclito Fortes do PFL do Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a, sempre lúcido, traz um tema de momento para cá. Acho que o Presidente da República está coberto de razões quando defende o Estado laico, Senadora Serys, só que ele deveria tê-lo defendido antes. Ninguém usou mais a estrutura da Igreja do que o PT nessa caminhada. Quem não se lembra, Senador Cristovam, do PT e da Alca? De onde é que saiu o movimento, manipulado pelo PT, de combate à Alca? Aliás, os manifestantes não sabiam nem do que se tratava. Só lamento que o partido de V. Ex^a só tenha se tornado defensor do Estado laico agora, depois que chegou ao poder.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. *Fora do microfone*) – Sempre foi!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. Não é verdade. Não é verdade. Não é verdade. Muitas lideranças de V. Ex^a eram freqüentadoras...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. *Fora do microfone*) – V. Ex^a está confundindo as coisas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, não estou confundindo. Aliás, o partido de V. Ex^a, o Governo de V. Ex^a tem sido covarde na discussão do aborto, que envolve o Ministro José Gomes Temporão. Não quero discutir o mérito, Senador Cristovam, colocar-me contra ou a favor da idéia, mas, se o Estado é laico, essa questão não pode ser omitida. E o PT tem sido omissivo: se é contra, que demita o ministro. Não vi ainda ninguém do partido de V. Ex^a fazer, da tribuna, um pronunciamento de apoio ou sequer de protesto contra o ministro. Trata-se de atitude covarde de omissão, porque sabem que é um assunto que divide a opinião pública. Bem faz a Igreja de V. Ex^a, que toma posições e as assume. Daí por que esse Estado laico do Presidente Lula vem tarde. Eu só espero que venha para ficar, que não seja apenas uma tentativa de se aproveitar da temporada papal em solo brasileiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Ouço com muita atenção o nobre Senador e baluarte da educação, mestre de nós todos nesta Casa, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Crivella, fico feliz de vê-lo trazendo esse assunto aqui. Também estou de acordo com a posição do Presidente Lula de que devemos defender o Estado laico, até porque o Brasil é um País de muitas e diversas religiões. O Presidente não pode ser partidário de uma religião, mesmo que ele tenha a sua. Não somos como a Inglaterra, onde a rainha é também a chefe da religião anglicana, ou como no Vaticano, onde o Papa é o Chefe de Estado e o líder religioso. Agora, há um ponto que gostaria de debater e que talvez até mereça um debate bom em nossa Comissão de Educação: uma coisa é ter escolas públicas ensinando catecismo católico, outra, é ter escolas ensinando a história das religiões. Penso que um Estado laico pode conviver com a escola pública ensinando a história das religiões, de todas as religiões. Deve-se ensinar às crianças, por exemplo, o que é o Budismo, religião que tem pouquíssimos adeptos aqui. Ninguém hoje entende o mundo se não souber o que é cada religião. Ler no jornal o que acontece no Iraque é impossível se não se entender a religião muçulmana e suas diversas seitas, seus diversos grupos religiosos. Então, temos de ter sim, e defendo isto, o curso de história das religiões, mesmo nas escolas públicas. O que não pode haver é proselitismo religioso em escola pública.

As igrejas que criem suas próprias escolas católicas, evangélicas, o que for. Ensinar história da religião não é o mesmo que fazer proselitismo religioso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado, Senador.

V. Ex^a faz uma observação interessantíssima. Eu vivi na África dez anos. A África, infelizmente, em sua descolonização, nos idos de 50 ou 60, assumiu um processo de balcanização, porque os líderes revolucionários, jovens líderes revolucionários como Idi Amin Dada, Kamuzu Banda, Robert Gabriel Mugabe, que continua no Zimbábue, José Eduardo, em Angola, todos eles, herdaram da Europa, Senador Cristovam Buarque, talvez a doutrina política mais cruel: a teoria das nacionalidades. Voltaram para a África nos idos de 50 e 60, e a descolonização acabou trazendo uma balcanização, porque cada nação queria ter um Estado.

A África vivia da pecuária e da agricultura. Quem pagaria toda essa despesa de criação de ministérios, de secretarias, de presidentes, de toda uma estrutura? O homem do campo. O homem do campo passou a pagar um preço caro, e as primeiras guerras civis no

continente africano foram guerras entre o produtor de riqueza e o produtor de poder.

Agora, embora os comentaristas geopolíticos relequem isso a pé de página, as guerras são por influência religiosa. Veja, por exemplo, a Namíbia. É uma federação de províncias, mas as do norte obedecem o *Shariah*, leis santas do islamismo indiscutíveis, são a palavra de Deus. Segundo o *Shariah*, não pode haver esse debate que estamos tendo aqui, são leis inegociáveis. Há também o caso da Nigéria, um grande país produtor de petróleo com cento e trinta milhões de habitantes, mas que vive dividido: metade do país obedece às leis civis e criminais votadas no Parlamento, a outra metade obedece às leis do *Shariah*. No país vizinho, Costa do Marfim, é a mesma coisa.

V. Ex^a fala de uma maneira clara e eu concordo que as pessoas realmente precisam conhecer essas coisas, saber do mundo mulçumano, do mundo hindu, do mundo budista, do mundo cristão. Não é escondendo as coisas, Senador, que vamos dar às pessoas um futuro melhor. Aliás, o Paraíso, esse que acabei de citar, era um grande jardim plantado pelas mãos de Deus, mas havia duas árvores com nomes: uma era a Árvore da Vida, a outra, a Árvore do Bem e do Mal. Olha que coisa curiosa: a Árvore do Bem e do Mal. Um pensador logo faz o questionamento: como um jardim plantado pela mão de Deus tem a Árvore do Bem e do Mal? Por que não só a Árvore do Bem? Porque aquele bem e mal foi o que nossa mãe comeu e deu ao nosso pai. E o bem e o mal passaram a estar em nossa natureza. Nascemos com o bem e o mal. E lutamos muito contra o bem e o mal, contra maus sentimentos e maus pensamentos que todos temos. Por que isso? Exatamente por isso que V. Ex^a disse.

Tem importância tomar o caminho do bem, consciente de que ele é melhor do que o mal, é uma escolha própria, madura, decisiva, sem retornos. É uma escolha que mostra, ilumina um caminho para frente. Penso ser esse o princípio da liberdade, da democracia, que a civilização está alcançando.

V. Ex^a tem toda a razão quando diz que é preciso estudar as religiões sem o proselitismo – com o proselitismo, não teríamos mais uma.

Mas, Senadores Cristovam Buarque e Heráclito Fortes, querida Senadora Serys Silhessarenko, eu hoje gostaria de falar aqui de uma coisa rapidamente – não quero tomar muito o tempo de V. Ex^as – que me preocupa. Trata-se desse impacto econômico, que é um problema do bem, mas que vai nos trazer mais à frente alguns contratempos: a imensa vinda de dólares para o País.

Hoje de manhã, estava fazendo a barba, assistindo a um programa na rádio, e ouvi o comentarista

dizendo que, ontem, uma das agências de avaliação de países considerou o Brasil como BB+. Ou seja, agora, os grandes fundos de pensão americanos e europeus poderão – eles têm isso previsto nos seus estatutos – só investir em países com baixo risco – BB+. Então, eles vão investir aqui no País. Virão mais dólares, muito mais dólares. Nós nos lembramos de 97/97, quando tivemos um impacto que foi a grande saída de recursos em moeda nacional por investidores estrangeiros e nacionais por conta, naquela época, do risco Brasil. Um pouquinho antes de o Presidente Lula ganhar, também tivemos aquele choque na economia pela evasão de riquezas, de divisas.

Agora, estamos tendo um choque ao contrário – entrada em excesso de dólares no País –, o que faz com que tenhamos um grande superávit, que venhamos a atrair mais capitais, mas que também tem efeitos colaterais, sobre que eu gostaria de, rapidamente, discutir com os senhores.

Isso toca na Lei Kandir.

A Lei Kandir, de 3 de setembro de 1996, ao regulamentar artigo da Constituição de 1988, isentou a atividade exportadora, inclusive de produtos primários de pagar ICMS. Esse é um imposto estadual que 25% do valor arrecadado é repassado aos Municípios. A lei, então, estabeleceu regras de compensação em que os Estados e Municípios seriam ressarcidos pela União.

Aquela época, a situação econômica mundial e brasileira era distinta. O saldo comercial do Brasil com o exterior era negativo, diferente de hoje, que é extremamente positivo. Estamos com US\$120 bilhões de dólares de reservas. As exportações brasileiras somaram US\$198,3 bilhões no período de 1995/1998. Por seu turno, no mesmo período, o total acumulado das importações alcançou US\$222 bilhões. Tínhamos um déficit de US\$23 bilhões.

Além disso, a onda de crises cambiais que assolou a segunda metade da década de 90 já tinha iniciado. As reservas internacionais brasileiras totalizavam apenas US\$55 bilhões. Os preços dos produtos básicos não eram tão elevados no mercado internacional. Falo aqui de *commodities*: nosso suco de laranja, nossa carne, nossa soja. O País ainda não tinha revelado toda a sua capacidade competitiva em diversos setores de extração e produção de mercadorias básicas.

Agora a situação é outra. O saldo comercial com o exterior é positivo, em 2006, foi de mais de US\$46 bilhões e já soma US\$150, a verdade é essa. O Ministério do Desenvolvimento espera que, com as exportações deste ano, ao final de 2007, tenhamos US\$150 bilhões em superávit na balança comercial. Além disso, estamos vivendo uma onda de calma internacional, isto é, a liquidez é abundante abaixo do Equador, e as

reservas internacionais brasileiras hoje são US\$120 bilhões, mas podem chegar a US\$150 bilhões no final do ano.

Os preços dos produtos básicos estão elevadíssimos no mercado internacional. Os negócios de extração e produção de mercadorias básicas se tornaram muito competitivos no Brasil. O País é o número um em produtividade entre os grandes exportadores de camarão, é o maior exportador de carne, de minério de ferro e de fumo e é o segundo maior exportador de soja. O momento é oportuno, portanto, para que sejam dados incentivos para que a nossa pauta de exportações seja...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Permita-se só lembrar que, regimentalmente, V. Ex^a teria direito a cinco minutos, de acordo como art. 158 do Regimento Interno. V. Ex^a está há vinte minutos na tribuna. Eu gostaria de ouvi-lo vinte horas, como Santo Estevão falou na Bíblia, e não iria jogar pedra, como jogaram nele, eu iria jogar flores. Mas, estão pacientemente esperando os Senadores Heráclito Fortes e Cristovam Buarque.

Mais cinco minutos para V. Ex^a. Em um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– É verdade. Prometo a V. Ex^a que vou concluir em poucos minutos.

Sr. Presidente, o que quero resumir, já que o tempo urge, é que nós agora poderíamos, Senador Heráclito Fortes, em um gesto de generosidade do Governo Federal, tirarmos da Lei Kandir os nossos produtos básicos. Não há sentido nenhum de continuarmos exportando *commodities* com o mercado superaquecido e o preço fixado lá fora, sem pagamento do ICMS, quando nossos estados estão em situação, eu diria, de extrema fragilidade econômica.

É isso, Sr. Presidente, que faço aqui, pedindo ao nosso Governo que leve em consideração uma revisão necessária na legislação sugerida por este projeto que vou apresentar ainda hoje à Mesa desta Casa, considerando que, na industrialização e produção de mercadorias de maior valor agregado, mantemos a Lei Kandir para nos incentivar, mas não naqueles produtos considerados *commodities*. Não há razão nenhuma para incentivarmos esse tipo de exportação.

Estamos exportando, por exemplo, alumínio, que é 90%, 70% da energia, e estamos em dúvida se teremos ou não o apagão. Estamos exportando tanto minério de ferro e, depois, importando produtos manufaturados da China.

Sr. Presidente, também quero incentivar a “desprimarização” da pauta de exportações brasileira. Podemos evitar a manutenção de mega-superávits co-

merciais com o exterior – nós não temos necessidade disso –, e, num equilíbrio fiscal federativo, um modelo gerador de empregos e mais adequado para melhor distribuir a renda.

Sr. Presidente, vou concluir dizendo que, durante esta Legislatura, dois senadores apresentaram projetos semelhantes ao meu, votei favorável, mas eram situações um pouco diferentes. Não tínhamos esse grande superávit comercial que temos hoje e um mercado externo tão aquecido, com os preços de *commodities* subindo. Os países asiáticos estão consumindo cada vez mais tanto soja como minério de ferro, nossos dois principais produtos. É hora de podermos retirar esses incentivos, explorarmos mais nossa indústria de manufaturados, evitarmos com isso grande vinda de dólares para cá, que diminui o valor do real, mas com baixo valor agregado. O minério de ferro, Sr. Presidente, dá um centavo de dólar por cada tonelada, e o Pará reclama muito porque não paga ICMS. Ora, o Pará é um Estado pobre e precisa disso. O mesmo ocorre com o meu Rio de Janeiro, quando exporta petróleo.

De tal maneira, Sr. Presidente, que V. Ex^a me concedeu cinco minutos, mas eu vou terminar em dois. Quero saudar todas as mães. Que Deus abençoe cada uma das senhoras, que seja um domingo muito feliz, com um bom almoço. Aqueles que são evangélicos vão à igreja, aqueles que são católicos vão assistir à missa, mas o Brasil irá se confraternizar, seguramente, ao redor da maior heroína que temos de todos os tempos: nossa mãe.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos, para fazer uso da palavra, de acordo com a inscrição, o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal. Em seguida, está inscrito o Senador pelo Piauí, Heráclito Fortes, pelos Democratas.

Senador Cristovam Buarque, usando o mesmo critério, regimentalmente, V. Ex^a tem o direito de usar a tribuna por quinze minutos, multiplicado por quatro: uma hora. Como eu proroguei, regimentalmente, o tempo daquele que lhe antecedeu – os cinco minutos de que dispunha foram ultrapassados –, então, fique à vontade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Obrigado, Presidente Mão Santa.

Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Heráclito Fortes, que, para mim, é muito oportuno que esteja aqui, pelo assunto que eu quero tratar – na verdade, é um assunto entrando em outro. Primeiro, agradeço ao meu Partido, ao Senador Jefferson Péres, meu Líder, ao Senador Sérgio Zambiasi, ao Senador Renan Calhei-

ros e ao Senado por terem me indicado como um dos nove Senadores que fazem parte do Parlamento do Mercosul. Somos nove Senadores e nove Deputados por cada um dos quatro países, entre os quais a Venezuela, que não é membro-efetivo, mas tem assentos nesse Parlamento, que se reuniu, pela primeira vez, na segunda-feira e na terça-feira de manhã.

Eu vejo até muitas críticas sobre tudo isso, mas quero dizer que fiz, com muita satisfação, o esforço de pegar um avião às 3 horas da madrugada em Porto Alegre, chegar ao centro de Montevideu mais de cinco horas da manhã, para, no outro dia, já ter reunião nossa da bancada brasileira logo de manhã. À tarde desse mesmo dia tivemos reunião da bancada e tomamos posse como Deputados do Mercosul. No outro dia, pela manhã, trabalhamos duro para resolver os primeiros assuntos, criar as comissões que vão elaborar os diversos regimentos, eleger o presidente que ficará até julho e, daí, corremos para o aeroporto para estarmos aqui na quarta-feira de manhã – nós chegamos aqui na madrugada de quarta-feira.

Apesar das críticas pelos gastos que foram feitos, creio que se tivéssemos realizado esse Parlamento do Mercosul anos atrás, Senador Heráclito Fortes e Senador Mão Santa, poderíamos estar evitando alguns problemas na América Latina.

Vi, por exemplo, como não se trataram com muita efusão os deputados representantes da Argentina e os deputados representantes do Uruguai, por causa de um sério conflito – um sério conflito – que existe hoje, por conta da construção de uma fábrica na margem do rio da Prata, do lado do Uruguai, e que, provavelmente, vai poluir uma parte do rio, em se tratando de uma planta química de produção de matéria-prima para a fabricação de papel.

Se o Mercosul Parlamento existisse algum tempo atrás, era bem possível que os parlamentares, parlamentando, tivessem encontrado uma solução para este problema: seja não fazendo a fábrica, seja fazendo com compensações, seja fazendo com proteção ambiental.

Demorou-se a criar o Parlamento. Felizmente, ele está criado.

Em 2010, haverá eleição direta para escolher os deputados do Mercosul. Cada país vai eleger seus deputados com o voto direto e não com a indicação, como eu e os sete colegas do Senado brasileiro fomos escolhidos desta vez. Aí vai haver uma grande legitimidade de diluir conflitos.

É sobre isto que quero falar aqui: o risco que vivemos diante da grave crise que atravessa a Bolívia. Estamos lendo o que acontece na Bolívia do ponto de

vista das relações desse país com a Petrobras, mas é algo muito mais profundo, muito mais profundo.

Hoje parece que foi resolvido o assunto da Petrobras com o Governo boliviano. Hoje de manhã ouvi o Ministro das Minas e Energia dizer que foi um resultado satisfatório para as duas partes. Não vou entrar no juízo se foi ou não satisfatório. Digo, alto e bom som, que fico satisfeito que esse assunto tenha sido resolvido e, sinceramente, parabeno o Governo do Presidente Lula por ter-se comportado com a frieza necessária, porque, em alguns momentos, quando se viu o Presidente Evo Morales e seu governo estatizando as instalações brasileiras, que custaram uma fortuna à Petrobras, muitos quiseram posições firmes, radicais, decisivas, imediatas da parte do Governo brasileiro.

O Itamaraty, cuidadosamente, negociou. A Petrobras, cuidadosamente, negociou. E, juntos, foi possível chegar a um acordo. Fico feliz porque o acordo facilita o Brasil ficar alerta e tentar, em defesa dos interesses brasileiros, ajudar aquele país a resolver a crise que vive.

As informações que tenho, Sr. Presidente, são, sobretudo, graças a uma entidade chamada Arko América Latina, que analisa as relações dos países latino-americanos e a situação de cada um deles. E o que eles me passam é de deixar o Brasil extremamente preocupado. Os grupos da chamada Meia Lua, que é uma parte sul que vai até o oeste da Bolívia, essa parte que é mais rica, essa parte que tem o gás, essa parte está se encaminhando para dar um ultimato, dizendo que, se até agosto, quando terminam os trabalhos da constituinte, a nova constituição não prever um país binacional – uma aliança de dois países, e não de um país só –, se não autorizar autonomia a essa Meia Lua que vai de Tarija até Santa Cruz, eles declarar-se-ão independentes.

Ou seja, as informações que a gente recebe são de que está em andamento um movimento que exige, ou a divisão do país em dois países que se cooperariam, com o mesmo presidente, mas com finanças separadas, com parlamentos, até, separados; ou haveria uma guerra de secessão, porque isso não será conseguido, muito provavelmente, de uma forma pacífica. E tudo indica que a constituição nova não vai aceitar a idéia da binacionalidade, como nós no Brasil não aceitaríamos também, se houvesse pressão de São Paulo, de repente, para fazer com que o Brasil fosse uma Nação em que houvesse o resto e São Paulo.

Dois países ligados, mas não um só país. Quando a constituição for aprovada, não prevendo essa realidade, se for adiante essa decisão da parte rica – que não é só rica; etnicamente há uma diferença grande entre essa parte da planície e a parte do altiplano: até

se falam idiomas diferentes –, se houver a secessão, se declararem, como a informação que eu tive através da Arko América Latina, a existência dessa república que já chamam de República Camba (camba é a maneira como se tratam as pessoas da planície, “os cambas”, enquanto que os do altiplano são “os koyas”), se eles criarem isso, se derem o grito, imaginem o que vai acontecer depois?

É óbvio que o Presidente que foi eleito pela maioria dos bolivianos, que tem o parlamento funcionando, que tem uma estrutura e que tem o exército com ele, não vai deixar essa secessão ser feita à toa. E aí essa parte de baixo diz que já tem, segundo as informações da Arko, quinze mil milicianos prontos para fazer uma guerra, se for preciso, contra o exército. E o exército pode se dividir. E o que vai acontecer? Há um acordo do Governo boliviano com o Governo venezuelano. É óbvio que a Venezuela vai entrar nesse processo, e é claro que a parte do sul os Estados Unidos vão apoiar também. E aí? Como vai ficar o Brasil com uma guerra civil na nossa fronteira? Imaginem o que vai acontecer logo em seguida: duzentos mil, trezentos mil bolivianos fugindo da guerra e vindo em direção ao Brasil? E o que vamos fazer? Vamos virar a Jordânia em relação ao Iraque, o qual hoje tem mais de um milhão de refugiados iraquianos? Vamos receber? Vamos impedir que eles entrem?

As relações e a crise do Governo boliviano com a Petrobras é algo mínimo diante do risco que corremos, Senador Geraldo Mesquita, do que pode acontecer na Bolívia se for adiante esse clima de conflito. E eu falava, Senador Geraldo, da importância do Parlamento do Mercosul. Se hoje houvesse um parlamento latino-americano de fato, com parlamentares inclusive eleitos diretamente, esse assunto da Bolívia estaria sendo tratado. Haveria acordo certamente entre parlamentares venezuelanos, brasileiros, bolivianos, argentinos, uruguaios e poderíamos sair dessa realidade interna da Bolívia numa grande discussão irmanada de todos os povos da América Latina. Daí a importância que eu falava do Parlamento do Mercosul. E só lamento que tenha esperado tanto para ser criado. Se ele já existisse há 10 anos, poderíamos hoje ter resolvido o problema do conflito entre o Uruguai e a Argentina por causa da fábrica que eles estão construindo.

Mas, não há o parlamento latino-americano nesse sentido de representação. Existe uma entidade, mas uma entidade como uma associação. E já que não existe, quero chamar a atenção do Senado, da Comissão de Relações Exteriores, que já tomou a iniciativa de discutir a situação da Bolívia e que ontem fez a primeira audiência, e fará outra na próxima quinta-feira, para que esta Casa não fique alheia.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é de que V. Ex^a acate uma sugestão que faço e a leve ao Presidente Renan e ao Presidente Heráclito Fortes. Obviamente, teria que ser a parte forte ou coordenadora disso, para que criemos uma comissão de acompanhamento do que hoje acontece naquele país irmão, para colaborar, não para negociar os acordos entre a Petrobras e a Bolívia. Não. Isso eles fazem e o Governo brasileiro faz.

Sim, Senador Heráclito, V. Ex^a é a figura-chave disso. Eu disse que era a figura forte. Parece até uma brincadeira, mas não é. Saiu sem querer. V. Ex^a seria a pessoa-chave. O Senado precisa ter uma comissão ou a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o aval do Presidente, que passe a acompanhar o que acontece ali.

Tem prazo marcado. É agosto deste ano, quando terminarem os trabalhos da constituinte. Aquele país pode entrar numa tranqüilidade ou em uma grave crise que vai envolver o Brasil, sem dúvida alguma; geograficamente, pela vinda de milhares ou centenas de milhares de refugiados. Por razões militares, se houver um conflito armado dentro da Bolívia que envolva outros países, como a Venezuela e os Estados Unidos, o que vamos fazer? Assistir a isso calados, de olhos fechados? Não seria bom. Entrar nessa briga? Pior ainda. Esperar que aconteça? Creio que precisamos ficar alerta. Temos sido sempre surpreendidos com as coisas que vêm do Poder Executivo. Creio que é hora de nos adiantarmos, estarmos presentes e alerta. Vamos conversar, inclusive com esses senhores que estão descontentes em Santa Cruz de la Sierra, onde é o centro dos processos e discussões. Vamos conversar com eles, obviamente de forma franca, aberta e com o conhecimento do Governo. Nada por debaixo do pano e sem o conhecimento do Governo, e se for para ajudar, não para atrapalhar.

Vamos conversar com o Presidente legítimo que a Bolívia tem, eleito pela população, que é o Presidente Evo Morales. E, democraticamente, não se pode fazer nada sem respeitar o Presidente eleito. Vamos criar um grupo de estudos para acompanhar quase que dia a dia o que está acontecendo, porque o pior que pode ocorrer é a surpresa, como na situação em que fomos surpreendidos diante das ingenuidades da estatização das instalações da Petrobras.

O Presidente Evo Morales cumpriu o que prometeu na campanha. É que, no Brasil, estamos tão desacostumados a cumprir o que prometemos em campanha, que todo mundo achava que o Presidente Evo Morales não ia cumprir o que prometeu. Ele cumpriu e está defendendo os interesses do seu país. Creio que talvez esteja agindo de forma equivocada a médio prazo, porque vai assustar capitais. O próprio Brasil não

vai querer mais investir na Bolívia com a vontade que tinha. Creio que, a médio prazo, pode ser até contra os interesses da Bolívia, mas cada país tem direito de cometer os seus erros. E nenhum outro país tem o direito de se meter e intervir no país. Podemos intervir quando os erros são cometidos autoritariamente por ditadores. A Bolívia, ao que tudo indica, não tem ditadores. Já teve muitos; hoje não tem.

A Petrobras negocia a relação da Bolívia com a Petrobrás. O Governo cuida e, a meu ver, tem cuidado de uma maneira correta, sem passar do tom e sem ficar paralisado. O que não podemos é esperar que outros fatos muito mais graves do que a estatização de instalações da Petrobras nos surpreenda. Para isso é que não podemos ficar paralisados.

Volto a insistir antes de passar a palavra ao Senador Heráclito: felizmente V. Ex^a tomou a iniciativa, na Comissão que preside, de discutir esse assunto. Digo isso aqui porque ontem, diante da audiência que a minha Comissão de Educação vem fazendo a cada quinze dias, fui impedido de fazer esse pronunciamento por falta de tempo na Comissão de Relações Exteriores. Por isso, eu o faço, na presença do Presidente Heráclito Fortes, a quem dirijo essas sugestões, tanto quanto ao Senador Renan.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Cristovam, V. Ex^a falava, e eu aqui meditava: como é que o PT abre mão de um quadro como V. Ex^a? Esse seu discurso merece ser revisto e merece meditação por parte dos envolvidos nesse cenário. V. Ex^a foi preciso. V. Ex^a, em nenhum momento, demonstrou rancor ou ódio com relação ao Morales, apesar das hostilidades que ele tem feito ao nosso País. Quero dizer que o debate de ontem foi inspiração de V. Ex^a. Compreendi que V. Ex^a estava na sua Comissão em uma audiência pública. Daí por que proroguei a discussão para a próxima semana. Eu acho que ela é da maior importância. Veja como é o destino. Há cerca de quinze dias, eu falava aqui com os jornalistas e lembrava um fato que tem ajudado muito o Lula: a sorte. Ô, homem de sorte! O Presidente Fernando Henrique fez o dever de casa. O Governo Lula está tirando, evidentemente, o proveito, os louros. Mas o Governo Fernando Henrique enfrentou o efeito tequila, o efeito tango, o efeito vodka, enfim, crise no mundo inteiro. Mas, graças a Deus, o mundo está nadando abraçado à política econômica e o Brasil está tirando proveito disso. Mas, veja bem: temos que tomar providências porque essa questão do Sr. Evo Morales passou da conta. Há mais de ano, o Sr. Evo Morales tripudia no povo brasileiro. Esses fatos são lamentáveis porque nos trazem um desgaste interno e externo. Daí por que, Senador Cristovam Buarque, temos a obrigação,

juntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que vai comandar esse processo, de discutir, de acompanhar e de trazer o Sr. Gabrielli e o Ministro das Minas e Energia para debaterem a grave questão. O Presidente Lula tem tanta sorte que, nessa questão, vai fazer com que a Oposição fique ao seu lado, porque temos que ficar ao lado do Brasil. Vamos protestar com relação à fraqueza do Governo, à omissão, às declarações desencontradas, mas temos o dever e a obrigação de ficar ao lado do Brasil. Este Governo passa; o Brasil permanece. E quem está lá, em risco, passando por todo o vexame, é o brasileiro, não é um governo eventual. Daí por que parabeno V. Ex^a por esse pronunciamento. E estamos juntos na continuação dessa luta. Parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, agradeço e concordo com V. Ex^a quando diz que o Presidente Lula é um homem de sorte. Agora, creio que é também um homem de bom senso por ter mantido a política econômica iniciada no Governo Fernando Henrique Cardoso, se houve um bom senso. Lamento é que não reconheçam que grande parte do êxito, Senador José Agripino, vem de fato das bases que foram construídas a partir de 1994, e que o PT – eu era Líder do PT – era contra tudo aquilo. Lembro que, quando eu disse: não vejo outra saída a não ser essa genial criação do Real, que vai trazer desemprego, é verdade, mas vai dar uma estabilidade que permitirá o crescimento depois, eu fui quase que escorraçado. Lembro que em 1998, na eleição, eu disse, em setembro, que, se eleito em 1998, Lula deveria manter o Malan por, pelo menos, cem dias. Aliás, as pessoas só lembram que eu falei do Malan. Foi mais grave: Malan e Gustavo Franco. Eu disse – como, aliás, defendo – que o Presidente do Banco Central não deve mudar na mesma data do Presidente da República. Eu defendo que o Presidente do Banco Central tem que ter mandato e o mandato não deve ser coincidente com o do Presidente; deve haver um interregno de, pelo menos, alguns meses para que não se mude a política monetária brincando com ela. Ela pertence ao País, ao Estado. Do mesmo jeito que a gente não muda a bandeira nem o hino, não tem que mudar a moeda levemente.

Então, é uma questão de sorte, mas também de bom senso ao ter mantido, ainda que de ingratidão por não reconhecer que a base do projeto econômico do Governo Lula vem do Governo Fernando Henrique Cardoso. Então, é sorte, bom senso e falta de gratidão.

Dito isso, o que eu quero insistir em relação à Bolívia, Senador Heráclito, é que não devemos ficar indignados apenas – como temos razão de ficar diante do que faz o Governo boliviano –, mas olhar esse pro-

blema numa perspectiva de mais longo prazo. Daqui a mil anos é possível que a Petrobras não exista mais, mas as fronteiras do Brasil com a Bolívia vão existir. Nós somos condenados a conviver com a Bolívia e com os outros países vizinhos. Aliás, com a globalização, nós somos condenados a conviver com todos os países do mundo, e não adianta querer imaginar que a gente faz o que quiser. Recentemente, o último país que acreditou que fazia o que podia foram os Estados Unidos, ao intervirem no Iraque, mas não estão se dando bem lá.

Nós vamos ter de conviver com a Bolívia. Para isso, precisamos elaborar uma política externa capaz de superar essas dificuldades pontuais, embora graves, e de manter a boa relação com aquele país. Essa boa relação, Senador José Agripino, vai exigir que colaboremos da melhor forma possível, defendendo os interesses do Brasil de hoje, mas, ao mesmo tempo, não deixando que ocorram na Bolívia – se pudermos ajudar – tragédias que não apenas serão ruins porque afetarão um país vizinho e irmão, mas também porque se espalharão pelo Brasil, como é o caso de uma guerra civil, que não está longe de ocorrer naquele país, provocando a secessão de 70% do território, ou seja, a parte rica onde está o gás, dos 30% do Altiplano onde não há riqueza.

As regiões Sul e Leste reclamam, porque o gás está naquela área, mas o dinheiro não, haja vista que o governo seqüestra esse dinheiro sob a forma de impostos. Eles querem se apropriar disso, mas o país é um só. Eles precisam descobrir como distribuir federativamente esses recursos. Eu dizia há pouco, segundo informações que me deram as pessoas da Arko América Latina, que há um prazo estipulado até agosto. Se a constituição não entrar em vigor, criando um país binacional que respeite os direitos separados de cada região, as regiões sul e leste se separariam, formando o que eles chamam de Meia Lua do território, com 70% de área e mais do que isso de riqueza, criando a chamada Nação Camba – até o nome está escolhido –, que já possui 15 mil homens armados, uma tropa que, segundo eles, pode chegar a 400 mil. E Evo Morales diz que o Exército pode chegar, se não me engano, a um milhão de pessoas.

Isso ocorrendo na fronteira com o Brasil é talvez a maior das tragédias que já vimos nas Relações Exteriores. Temos, pelo menos, que ficar alerta mesmo se não pudermos influir para não sermos surpreendidos, como foi o caso da Petrobras.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ouço, primeiro, o Senador Geraldo Mesquita Júnior,

que me solicitou o aparte antes. Depois, concederei o aparte com o maior prazer a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Caro amigo Senador Cristovam Buarque, quero juntar-me a V. Ex^a primeiramente no lamento em razão do fato de o Parlamento do Mercosul estar instalando-se só agora e não há dez anos, como disse V. Ex^a em seu discurso. Realmente, se esse fato houvesse ocorrido há mais tempo, teríamos um fórum regional legislativo adequado em que poderíamos tratar de questões tão turbulentas como esta que V. Ex^a está trazendo: a da Bolívia. Para ilustrar o que V. Ex^a diz com fatos, eu estava lembrando, enquanto V. Ex^a falava, do meu tempo de criança no Acre, uma época em que, de seis em seis meses, golpes de Estado alteravam a relação de poder na Bolívia em nossa fronteira. O Acre ainda era pequeno naquele tempo. Em 24 horas, para V. Ex^a ter uma idéia, a própria capital, Rio Branco, era não invadida, mas ocupada por levas de bolivianos que fugiam daquele conflito, adentravam o território brasileiro pelo Acre, ali na fronteira, e chegavam até Rio Branco. Às vezes amanhecia e havia, na cidade, boliviano para todo lado. Hoje, a situação poderá ser de uma gravidade muito maior, porque não se tratará apenas de golpe de Estado entre chefetes; poderá eclodir naquele país, como V. Ex^a alerta, uma verdadeira guerra civil, de conseqüências inimagináveis. Então, faz bem V. Ex^a em provocar esse assunto. Qual é o foro que temos aqui? A nossa Comissão de Relações Exteriores. Devemos ampliar a discussão. Como V. Ex^a diz, não podemos intervir. Assim como não gostamos que ninguém dê picica e “pitaco” no que fazemos internamente no Brasil, não podemos ter o mesmo comportamento principalmente em relação aos países vizinhos. Mas isso não impede de nos colocarmos na posição de compartilhar com os nossos vizinhos as suas agruras, os seus sofrimentos, e de nos colocarmos em situação de poder ajudar. Se nós pudermos, de alguma forma, ajudar na reflexão, no encaminhamento de questões que são tão caras ao povo boliviano, acho que não nos podemos furtar a esse papel, Senador Buarque, e o parabenizo pela coragem de trazer um tema como esse, fazendo-o repercutir na Comissão de Relações Exteriores desta Casa. Espero que de lá possamos alçar vôo e, quem sabe, de alguma forma, estabelecer contato, uma ponte com o povo boliviano, nos colocando, nos disponibilizando para, se possível, ajudá-los no transcurso de um momento tão difícil e tão complicado que eles estão vivendo. Portanto, eu gostaria apenas de parabenizá-lo e de me associar às suas preocupações com relação a um assunto tão importante para o povo boliviano e para nós também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Agradeço a V. Ex^a, Senador, até porque, como representante do Acre, sabe bem que nossas relações com a Bolívia têm problemas desde o passado. Vamos reconhecer isso! Da mesma forma que aos Estados Unidos não se perdoa que, hoje, a Califórnia, o Novo México e o Texas sejam territórios americanos, na Bolívia, ficou um resquício de sentimento negativo porque o Acre é parte do Brasil. Temos de reconhecer isso, até na hora de termos relações fraternas e respeitáveis uns com os outros.

Mas estamos condenados a conviver com a Bolívia e com os outros países vizinhos, mais até do que com o resto do mundo. Por isso, temos de estar alerta.

O Presidente Evo Morales tomou decisões que nos incomodam profundamente. Hoje, qualquer alternativa que não seja o Presidente cumprindo o seu mandato vai ser pior ainda para o Brasil.

Ouçó o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Cristovam, inicialmente, gostaria de fazer um registro da minha satisfação pessoal por vê-lo indicado – eu não sabia – como um dos nove Membros do Senado na representação do Parlamento Latino-Americano do Mercosul. Penso que V. Ex^a, com os conhecimentos que tem, poderá dar uma grande contribuição no aperfeiçoamento das relações entre os países do Cone Sul, entre os países do Mercosul, e já começa a fazê-lo com as observações que faz na sua recente viagem a Montevideu para, creio eu, a primeira reunião do Parlamento Mercosul. E V. Ex^a faz observações sobre um conflito que já temos e sobre um conflito que pode haver. V. Ex^a sabe tanto ou mais do que eu que, na América do Sul, há dois países que não têm simpatia pelo Brasil – vamos ser claros: o Paraguai, pela guerra que perdeu, e a Bolívia, pelo território que foi obrigada a vender, o Acre. A relação do Brasil com o Uruguai é ótima, com o Equador, com a Colômbia, com a Venezuela, países que estimam os brasileiros, mas com a Bolívia e com o Paraguai há um ranço. É preciso que sejamos conscientes disso para que possamos avançar corretamente com as relações, se é que queremos avançar. Mas há um fenômeno novo que V. Ex^a sabe, tanto quanto eu, que está prejudicando as relações maduras. O Presidente Lula, em quem reconheço virtudes e defeitos, tem uma virtude: ele prosseguiu uma política econômica que já vinha sendo praticada, de controle de gastos. É verdade que criou muitos ministérios e faz despesas públicas desnecessárias, mas conseguiu levar à frente a política que encontrou de combate à inflação, e estamos ganhando a guerra contra a inflação. Essa é a verdade. Ele não

cedeu ao populismo; ele convive com o MST, com o Movimento dos Sem-Teto, mas não cede a pressões do populismo, como está acontecendo na Venezuela e na nossa vizinha Bolívia. O populismo, em minha opinião, Senador Cristovam, está produzindo dois filhotes absolutamente indesejáveis. Um é o interno, a que V. Ex^a se refere. Tenho informação de diplomatas brasileiros que foram recentemente à Bolívia conversar com os brasileiros que vivem na faixa de fronteira e conviveram com a realidade das duas Bolívias: uma é a Bolívia rica de Santa Cruz de la Sierra, a industrializada. Não conheço, mas me dizem que Santa Cruz de la Sierra é uma cidade com perfil econômico igual ao de Campo Grande, por exemplo, ou a de cidades desenvolvidas do Centro-Oeste brasileiro, é uma extensão daquilo. Movimento separatista. Separatista por quê? Não havia movimento separatismo há quatro anos. Nunca ninguém ouviu falar em separatismo na Bolívia. Separatismo é recente. É produto de quê? Do populismo que o Sr. Evo Morales implantou. É positiva a atenção privilegiada aos pobres? É claro que é. É evidente que é. Mas só a atenção privilegiada aos pobres? E aos outros que carregam o país, nada? O cerco de refinaria? É essa a atitude? O Brasil é símbolo de rico. A atitude que a Bolívia tomou no governo populista foi a de cercar as refinarias, não foi a de estabelecimento de diálogo. Então, o movimento do separatismo é produto de divergências profundas a partir de privilégios a segmentos e de perseguição a outros, de desleixo a outros. Tenho essa informação precisa. Isso levará a algo com que, para nós, será muito duro de conviver, porque não somos a *persona* mais grata para a Bolívia, e queremos ajudar, como acabou de se querer ajudar na questão da compra das refinarias. Senador Cristovam Buarque, ninguém que é obrigado a fazer um negócio faz um bom negócio. O Brasil foi obrigado a vender as refinarias. Venderia até por um milhão de dólares para se ver livre do abacaxi em que se viu metido por conta do populismo que uniu Evo Morales a Lula. E Lula tem um viés de esquerda que o obriga a uma convivência afável com Evo Morales, em detrimento do interesse do povo brasileiro. Ele vive esse conflito, louco para cair fora, sem ter condições de fazê-lo. Então, compraria a refinaria até por um milhão de dólares. Está fingindo que fez um grande negócio, porque vendeu por US\$112 milhões, o que valeria facilmente US\$200 milhões. Mas o que me preocupa é o produto do populismo. V. Ex^a fere um assunto sobre o qual tem de ser obrigação nossa refletir, raciocinar, até mesmo para ajudar o Governo no encaminhamento da solução. O populismo está levando, dentro da Bolívia, a uma atitude separatista. E, na relação com o Brasil, a uma relação que nos leva a atitude de humilha-

ção, como a que acabamos de assistir. O Brasil, pela questão de respeito ao populismo do Sr. Evo Morales, assistiu, resignadamente, a um ato de humilhação diplomática entre duas nações independentes. Essa é a verdade. Cumprimentos a V. Ex^a pelo tema que traz para debate e reflexão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador José Agripino.

A verdade é que somos, hoje, reféns, porque não criamos alternativas ao gás boliviano. Nós somos reféns por causa, é verdade, dessa relação que o Presidente Lula, muitas vezes, tem de confundir a relação pessoal com outros presidentes com a relação de Estado. Não tem nada a ver. A relação entre dois Chefes de Estado e a relação entre os Estados. Muitas guerras européias foram travadas entre príncipes primos entre si, primos carnais. Mas, na hora de representar os Estados, fizeram guerras.

Então, nós estamos reféns dessa forma de relações pessoais acima das relações de Estado; somos reféns da nossa dependência e, finalmente, somos reféns da nossa fronteira, uma realidade que nos amarra. Isso não pode nos levar a sermos submissos, mas também não devemos exagerar o confronto. Se exagerarmos no confronto com o Governo boliviano, com todo o seu populismo, com toda a sua responsabilidade em afastar aqueles que, hoje, querem fazer uma secessão, poderá ser pior para nós. Porque não nos iludamos: se houver divisão, a parte do altiplano não vai ficar conosco, obviamente, até porque não vai haver fronteira. E o Peru tem dentro dele um movimento indígena muito forte, que é mais próximo da Bolívia do que do próprio Peru. Lá também tem essa divisão e, aí, não custaria surgir uma outra república dividindo o Peru. Agora, não nos iludamos, essa parte rica não vai ficar conosco, mas vai se aliar aos Estados Unidos, porque é muito mais vantajoso para eles. Como levar o gás? Terão de descobrir como, mas não virão para nós, até pelo passado, como lembrou o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Uma consideração a mais.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, somos reféns, e o refém tem de ter muito cuidado na relação com o outro lado.

Antes de conceder o aparte ao Senador Valter Pereira, peço licença para concluir com o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Cristovam, há uma outra consequência: o refém não investe, e o Brasil, hoje, está refém das relações com

a Bolívia, e o populismo do Sr. Evo Morales levou o Brasil a conviver com um estado de coisas que revolta a população brasileira mas que produz um resultado. Apesar das relações pessoais de Lula com Evo Morales e com Chávez, o Presidente Lula tem a consciência de que representa o interesse do povo brasileiro, que não permitirá, não aceitará, não perdoará que a Petrobras continue a fazer aquilo que deveria interessar à Bolívia para a geração de emprego: investimentos novos, que não ocorrerão. Nessa tacada da venda da refinaria, trocaram-se talvez US\$50 milhões ou US\$60 milhões por alguns bilhões de dólares que a Petrobras faria por interesse próprio e que agora, vigiada pelo interesse brasileiro, não fará, porque não vai fazer, enquanto o regime político for do Sr. Evo Morales, investimento num país que não oferece segurança jurídica. Quem vai perder, lamentavelmente, são os nossos pobres irmãos bolivianos, governados por um governo populista que está levando, num primeiro momento, a posições gostosas, num segundo momento, à desgraça.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Nessa parte, estou de acordo com V. Ex^a. Penso que o Presidente Evo Morales está cometendo um erro ao radicalizar e está perdendo investimentos. Não é somente o Brasil, não. Os outros países poderão dizer que, se aconteceu com o Brasil, não irão também. Disso, não tenho dúvida, mas daí a dizer que ele não terá direito, depois de eleito, a cometer esses erros, penso que não podemos intervir mais do que um certo limite. É preciso algo muito cuidadoso neste momento.

Quando houve o primeiro cerco a refinarias, lembro que cheguei aqui e disse: não esqueçamos que existem muitos bolivianos em São Paulo. Com esse clima que se criou, imagine um boliviano assaltado e morto em uma rua de São Paulo. Na Bolívia, vão dizer que foi porque era boliviano. Nós temos alguns milhares de estudantes brasileiros na Bolívia. Imagine que se mate um brasileiro lá. É muito frágil a relação entre os dois países. De repente, pode acabar. Não podemos deixar que isso aconteça. Então, é preciso ter firmeza, obviamente, e saber que, daqui para frente, não merece confiança investir na Bolívia. Devemos ter clareza disso. Quanto ao gás, temos de explorar o que temos no Brasil e tentar trazer o da Argélia, porque, daqui a pouco, estará mais caro trazer o gás da Bolívia do que trazê-lo da Argélia.

Tudo isso é verdade, mas não podemos misturar essa relação circunstancial de hoje com a relação histórica, pois, daqui a dois, três, cinco anos, o Evo Morales não será mais Presidente, o Lula não será mais Presidente, mas o Brasil continuará vizinho da Bolívia.

Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a engrandece o Senado Federal com a discussão que traz a lume sobre este momentoso assunto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valter Pereira, um instante.

Senador Cristovam Buarque, eu só queria lembrar que V. Ex^a nos brinda com o melhor pronunciamento. Eu gostaria de ouvi-lo por 40 dias, mas se completam 40 minutos e, sem dúvida alguma, foi o melhor discurso nesses 180 anos. Aprendi muito, mas é o tempo de uma aula e V. Ex^a está dando uma aula para todos nós e para o Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu estou passando do tempo, é verdade. Mas eu gostaria que o Senador concluísse o aparte e não tomarei muito tempo para respondê-lo. V. Ex^a tem toda razão: 42 minutos é muito tempo.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Então, quando V. Ex^a traz a lume essa discussão, indiscutivelmente, coloca o Senado Federal num nível que a sociedade brasileira espera do Parlamento brasileiro. E tem razão V. Ex^a quando analisa a situação dramática em que vive o nosso vizinho, em decorrência de sua situação de pobreza, de sua localização, das diferenças étnicas que dificultam muito a formulação de qualquer tipo de política no país andino. No entanto, nobre Senador, há algumas inquietações que não podemos deixar de realçar neste pronunciamento de V. Ex^a. A primeira delas: entendemos, efetivamente, como V. Ex^a, que o Brasil deva ser solidário, muito solidário, com a Bolívia, com o Paraguai e com todos os seus vizinhos. No entanto, quando diz respeito a rompimento unilateral de contrato, como é o caso em tela, não podemos de forma alguma deixar de considerar o risco que isso implica, já que abre um precedente que, de repente, poderá ser copiado por outros povos, e o Brasil ficará sem condições de repelir porque, efetivamente, já agiu assim em outra circunstância. Então, esse precedente é perigoso. Informações que recebo do Paraguai – porque Mato Grosso do Sul faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, portanto, há um estreito relacionamento entre meu Estado e os dois países vizinhos – me dão conta de que, hoje, no Paraguai, as campanhas políticas... E isso passou a acontecer mais duramente, mais efetivamente após essa agressividade do Presidente Evo Morales. Mas as campanhas políticas no outro país já colocam o Brasil como vilão. Tanto um partido quanto o outro tem sempre como meta o endurecimento das relações comerciais com o Brasil. Portanto, o precedente já começa a produzir um efeito deletério que a Diplomacia Brasileira não teve a capacidade de medir. Outra coisa, Sr. Senador, é que nós assistimos, sempre

que se faz qualquer tipo de análise, a uma preocupação sempre grande do Governo brasileiro, especialmente das autoridades financeiras e monetárias do nosso País, com a taxa de risco do Brasil. Efetivamente, o Brasil está conseguindo se impor com uma redução constante da sua taxa de risco para as instituições internacionais. E o que está acontecendo? Enquanto estamos tendo essa preocupação com o risco Brasil, para reduzi-lo a níveis moderados, a níveis palatáveis para investidores do mundo inteiro, o que se verifica é que não estamos tendo o cuidado de observar os riscos para os países com os quais queremos fazer investimentos. É o caso da Bolívia, por exemplo. É um país que, historicamente, apresentou sempre uma taxa de risco muito elevada. No entanto, o que vemos, tanto no Governo FHC, quanto no Governo Lula, é uma vontade de investir na Bolívia. Agora, achando pouco ainda esse tipo de risco que estamos correndo e que já estamos assumindo, que já está sendo oneroso para o Brasil, o que está acontecendo? Estamos vendo um novo estímulo para um outro país de alto risco, como é o caso da Venezuela. Quer dizer, ninguém pode garantir nada com relação ao sucesso de qualquer investimento na Venezuela, dadas as condições a que o Governo venezuelano está levando a economia, levando o seu intercâmbio, levando a sua diplomacia. Portanto, penso que, nessas questões, há diferenças entre se estabelecer uma relação de amizade, de fraternidade entre os países e se tolerar, indefinidamente, essa transgressão aos contratos, mantendo-se, o que é mais grave ainda, iniciativas de risco para com outros países. O discurso de V. Ex^a é brilhante. Acho que a situação por que passa a Bolívia merece uma reflexão muito profunda e os cuidados de todos os brasileiros, mas temos que cuidar do Brasil também. Temos de fazer com que não só os investidores públicos como também os privados do País tenham a retaguarda nas transações feitas com países vizinhos e distantes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Totalmente de acordo, Senador. Só o que pode nos separar é...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...a perspectiva – e aí termino, Sr. Presidente – do tempo de análise. Uma coisa é o Governo Morales, que vai demorar alguns anos. Outra coisa é a relação do Brasil com a Bolívia, que é permanente.

Em 1953, o Primeiro-Ministro Mossadegh nacionalizou o Irã exatamente como faz agora o Evo Morales. Nas negociações, chegaram a propor dividir meio a meio a empresa inglesa que estava lá: metade para

o governo, metade para os ingleses. Os ingleses não aceitaram, juntaram-se aos americanos, derrubaram Mossadegh, retomaram as empresas. Nunca mais a relação do Irã com o Ocidente foi igual. Só foi mantida enquanto tinha um ditador, que caiu em 1979. Surgiu Khomeini, e aí viram como foi ruim tudo isso. Não se pode radicalizar, principalmente porque não temos a força dos impérios inglês e americano.

Também não podemos nos esquecer da nossa parcela de responsabilidade histórica. Da mesma forma que falei para frente no tempo, falo para trás. O Paraguai nos vê como o País que invadiu, que guerreou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Em um minuto, concluo.

Senador Valter Pereira, até hoje o Brasil não abriu os documentos da Guerra do Paraguai. Aliás, o Senado devia se pronunciar sobre isso. Até hoje os documentos da Guerra do Paraguai estão sigilosos no Brasil.

Isso criou uma marca. A gente não pode esquecer esse fato. Por isso, há um candidato, lá, que pode se eleger, cuja bandeira principal é o antibrasileirismo. E isso é ruim para a gente.

Mas, quero chamar a atenção para o fato de que, nas próximas semanas e meses, a mídia vai olhar para a CPI do Apagão Aéreo. Espero que olhe também para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque lá, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, estaremos debatendo este assunto fundamental para o futuro: as relações do Brasil com a Bolívia, país irmão.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a V. Ex^a por esse brilhante pronunciamento, ao tempo em que louvamos a inteligência do Professor Cristovam Buarque, que recentemente fez aprovar na Comissão de Educação a mais avançada inovação nas mudanças na Lei de Diretrizes e Bases, mostrando sua inteligência a serviço da educação. E, orgulhosamente, para mim, o maior título foi poder ter contribuído como Relator daquele projeto, que vai engrandecer a educação e propiciar a salvação do nosso Brasil.

Convidamos para a tribuna o orador do Piauí, democrata Heráclito Fortes, ao tempo em que agradecemos também a S. Ex^a por nos ter designado para participar do encontro com o parlamento chileno na próxima semana. Não irei no avião à noite, mas de madrugada, porque vou proferir uma palestra sobre parlamento na Fundação Ulysses Guimarães. Mas estaremos juntos

fazendo entrosamentos do Brasil e do Chile, a mais avançada civilização das Américas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a iniciou aqui uma luta, uma cruzada, que deve ser tema de discussão permanente no Senado da República. O papel de liderança que o Brasil exerce nas Américas não pode ser desperdiçado e não pode ser diminuído. V. Ex^a tem razão: temos que ser vigilantes e estar sempre atentos para fatos dessa natureza.

Ao retroagirmos no tempo, vamos ver que, há vinte anos, todos os países da América do Sul eram governados por ditadores. Hoje, felizmente, todos são governados por democratas. Nós temos que lutar, Senador Cristovam e Senador Edison Lobão, para a permanência desse modelo. Evidentemente que críticas a parlamentos ocorrem no mundo inteiro, pois é um poder mais frágil, é um poder indefeso e é um poder exposto. E, por mais que se pense, por mais que os inimigos do Congresso, do parlamento, pensem, meditem, não se encontrou nada ainda para substituí-lo. E nós temos a obrigação de cumprir aqui o nosso papel.

Como o Senador Cristovam Buarque disse, juntamente com os Senadores Valter Pereira, José Agripino e outros que o apartearam, é exatamente a realidade que sentimos e vemos nas ruas.

Nós temos o dever de atuar de maneira vigilante para não permitir que o Brasil perca a sua soberania – não se trata apenas de perder o seu patrimônio. O Senador Cristovam está muito certo e, quinta-feira, na Comissão de Relações Exteriores, com certeza, vamos dar continuidade a este debate.

Com o maior prazer, ouço V. Ex^a, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu gostaria apenas de dizer que, no final de minha fala, fiz questão de fazer um apelo à mídia e a todo mundo no sentido de que, em vez de olhar tanto para a CPI do Apagão, olhem para a Comissão de Relações Exteriores também, porque lá estarão sendo discutidas coisas muito importantes para o futuro do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Lobão, ouço V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Heráclito, eu pretendia também fazer um rápido discurso sobre a matéria abordada pelo Senador Cristovam Buarque, mas, se V. Ex^a me permitir, darei mais ou menos o meu pensamento a respeito dessa quase crise com a Bolívia neste aparte. O Ministro Silas Rondeau teve uma preocupação muito grande em não acirrar

os ânimos internacionais nessa negociação. No meu entendimento, porém, o Governo concedeu muito. Lembra-se V. Ex^a e lembra-se este Plenário que muitas vezes o Brasil foi levado à OMC para que países que competem conosco defendessem os seus interesses. O Canadá é um exemplo, e nunca achamos que estávamos em litígio permanente com o Canadá por conta disso. Nós também já fomos à OMC. Acho que, neste caso da Bolívia, poderíamos ter recorrido a um tribunal internacional, porque, de fato, vender por 112 milhões o que vale 200 é uma coisa muito ruim, até do ponto de vista moral. Isso não vai nos quebrar, não vai, mas cria-se um antecedente ruim. Ouço dizer – e já ouvi isso muitas vezes – que o Brasil procedeu do mesmo modo quando nacionalizou as hidroelétricas de um grupo chamado Amforp, no Governo do Presidente João Goulart, em 1961. Não houve isso. O que aconteceu foi que, num encontro no Vaticano, quando era empossado o novo Papa, o Presidente Kennedy pediu ao Presidente João Goulart que nacionalizasse esse grupo de fornecedores de energia ao Brasil, porque os acionistas americanos, milhões deles, escreviam com frequência ao Presidente reclamando que estavam tendo prejuízos no Brasil e pediam uma providência do Presidente Kennedy. S. Ex^a, então, de forma civilizada, acertou com o Presidente João Goulart, e ainda emprestou dinheiro ao Brasil para fazer isso – à época foi algo em torno de US\$200 milhões –, a compra dessas empresas. Não houve, portanto, uma expropriação, como se deu agora na Bolívia. Acho que fomos excessivamente tolerantes. Demos um mau exemplo. Não queremos o rompimento diplomático com a Bolívia. Isso não nos interessa e nem a eles, mas temos de defender com mais firmeza os nossos interesses, porque, de outro modo, os demais países, quando estiverem em situação semelhante, vão querer proceder do mesmo modo. Temos, portanto, de defender nossos interesses. Estou me alongando, coisa que não é do meu hábito, Sr. Presidente. Em meus apartes, eu nunca ultrapasso os dois minutos, respeito a recomendação regimental. Em todo caso, porém, com a generosidade de V. Ex^a, irei um pouco mais adiante. Nem se diga que, em outros momentos, o Brasil procedeu de forma diferente. Não procedeu. O que nós precisamos agora é tomar conta dos nossos verdadeiros interesses. O gás: dizem que nós não podemos ficar sem o gás da Bolívia. Podemos sim! Podemos importar o gás de outros países que são fornecedores. Quem não pode perder o mercado brasileiro é a Bolívia, isso sim. Se nós, amanhã, gastássemos um pouco mais importando gás de outros países e fechássemos a torneira com a Bolívia, ela quebraria. Ela é que está em situação de dificuldade, não nós. Então, vamos manter

a nossa soberania, respeitá-la e preservá-la. Isso é o que devemos fazer. Vamos romper relações com a Bolívia? Não. Isso não é conveniente, mas vamos agir com firmeza na defesa dos interesses nacionais. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero, Senador Edison Lobão, no momento em que louvo a oportunidade de ter um aparte de V. Ex^a inserido em meu discurso, dizer que acho que o Ministro Rondeau atua de maneira precisa na questão da Bolívia, não só sob o ponto de vista comercial, mas também sob o ponto de vista diplomático, já que socorreu o Presidente da República no momento em que o Presidente Evo Morales disse que estava negociando com o Presidente Lula a redução no preço da refinaria. O Sr. Ministro das Minas e Energia disse imediatamente que o Presidente da República estava afastado das negociações.

Ora, mantida essa versão, haveria, no mínimo, motivação para que acionistas movessem ação contra a dilapidação de um patrimônio que é privado – cabe, portanto, única e exclusivamente ao Conselho definir preços e venda. Daí por que acho que essa questão poderá gerar, na seqüência, algumas questões dessa natureza, embora eu ache que, nesse ponto específico, deverá haver compreensão, porque se agiu em nome do País.

Agora, Senador Lobão, acho que antes de o Brasil pensar na importação de gás, nós temos de pensar na exploração das reservas que nós temos aqui e que estão sendo guardadas de maneira estratégica, mas sem nenhuma necessidade. Nós temos de explorar o gás vindo do Espírito Santo; no Nordeste, nós temos várias incidências, assim como na Amazônia. Então, o que é preciso é...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Temos, inclusive, no Maranhão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – No Maranhão, exatamente.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Com todas as possibilidades. Eu aprovo inteiramente o pensamento de V. Ex^a; o que quero dizer é que, em caso de emergência, importariamos o gás até extrairmos o nosso, que é farto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É claro. Exatamente.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – É farto, é amplo. Devemos imediatamente começar a intensificar as pesquisas e a exploração do gás para nos vermos livres dessa dependência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu passei a ser fã do Estado do Espírito Santo, que eu conhecia muito pouco. No ano passado, na campanha eleitoral, eu fui lá duas ou três vezes e pude constatar que é o

Estado de maior sorte deste País: foi o que mais se beneficiou da privatização, é a sede da Vale do Rio Doce. O Estado mostra o lado positivo das privatizações no País. Além disso, tem a sorte de ter também a incidência de gás comprovadamente lucrativa. E a Petrobrás, que visa excessivamente o lucro, deixou de investir em pesquisa nesse campo do Espírito Santo e em outros, como o do Maranhão, exatamente para procurar investimentos mais rentáveis, correndo riscos, como o que está correndo agora no caso da Bolívia. Daí por que sou inteiramente contra se levar avante o famoso gasoduto que o Presidente Lula, no auge da campanha, disse que seria maior do que a Muralha da China, já que sairia da Venezuela, atravessaria o Brasil e iria para o Uruguai e para o Paraguai. Temos de aprender com esse episódio da Bolívia, não podemos criar possibilidades para que episódios como esse se repitam no futuro. Temos de trabalhar com as nossas riquezas, temos de trabalhar com o que temos. É evidente que permitir essa exploração, esse acordo com o gás da Bolívia...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Não desejo tomar o tempo de V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, é evidente a intenção do Presidente Evo Morales de brigar com o Brasil. Basta ver a declaração dele...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A sua intenção de “tirar casquinha”, como se diz lá no Maranhão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Quer tirar uma casquinha no Brasil. Lembram V. Ex^{as} a declaração dele de que o Brasil se apropriou do território boliviano e pagou com um cavalo?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Culpa do trisavô do Senador Geraldo Mesquita, que foi quem engordou o cavalo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Ora, um Chefe de Estado que deseja ter relações saudáveis com um vizinho como o Brasil não pode dar uma declaração mentirosa, falsa como esta. É uma coisa medonha! O Brasil perdeu algumas áreas do território do Mato Grosso, em compensação desse Território do Acre, para resolver uma crise que se esboçava naquele momento. Aí vem um Presidente, um Chefe de Estado, dizer que o Brasil comprou um pedaço da Bolívia pagando com um cavalo. Então, ele não deseja ter relações saudáveis. Ora, se ele não deseja, vamos bater às portas dos tribunais, civilizadamente, para defender os nossos interesses. Esse é um assunto superado e eu desejo, realmente, que essa situação se resolva e que não haja nenhum atrito do Brasil com a Bolívia. Mas, que

é um governo populista o da Bolívia, com tendência a um esquerdismo exacerbado, um exibicionismo a toda prova, isso não há como negar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, esse populismo da moda começa a dar sinais de cansaço. Nós temos um país já começando a ter problemas de abastecimento. As coisas, num mundo globalizado, precisam ser medidas. Eu não entendo. Temos uma ilha isolada que quer, de todas as maneiras, participar do contexto de globalização, e há os globalizados que querem se isolar.

Senador Valter Pereira, antes de eu entrar no tema que me trouxe à tribuna, gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Heráclito Fortes, corroborando com o raciocínio que V. Ex^a esposou, de que nós precisamos explorar as nossas reservas, eu gostaria de lembrar alguns dados extremamente oportunos nesta ocasião. A Bolívia dispõe de reservas de gás natural que chegam a 680 bilhões de metros cúbicos e, no Brasil, as reservas ultrapassam 630 bilhões de metros cúbicos. Então, veja V. Ex^a que não estamos tão distantes da Bolívia. É preciso, realmente, fazer investimentos. Talvez, se o Governo FHC lá atrás e o Governo do Presidente Lula tivessem acordado em tempo e investido duramente na exploração do gás natural, a Bolívia até teria tido um comportamento mais generoso, ao saber que, amanhã, dependendo da pressa, poderia ter não um país refém, mas um concorrente na produção do gás natural.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero dizer a V. Ex^a que atribuir culpa ao Governo FHC é uma prática do PT, não de V. Ex^a. Essa política já está atrasada há muito tempo, assim como a política de ferrovias no País. Há quantos anos estamos atrasados? E que preço estamos pagando por isso? Vamos culpar quem? A política de energia elétrica também está atrasada. O atual Presidente e os seus companheiros lá atrás, quando Oposição, jogavam farpas no Governo com relação ao apagão. Estão há quase cinco anos no Governo e nada fizeram em termos de investimento. E o alerta está aí, mostrando que, se novos investimentos não forem feitos, teremos apagão entre 2009 e 2010, Sr. Senador.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Ratificando o que V. Ex^a disse, não tenho nenhuma idiosincrasia com relação ao Governo FHC. E meu Estado foi até beneficiário, porque, em seu território, passa o gasoduto. No entanto, sempre enxerguei a Bolívia como um país de alto risco, dada a história antiga e a recente. Acho inclusive que o projeto do gasoduto não foi um erro, mas entendo que, paralelamente, tinham de ter sido feitos grandes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como fonte auxiliar.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Exatamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está certíssimo.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Acho que é só esse o raciocínio que deve prevalecer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está coberto de razões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Edison Lobão, quero tratar de um tema que, pela primeira vez, tenho certeza de que será consenso nesta Casa. Creio que ninguém ousará contestar-me, Senador Mão Santa. Espero não só interpretar o pensamento desta Casa, mas também o sentimento de todos nós. Falarei hoje, de maneira antecipada, já que domingo é feriado, sobre o Dia das Mães.

Sr. Presidente, começo dizendo que feliz é o homem que pode comemorar este dia ao lado da sua mãe.

Os que já não podem se contentam com a alegria de ver os outros festejarem essa data, que é uma data de reconhecimento das mais justas possíveis.

Quero começar homenageando aquelas que fazem o corpo de funcionários desta Casa, que são mães, taquígrafas, secretárias, diretoras, dirigentes, e que deixam os filhos em casa, os afazeres do lar, para cumprir as suas tarefas profissionais e, com isso, assegurar o sustento das suas famílias.

Mas, eu quero também, Senador Lobão, homenagear as mães, homenageando duas figuras com as quais convivemos. Uma já não está mais aqui, é a Senadora Heloísa Helena. Durante oito anos postou-se como guerreira nesta Casa, defendendo causas, às vezes de maneira solitária e outras vezes não. E tivemos oportunidade de ver, nessa convivência, como a guerreira se derretia ao ver o sofrimento de mãe, segundos após a ira da sua luta ter sido demonstrada no Senado. Era a guerreira que mostrava ódio, em seguida superada pela mãe que caía no pranto, ao ver a dor do semelhante.

Mas, quero também prestar homenagem a uma mãe que ainda está aqui, Senadora Patrícia Gomes, pela sua luta em defesa da mulher, pela coragem de ter presidido uma CPI e pela coragem também de, sendo mãe, ter adotado a Bia, que esta semana transitou pelos corredores desta Casa.

Mas, quero, Senador Mão Santa, homenagear não só as mães brasileiras. Peço permissão para homenagear as mães da Praça de Maio, que durante mais de uma década gritaram a esmo pela volta dos filhos e por liberdade. A ditadura argentina tentou, de maneira

insistente, confundi-las com loucas, enquanto elas se postavam de maneira firme naquela praça, mostrando ao mundo que, no subterrâneo daquela história que se dizia ser de progresso, estava um mar de lama, de sangue e de mortes e que, pelo menos naquele caso, as loucas tinham razão.

Mas, não posso também deixar, Senador Mão Santa, de homenagear as mães da Candelária, aquelas que tiveram os filhos chacinados e que gritaram por justiça até ver, pelo menos, parte dos autores daquela barbárie ir para trás das grades.

Como será o domingo daquela mãe que meses atrás viu o filho ser arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro em um ato de violência? Como será o domingo daquela mãe? Não posso deixar também de citar a cena daquela mãe que pulou na água, sem saber nadar, para salvar o filho. Salvou-o, mas ela se foi. E as mães pelo Brasil afora cujos filhos foram vítimas das balas perdidas?

Quero saudar as mães que vão começar, quero crer que no mais breve tempo possível, a gozar o benefício dos seis meses da licença-maternidade, comprovado, Senador Valter Pereira, que nada é mais salutar para a formação da criança do que a convivência direta com a mãe, não só no aleitamento, mas também no primeiro ano de vida. Seis meses já são um alento.

Presto também, Senador Mão Santa, uma homenagem às mães adotivas, àquelas que passam por processos dolorosos na Justiça para adotar filhos e dar-lhes segurança, conforto e, acima de tudo, amor e carinho em seus lares, quando o processo é formalizado. Processo esse, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que sabemos historicamente que é longo e penoso. Quem não se lembra, e a história está aí para contar, das crianças colocadas nas rodas das santas casas?

Senador Mão Santa, também vou homenagear as mães-de-leite. Na escravidão representou, talvez, o maior símbolo de união entre as raças. Aliás, há um quadro em museu da Bahia de um pintor piauiense muito respeitado que retrata a mãe escrava colocando o próprio filho no chão sobre uma esteira e amamentando o filho da patroa, mostrando exatamente o que é dedicação. E esse quadro do Lucílio Albuquerque, nosso conterrâneo, Senador Mão Santa, um dos quadros premiados desse fantástico artista, se encontra hoje no museu da Bahia. E, aí, a ama-de-leite ou a mãe-de-leite, como se chama, ocupa um lugar fantástico na nossa história.

Senador Mão Santa, faço essa homenagem, e que quero crer unânime por parte não só do Senado, na condição de quem já não pode, no domingo das Mães, comemorar com a sua mãe esta data, mas que homenageia todos aqueles que podem fazê-lo. E ousa

apenas dar uma sugestão, que é exatamente aproveitar esse dia – e os dias que faltam e os dias que restam – para essa comemoração. Existem os que acordam para a falta da comemoração da data, quando o fato já é irreversível. Daí por que eu quero louvar os que podem fazê-lo. Nós que não podemos vamos ter que agradecer o que recebemos das nossas mães: seu exemplo e, acima de tudo, os seus ensinamentos.

Mas, vou aproveitar, Senador Mão Santa, para comemorar o Dia das Mães com uma mãe, que é minha mulher, que tem me ajudado ao longo da minha caminhada, não só na criação das minhas três filhas, mas também pela permanência constante ao lado de um cidadão que é político. Sabe V. Ex^a o tanto que o político é desigual, o quanto o político é desproporcional e ingrato na tarefa da criação dos filhos. Quando acordamos, quando despertamos, os filhos estão grandes e aí passamos a dar valor à mãe que os criou. Imagine, Senador Mesquita, se não fosse a dedicação das nossas mulheres na criação dos nossos filhos. Daí, por que deixo aqui esta antecipada homenagem, na certeza de que é apenas uma voz isolada num universo de violência, num universo de guerra, num universo de incompreensões, mas que pelo menos é uma tentativa no sentido de que o domingo seja de confraternização, que seja, acima de tudo, um domingo de paz nos lares brasileiros. Os lares brasileiros, que, neste momento, estão sob a proteção do Papa Bento XVI, que veio em uma missão doutrinária ao Brasil, onde terá, conforme consta de sua programação, a oportunidade de fazer, em ato solene, a consagração do primeiro santo brasileiro. Daí por que, Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Que Frei Galvão ilumine e abençoe não somente as mães brasileiras, mas também a todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Emociona-nos as palavras do Senador piauiense. Ele não é apenas do Piauí; é um cidadão do Brasil e do mundo, do qual o Piauí tem que se orgulhar. Hoje, traduzindo o sentimento cristão da família piauiense, S. Ex^a homenageia também o próximo Dia das Mães.

Convidamos para usar da palavra o Senador do PMDB do Acre, Geraldo Mesquita Júnior. V. Ex^a, regimentalmente, tem 20 minutos, mas jamais ousarei cortar essa voz da democracia, esse herdeiro da coragem cívica e jurídica de Rui Barbosa e que nos orgulha por estar no PMDB, e de um quadro novo da nossa história. No passado, quando a democracia necessitou, surgiram os autênticos. E hoje, quando periga não só a democracia do Brasil, mas a da América Latina – aí está Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua –, surge o PMDB independente. O PMDB e Simon, Ro-

riz, Almeida Lima, Jarbas e eu próprio construímos um novo grupo que dá uma esperança de confronto aqui, pela permanência dos ideais democráticos.

V. Ex^a use da palavra pelo tempo que lhe convier.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado amigo Senador Mão Santa, que ora preside a Mesa, agradeço pela menção, pelos registros, mas devo lhe confessar que um dos títulos que mais me honra e me orgulha hoje em dia é ter a sua amizade neste Parlamento, como colega, como cidadão. E digo isso com genuína sinceridade. Uma das mais gratas alegrias que eu tenho nesta Casa é ter a sua companhia, a sua amizade.

Enquanto me convocava para a tribuna, eu estava ali cumprimentando o Senador Heráclito, que me deixou emocionado. Os que estão aqui e quem assiste à TV Senado ouviu um dos mais belos discursos já proferidos nesta tribuna. Uma homenagem que, devo confessar com sinceridade, não me despertou no início grandes expectativas, mas que tomou a todos de grande surpresa, pela propriedade, pela forma como o Senador Heráclito tratou de um tema que, normalmente, hoje é assunto quase que de comércio em nosso País – em outros países, talvez, também: o Dia das Mães. E ele chamou todos nós à reflexão e chamou a atenção de todos nós para que a gente fuja dessa visão equivocada. Infelizmente, o Dia das Mães e outras datas importantes deste País foram apropriadas pelo consumismo exacerbado e acabam virando uma data comercial. Eu queria desta tribuna agradecer ao Senador Heráclito o fato de ele ter reposicionado um assunto e uma data tão importante na nossa consciência e em nossos corações.

Permitam-me, Senador Mão Santa e esta Casa, aproveitar o ensejo de festejar com o Senador Heráclito e todos nós – funcionárias desta Casa, com as Senadoras, com as brasileiras – esse dia tão importante, esse dia tão especial que se aproxima, que é o Dia das Mães. Mando um beijo muito grande para a minha querida Dona Ivinha, minha ainda presente mãe. Lastimo o fato de, como revelou Senador Heráclito, não poder mais dar um beijo na sua mãe, já falecida, nesse dia. Mas vou dar um beijo na minha mãe, assim que estiver com ela, por mim e pelo Senador Heráclito Fortes.

Senador Mão Santa, quero, em poucas palavras também, registrar e prestar contas a esta Casa de uma tarefa, de uma missão a mim incumbida: como representante do Parlamento brasileiro, fui designado pelo Presidente do Congresso Nacional, o nosso companheiro Senador Renan Calheiros, para fazer parte do

Parlamento do Mercosul, que se instalou no dia 7, em Montevideu, a bela capital uruguaia. Parlamento do Mercosul esse que vem sendo trabalhado, gestado já de algum tempo.

Tenho o prazer e o privilégio de, junto com o Senador Sérgio Zambiasi, junto com outros parlamentares, vir participando de reuniões preparatórias da instalação e do início de funcionamento desse fórum regional, do qual faz parte também o Senador Cristovam Buarque e outros ilustres membros desta Casa, como também da Câmara dos Deputados.

Estivemos todos, organizada e disciplinadamente, em Montevideu, cumprindo a agenda oficial, participando da sessão inaugural, tomando posse.

Hoje, há uma situação peculiar que diz respeito aos senadores e senadoras: somos hoje, ao mesmo tempo, senadores e deputados, porque os membros do Parlamento do Mercosul têm a denominação de Deputado do Mercosul. Portanto, hoje somos, ao mesmo tempo, senadores e deputados, uma grande satisfação para todos nós.

O Parlamento do Mercosul é um fórum regional de caráter parlamentar e legislativo. Senador Mão Santa, tenho uma expectativa muito positiva com relação ao início de funcionamento desse órgão, dessa instituição. Creio que, com o início do seu funcionamento, com a sua efetiva instalação, podemos vislumbrar, efetivamente, a possibilidade de, no seu âmbito, discutirmos a ampliação do Mercosul, inclusive discutirmos o ingresso – quem sabe? – de todos os países da América Latina para que possamos, aí sim, constituir o Parlamento Latino-Americano, tenha ele o nome que tiver, reunindo Parlamentares de todas as nações latino-americanas para que, além do aspecto econômico e comercial, possamos ter um fórum sensível às questões sociais, políticas, culturais.

Hoje ainda temos pequenas e grandes questões a serem discutidas. O Senador Cristovam Buarque lembrou aqui que, se já estivéssemos em plena atuação, esse assunto que envolve nossos interesses na fronteira com a Bolívia e na própria Bolívia estariam sendo objeto de reflexão e de deliberação nesse organismo, como outros assuntos que dizem respeito ao trato comum de uma grande região que temos ali em cima, a região amazônica, que envolve interesses não só do nosso próprio País, mas de diversos países, Senador Cristovam Buarque.

Mas, como eu dizia, tenho uma expectativa muito positiva. Espero que esse novo organismo parlamentar e legislativo surja, como não se cansa aqui de dizer o Senador Sérgio Zambiasi, de forma austera, de forma a mostrar para os povos dos países que fazem parte do Mercosul que não estamos lá para festas,

para brincar, mas estaremos lá, com certeza absoluta, para trabalharmos muito, intensamente, na busca de maior integração dessa região tão bonita, na busca de melhores condições para os povos dos nossos respectivos países.

Quero inclusive passar à Mesa o relatório da missão que cumprimos para que faça parte dos Anais desta Casa, dando, portanto, com a maior satisfação, como cumprida a tarefa e a missão inicial de, ao ser designado e empossado membro do Parlamento do Mercosul, ter feito parte e ter participado da sessão inaugural daquele foro regional, parlamentar e legislativo.

Senador Cristovam Buarque, não vou tomar muito mais tempo. Não tenho procuração do Ministro Temporão, da Saúde, para falar em seu nome, mas quero solidarizar-me com ele, que tem sido alvo de manifestações por vezes até fundamentalistas, lastimavelmente – justamente o Ministro que tem se colocado em relação a questões talvez candentes, questões que as pessoas às vezes evitam abordar e discutir, porque são muito complexas e difíceis.

Portanto, quero louvar, quero parabenizar o Ministro Temporão, por ter a coragem de enfrentá-las, por ter a coragem de emitir o seu conceito, a sua opinião como Ministro da Saúde deste País. Vejo na sua manifestação, lá no fundo, a preocupação com a saúde pública. Quando ele aborda a necessidade de, neste País, restringirmos – preocupando-nos seriamente – o envolvimento da juventude brasileira, precipuamente, com a questão da ingestão de bebida alcoólica, eu tiro o chapéu para o Ministro.

Essa é uma questão tida como meramente comercial, meramente econômica, mas não: é uma questão de saúde pública. O consumo de álcool e as mazelas que essa prática acarreta para a saúde pública do nosso País dão-se inicialmente, originariamente através do charme da propaganda, da publicidade, que introduz aspectos atrativos e faz com que a garotada – desculpem-me a expressão –, de forma desabrida, Senador Mão Santa, envolva-se com essa prática.

Eu não sou hipócrita e digo sempre: quem quiser beber que beba; agora, o que não posso admitir, Senador Mão Santa, é que o País, o Estado brasileiro continue proporcionando a possibilidade de essa prática ser difundida por instrumentos do próprio Estado.

Veja V. Ex^a: o que são as televisões e as rádios brasileiras? São instrumentos públicos cedidos à iniciativa privada por meio de concessão pública. Portanto, são instrumentos públicos. A televisão brasileira e a rádio brasileira estão veiculando maciçamente, Senador Mão Santa, a propaganda em torno da bebida alcoólica, incentivando, estimulando.

Para minha triste surpresa, um grande artista nacional, a quem eu devoto muito respeito e carinho inclusive, acaba de anunciar para o Brasil inteiro que um dia na semana, aquele dia de menor consumo de bebida alcoólica, será considerado o dia de se beber cerveja neste País, Senador Cristovam Buarque. Que coisa triste! Eu preferia que ele tivesse anunciado que seria o dia em que íamos fazer um esforço concentrado nas salas de aula, nos laboratórios de pesquisa. Eu preferia que ele tivesse colocado todo o seu prestígio, o carinho que o povo brasileiro tem por ele para anunciar ao povo brasileiro e convocá-lo a uma prática diferente daquela que ele está se prestando a propagar.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com muito prazer, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a, sem dúvida alguma, tem uma vocação de legislador. A minha vocação foi de médico cirurgião, e dou essa contribuição numa experiência. Como V. Ex^a falou do Ministro da Saúde, eu louvo a coragem dele. Mas é hora, Senador Geraldo Mesquita, de homens como V. Ex^a e o professor Cristovam irem aos Estados Unidos. Eu já fui. Outro dia eu fui à Disney World com um casal amigo e com a Adalgisa, e chegamos meia-noite e pouco. A gente chega ao restaurante em frente ao hotel e tenta tomar uma cervejinha, tentei tomar um vinho... Jamais depois da meia-noite. E outra observação: há muitos brasileiros guiando táxi naquela região de Miami e da Flórida. Eu, conversando com um deles, disse: Mas, você gosta mais de trabalhar de dia ou de noite? Ele disse: “De noite”. Eu disse: “Mas os americanos aqui são ricos, têm três ou quatro carros...” Ele disse: “Não, a cultura do americano rico é que, se ele vai para o restaurante, ele pode beber; então, chama o motorista, mesmo tendo três ou quatro carros”. Veja o que é educação. Então, essas leis foram duras, não houve a impunidade, e veio a educação. A lei é para disciplinar. E o nosso Temporão entrou em um conflito maior: aquele negócio de aborto. E nós estamos aí para ensinar. Só tem sentido o Senado se nós formos pais da Pátria, e quero dar a minha contribuição a ele, e não apenas conflitar com declarações. Em 1980, eu era deputado estadual, e chegou para o Piauí a idéia de participar de um planejamento familiar, com Bogotá, México e Estados Unidos. O Governador era médico, o Dr. Lucídio Portella, e eu, Deputado muito novo e médico, fui e acompanhei. Então, no México, veja V. Ex^a a saída nossa; V. Ex^a, que é um homem de mais capacidade legislativa do que eu – daí estou dizendo –, veja o que diz um artigo da Constituição. O México é cristão, é católico, e tem muito mais igrejas do que o Brasil. Então, diz a Constituição mexicana que o homem e a mulher podem se acasalar, têm o direito de

se acasalar e de ter o número de filhos que desejam, mas o Estado tem a obrigação de fazer o planejamento familiar. Fui a postos periféricos do Governo, visitei, participei. E participava mais do que os outros, porque eu era médico e Deputado; então, eu entrava. São verdadeiros ambulatórios em que vão os noivos. Eu achei uma coisa linda. Um assistente social planeja ali: “Não, para o ano, você não vai ter, não, porque tem eleição”. Eles planejam se vão ter filhos, dois, três; planejam a vida toda, e há os mecanismos. E o Estado é obrigado a dar o medicamento ou a realizar a esterilização do homem, que é a vasectomia, ou a ligação de trompas. Eu sei que fazem o calendário. Então, evidentemente, eles não têm essa necessidade do aborto. O que eu acho que nós temos – e V. Ex^a tem muito mais vocação e competência legislativa do que nós, pois é um homem do direito, daí eu lhe comparar à linha de Rui Barbosa – de estudar essas coisas, para que o País não tenha esse conflito. No México, eles são católicos, são cristãos, mas têm, professor Cristovam, um planejamento familiar constitucional e que funciona. Eu freqüentei os ambulatórios. Os noivos vão antes: “Eu quero ter um filho daqui a dois anos, outro e tal”, e os meios que a ciência eticamente promove. Então, era essa a minha contribuição.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Mão Santa. V. Ex^a reforça aquilo que venho dizendo em meu discurso. No início da legislatura passada, apresentei um projeto de lei tratando da propaganda comercial de bebidas alcoólicas em nosso País, sob a seguinte ótica: como eu digo, os veículos de comunicação neste País são instrumentos públicos de concessão à iniciativa privada – televisão, rádio. Sempre achei absurdo, Senador Cristovam Buarque, o Governo dar com uma mão e tirar com a outra, nesse aspecto. O que estou tentando dizer? O Governo, ao permitir que seus instrumentos públicos sejam veículos de intensa e massiva propaganda comercial de consumo de bebida alcoólica, está na outra ponta, permitindo que essa prática se reflita na saúde pública, nos hospitais, de forma intensa.

Tenho dados estarrecedores sobre estudantes e jovens. Em levantamento realizado em 1997, em 10 capitais brasileiras, mostrou que 74% dos adolescentes de escolas de ensino fundamental e médio já haviam feito uso álcool na vida.

Desses, 26,5% faltaram às aulas após beber. Por conta disso, convivemos com altos índices de abandono escolar, bem como com o rompimento de outros laços sociais importantes.

Informações obtidas no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datusus) mostram

que, no ano de 2001, Senador Buarque, houve 85 mil internações para tratamento de problemas relacionados ao uso de álcool no País. No mesmo período, foram emitidas 122 mil autorizações para internação hospitalar por distúrbios associados ao alcoolismo. O custo anual para o Sistema Único de Saúde é de milhões de reais. Portanto, o Governo – e não é somente este Governo, porque essa história vem-se arrastando ao longo dos tempos – parece fechar os olhos para esse acontecimento, porque, segundo os entendidos, ele arrecada muito com os impostos que pagam as cervejarias, aqueles que produzem bebida alcoólica neste País.

Então, é o que eu digo: dá com uma mão e tira com a outra; recebe com uma mão e contribui para que vidas sejam ceifadas, que pessoas sejam deformadas, que a desestruturação familiar neste País seja acentuada por conta dessa prática nociva. Repito, não sou hipócrita, quem quiser beber, que beba. O Governo não pode permitir que algo dessa seriedade continue acontecendo no País, Senador Cristovam Buarque. Ele não pode colocar os seus instrumentos de comunicação a serviço de uma prática nociva como essa. Quem quiser fazer propaganda de bebida, que a faça em placa no meio da rua, em *outdoor*.

Mas, nos meios de comunicação, se não for proibida sua veiculação, que seja severamente disciplinada, contida, Senador Cristovam Buarque, porque essa é uma chaga. O Papa disse, há pouco tempo, referindo-se ao segundo casamento, que isso era uma praga social. O consumo de bebida alcoólica também é uma praga social. Ontem, por exemplo, no encontro do Papa com 40 mil jovens no Pacaembu, lastimei que Sua Santidade não tivesse feito uma referência a este assunto. Era uma oportunidade de ouro, Senador Mão Santa. “Jovens brasileiros, atentem para o perigo que representa a bebida alcoólica. Vejam o que está escrito atrás daquela propaganda bonita de consumo de cerveja em que aparece uma mulher quase pelada fazendo um apelo erótico para que vocês bebam e continuem bebendo, bebendo, até se acabarem.” Lastimei que o Papa não tivesse aproveitado aquela oportunidade, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, iniciei o meu pronunciamento cumprimentando o Ministro Temporão pela sua coragem de enfrentar esses problemas. Mais uma vez, S. Ex^a teve a coragem de enfrentar a questão do aborto, Senador Mão Santa, em razão de ser o principal fiscal da saúde pública. Essa é a visão do Ministro. Segundo o meu entendimento, o Ministro Temporão não está externando sua opinião nem demonstrando preconceito ou seja lá o que for. S. Ex^a, como principal fiscal da saúde pública deste País, está chamando o

País inteiro para uma reflexão e uma discussão em torno de um assunto que mata milhares de mulheres neste País todo ano. São milhares, uma quantidade assustadora, Senador Cristovam Buarque, de abortos praticados neste País fora da previsão legal. O que o Ministro Temporão está clamando é para que este País acorde e discuta essa questão com sinceridade e clareza, sem fundamentalismo.

O que vamos fazer? Continuar fechando os olhos para uma realidade dessa? A grande maioria da população não tem acesso ao controle da natalidade – apenas uma elite o tem, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a sabe disso. Creio que o propósito dele é chamar atenção para esse fato. Aquela mulher mais desprotegida – digamos assim – na vida não tem sequer acesso a uma porta de hospital para colher um dispositivo ou algum mecanismo de controle da natalidade, Senador Cristovam Buarque.

Acredito que o Ministro esteja chamando atenção para isso. Não sei a sua opinião pessoal acerca do assunto, mas creio que ele esteja chamando atenção para este fato: saúde pública; como faremos no Brasil para debelar essa situação, esse problema e avançarmos na construção de um país mais digno inclusive. Isso é uma indignidade.

Milhares de mulheres são submetidas à prática ilegal do aborto neste País porque são levadas a isso. E o País fecha os olhos para isso. Fundamentalisticamente. Todos nós, nesse ponto, somos fundamentalistas.

O Ministro Temporão hoje declarou nos jornais que ouviu vozes para que ele baixe o tom, para que ele deixe de falar sobre determinados assuntos. Se S. Ex^a me permitir, se for realmente proibido de falar nesses assuntos, eu vou falar todo dia aqui no Senado, porque considero uma necessidade. É imperativo que todos nós nos preocupemos com isso. S. Ex^a acena para a possibilidade de realizar um plebiscito neste País – que, penso, deveria envolver somente as mulheres.

Eu colhi...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero dar, clara, a minha opinião. Eu sou pelo... Devia ser neste País. Está na Constituição – eu citei a do México: planejamento familiar, paternidade responsável e maternidade responsável.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, tenho quase certeza de que o posicionamento do Ministro da Saúde deve ser igual ao de V. Ex^a, deve ser igual ao meu, deve ser igual ao do Senador Buarque. Mas S. Ex^a está convocando todos nós para que discutamos este assunto. Para que, mais uma vez, não viremos as costas para um assunto tão importante. É dele a frase, que achei impressionante, que diz que, se os homens pudessem

engravidar, este assunto já teria tido uma solução há muito tempo, Senador Mão Santa.

Eu achei muito interessante a imagem que ele criou para todos nós.

Deixo aqui essas palavras para reflexão, para compreensão, esperando que tenhamos coragem de tomar decisões, pelo menos de abordar as questões que incomodam a tanta gente neste País, mas para as quais, não poucas vezes, voltamos as costas, até mesmo para sua reflexão, para sua discussão pública. Este assunto que não pode ficar entre quatro paredes, Senador Cristovam Buarque, pois diz respeito à saúde pública neste País e tem de ser discutido publicamente.

Então, deixo aí a minha modestíssima contribuição para esse debate. Não sou de fugir da discussão sobre um assunto como este, porque penso que seja nosso dever, mesmo sendo contrários a algumas questões expostas, participarmos de um debate que conscientize toda a sociedade de sua importância, para que juntos possamos sinalizar novos caminhos e novos rumos.

Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço-lhe pelo pronunciamento, Senador Geraldo Mesquita. V. Ex^a tem todo o meu apoio nessa sua luta. O Brasil está caminhando para ser um país alcoólatra, pois beber é a diversão dos jovens no final de semana. E essa é uma tragédia que precisamos enfrentar. Lembramo-nos muito das outras drogas, mas não nos lembramos dessa, que não apenas traz grandes problemas, mas que toca legiões de pessoas, milhões de pessoas.

Parabenizo-o e passo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Cristovam Buarque, senadoras e senadores na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Professor Cristovam, uma vez que V. Ex^a está presidindo esta sessão, gostaria de lembrar aqui um grande mestre: Sócrates. Sem dúvida alguma, a presença de V. Ex^a me faz buscar Sócrates. Mas, por que Sócrates? Porque, no mundo civilizado, ele foi o primeiro sacrificado pelos poderosos que acreditavam em muitos deuses. Ele foi mostrando aos poucos que Deus deveria ser único. Deus era a verdade, era a bondade, era o bem. Por isso, ele foi condenado.

Mas essa tese de um deus único já era compar-tilhada por outros. Mas, pela sua força de mestre, ele irradiou essa tese muito antes de Cristo ter chegado. Aí ele foi sacrificado. Ele era um mestre como o professor Cristovam Buarque é hoje o nosso mestre, e ambos, humildes.

Veio Cristo, e sabemos a história. Criou-se essa igreja da qual faço parte: a Igreja Católica. Queremos prestar aqui uma homenagem a Lutero. A igreja foi desvirtuada, era dos ricos, era dos poderosos.

Senador Geraldo Mesquita, eu gosto de viajar. Vou a países antigos e ricos, poderosos e sei que, dentro das catedrais, havia as igrejas privadas e particulares. A igreja era para os ricos e poderosos. Comprava-se passagem para ter direito aos céus, apagava-se o pecado com dinheiro. E foi Lutero quem se rebelou contra tais coisas.

Toda a mudança é complicada. Mas surgiram outros caminhos que nos aproximam de Deus.

Professor Cristovam Buarque, atentai bem para a história de que “é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”.

Veio outro reformista, Calvino, que disse que a riqueza é bendita quando vem do trabalho. E os povos enriqueceram, melhoraram. A riqueza é bendita e, com ela, se faz o bem. Assim, as mudanças continuaram.

Eu estou aqui representando o Piauí, cristão – o Piauí é cristão –, e o Brasil desde Frei Henrique. E nós temos devoção. Meu nome é Francisco, Senador Geraldo Mesquita. Francisco! Francisco, o santo, foi aquele que mais se aproximou de Cristo. Cristo nos ensinou amor, a virtude que é a mãe de tudo. Sem amor não há obra. E Francisco andava com uma bandeira, Professor Cristovam Buarque, como nós estamos andando com a bandeira do PMDB, ó Geraldo Mesquita. Mas a dele era paz e bem. E aí tinha que ser um franciscano.

Olha, a minha mãe era terceira franciscana. Eu lhe digo aqui, ó Geraldo Mesquita: ela é santa. E eu vou dizer por que ela é santa. Eu sempre disse que eu não tenho mãos santas; são mãos humanas iguais as de um médico que, guiadas por Deus, salvava um aqui, outro, acolá.

O meu avô era o homem mais rico do Estado do Piauí. Ele tinha dois navios. As indústrias floresceram e foram para o Rio de Janeiro, Cristovam Buarque, para a ilha do Governador. Eu imagino a grandeza deles, que pegaram o sabão que se fazia no Piauí com óleo de babaçu, e a cera, e levaram para lá. Olha, no sabão botaram o nome de Moraes para dar copa, o *marketing*, e a gordura Moraes, do Norte, venceu a gordura do coco carioca! Imagine você, que é do Nordeste, Cristovam, e você que é do Acre, sofrido, o que é sair do

Nordeste e ganhar hoje do Omo, um desses produtos grandiosos. E foi o que meu pai, o meu avô fez.

Eu cheguei aqui e disse, Senador Geraldo Mesquita, ensinando a este País e ao PT: Presidente Luiz Inácio, Getúlio, quando saiu do Governo depois de 15 anos, não tinha uma geladeira a querosene. Não sei se o Senador Cristovam Buarque ou o Senador Geraldo Mesquita conheceu essa geladeira. Eu conheço porque sou mais velho. Ela tinha uns pés grandes. Meu avô gritava: “Menino, vai ver”. Porque tinha uma chama, eu não sei a química, Geraldo, mas, quando ela fumaçava, não gelava. Meu avô tinha três: uma na casa da praia, uma na fábrica, e outra na casa de sobrado. O Getúlio, depois de 15 anos, saiu do Governo sem uma geladeira – eu digo isso para explicar a grandeza de Getúlio. E esses aloprados do PT estão todos milionários e ricos, roubando da Nação. Essa é a verdade.

Então, a minha mãe – olha aqui, Geraldo, eu digo que não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa – foi ser terceira franciscana, ô Cristovam. Sei que as outras têm mérito, mas ela era filha do homem mais rico do Piauí e foi ser terceira franciscana, aquela do vestido marrom, sem jóias.

Sempre digo que não sou Mão Santa, mas sou filho de mãe santa.

Foi muito justo o primeiro santo brasileiro ser franciscano. Essa Ordem está aí desde Frei Henrique de Coimbra, e eu convivi com ela de maneira próxima: na minha cidade há um convento – minha mãe dizia que eu ia ser um “frade da barbicha”. Ela me imaginou assim como o Geraldo, com a barbicha. Não sei, acho que foi Adalgisa que me desviou, e nós estamos aqui, seguimos outro destino. Mas ela sonhava, tal o ardor de sua fé, que eu seria um “frei de barbicha”.

Frei Galvão simboliza todos os frades – Frei Heliodoro, Frei Valentino, Frei Inocêncio. Mas essa Ordem não tem apenas o Frei Galvão, há muitos freis santos. Conheço um, sou testemunha de sua santidade: Frei Higinio. Com esse eu convivi. Não sei quanto a milagres, mas, se fosse eu, canonizava os dois. Não estou dizendo que Frei Galvão não é santo, mas sei das virtudes de Frei Higinio.

Em Parnaíba, Frei Higinio foi morar em um leprosário, e os leprosários de antigamente atemorizavam, os leprosos não tinham nariz, não tinham orelha, não tinham perna. Ô Cristovam Buarque, tenho traumas de infância por causa disso. A minha casa era ao lado da do bispo e, quando faltava água ou comida ou havia qualquer dificuldade no leprosário do Estado, era para a casa do bispo que os leprosos se dirigiam para reclamar. Então, ficavam – sem perna, sem nariz – discursando num jumento, e nós ali, vendo. A gente temia o leproso naquela época, e eu, mesmo fazendo Medi-

cina, não superei o trauma de minha infância, quando eu via centenas de leprosos, diante da casa do bispo, apelarem para o governo porque eles não tinham alimento – eles fugiam, saíam revoltados. Na minha casa, ao lado da do bispo, ficava trancado ouvindo os discursos. Eu fiquei com trauma! Eu fiz Medicina, mas quando via, fugia. Um Secretário de Saúde, de chofre, quando eu já era médico...

Mas, Frei Higino foi morar lá. E eu vou dizer o que é disciplina e hierarquia. Eu, filho da Janete, terceira franciscana, tive uma paixão aí por essa Adalgisa. Até tentamos fugir, mas chegando à casa da praia, já tinha gente, e voltamos. Então, decidimos casar. Encontramos o Frei Higino. E vejam o que é a disciplina, a obediência e a humildade desses freis. Ele me conhecia, eu tinha chegado a médico-cirurgião, conhecia também a Adalgisa. Ele disse: “Ah, eu tinha vontade de casar vocês, mas não posso, porque o bispo baixou uma lei dizendo que é preciso tomar três banhos”. Conto isso para dizer da santidade do Frei Higino. Aí, eu falei: “Mas, Frei, o senhor me conhece. Eu tomei tanto banho no Rio de Janeiro. Passei dois anos lá fazendo pós-graduação”. Ele disse: “Não, mas o bispo determinou que tem de tomar três banhos”. Perguntei: “E o que é esse banho?”. Ele disse: “Não, tem de ser na Igreja, lançar se já casou...”. Eu ainda retruquei, mas ele disse que tinha de obedecer o bispo. E mais, Heráclito: quando eu fui interno num colégio cearense, em Fortaleza, colégio Marista, ele era o capelão. Mas vejam a obediência. Um amigo que tinha casado, Dr. Valdir, disse: “Francisco, vá lá nos redentoristas. Tem um irlandês que me casou e foi bem ligeiro”. Fui nos redentoristas. Aliás, tem um filme aí, Heráclito, sobre a guerra da Irlanda – está em cartaz na Academia de Tênis, e o título é *Ventos da Liberdade*. Vá vê-lo! O padre irlandês que me atendeu, vendo que eu queria casar, disse: “É, mas tem uns banhos mesmo, e nós não podemos desobedecer”. Eu disse: “Mas nós viemos até da praia, já tomamos banho” – aquele meu jeito. Ele disse: “Não. O seu nome tem de passar em três missas”. Mas deu um jeito logo – isso era sábado à tarde –, ele disse: “Vai ter uma de noite; uma de madrugada, e tem outra às 7 horas da manhã. Venha aqui às 8 horas que eu o caso”. Mas quero falar do Frei Higino, o santo que foi morar no leprosário: morreu lá, cuidando dos leprosos.

E eu quero dizer aqui que aprendi uma frase desse Frei Higino, que eu conheço – e há muitos santos Galvão neste Brasil – repito sempre a frase que ele me disse uma vez: “Francisco, o bem não faz barulho, e o barulho não faz bem”. Medito sobre isso. Então, fica a minha homenagem ao Frei Galvão e a centenas de frades capuchinhos que há por aí.

Nós, que somos do Nordeste... Ô Arthur Virgílio, V. Ex^a é da Amazônia. O Amazonas, o Equador e o Peru são outro mundo, é tudo Amazônia. Fui ao Peru e lá eu soube que eles têm cinco santos, Geraldo Mesquita. Entrei numa igreja e, vendo uma imagem, perguntei o que era. Responderam que era o santo do Peru. Eu disse: “Não, vou mesmo é rezar para São Francisco”. O Peru, menor do que o Brasil em população, tem cinco santos. Lá, eu dizia: “Onde é que tem São Francisco?” – tenho minhas crenças, fui a Assis.

Mas, eu queria dar um testemunho da importância da nossa Igreja – somos cristãos, católicos por tradição – e das outras. Senador Arthur Virgílio, a voz do povo é a voz de Deus, e o povo já brasileiro já canonizou o Padre Cícero. V. Ex^a já foi ao Ceará? Há também Frei Damiano, que o Heráclito conhece demais, porque a Mariana é de Pernambuco – é uma crença do povo. E tinha de ter uma mulher no meio: a Irmã Dulce também é santa, porque o povo já a canonizou.

Mas, eu queria dizer da importância da nossa Igreja e das outras: são caminhos que nos levam a Cristo, todas são iguais, são vários caminhos que nos levam a Cristo. Geraldo Mesquita, quero dizer que aprendi aqui a importância disso.

Violência. Todo mundo está apavorado com a violência. *Pares cum paribus facillime congregantur* – Cícero, no plenário romano, diante da violência que assolava. Violência gera violência. Mas por quê? Eu participei desses debates – acho que o Geraldo Mesquita é mais profundo, porque tem a vocação de legislador que eu não tenho – e, de tudo o que ouvi, o mais importante foi o que disse o jornalista. Não sei se V. Ex^{as} estavam lá, mas o jornalista do *Jornal do Brasil*, que é do Rio de Janeiro, disse: “Olha, eu frequento as favelas, os morros, as cidades mais empobrecidas, e observei o seguinte: onde tem uma igreja, a violência é menor”. Então, concluímos agora que o Brasil precisa mesmo é de Deus. Então, é um Ministro de Deus esse Santo Galvão e o Santo Papa que tem aí.

Heráclito, V. Ex^a trouxe hoje todo o sentimento de sensibilidade que deveríamos ter: a mãe.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior já se emocionou. Ele não conhecia essa sua veia sentimental de homem, falou do coração. Eu queria dizer que também considero isso uma homenagem a minha mãe, que era terceira franciscana. Ela, que no dia da mãe foi uma bênção, recebe um franciscano como santo. Mas eu queria dizer o seguinte, como o Senador Heráclito disse bem: as saudades de quem não tem mãe. Arthur Virgílio também não tem pai, assim como eu.

Vou contar um caso – um quadro vale por dez mil palavras. O Heráclito conhece a pessoa. Eu governava o Piauí e estava na Praia do Coqueiro, no

Alô Brasil, acompanhado de alguns Ministros. Estava o Dr. Salmon Lustosa, um velho Juiz, o primeiro Juiz Federal do Piauí, com seu filho Emídio, rapagão bonito, educado, um médico fino. E eu, de repente, em respeito ao Juiz Salmon Lustosa, cuja esposa, D. Maria José, foi professora de Adalgisa, parei, deixei a comitiva das autoridades, sentei ali, conversei, acho que tomei uma cervejinha – tomo mesmo –, depois fui embora, despercebido – esta página vivida é que quero dar os brasileiros. O filho do Dr. Salmon, o Dr. Emídio, médico mais novo do que eu, embora hoje seja muito mais brilhante, chegou para mim e disse: “Mãe Santa, devo-lhe um grande favor.” Eu fiquei rememorando: será que é porque sou mais velho, como cirurgião, ou porque facilitei algumas intervenções com a minha maior idade e experiência, ou porque, quando Governador, havia facilitado a colocação de uma filha advogada na Uespi? Fiquei imaginando. Aí, ele parou e disse: “Você se lembra de quando você era Governador e parou no meu pavimento? Sabe o que você disse? Vá curtir seu pai, é só quem presta. Eu saí dali e passei cinco anos convivendo mais com o meu pai, o que agradeço a você.”

Era o que eu queria dizer: pai e mãe são as maiores bênçãos da natureza.

Eu sou da terra do Heráclito, mas não tenho veia poética como ele. Então eu vou roubar, em homenagem às mães, aquele bem pequenininho trecho que eu acho lindo. Arthur Virgílio, o poeta disse assim: “E vi minha mãe rezando aos pés da Virgem Maria. Era uma santa escutando o que outra santa dizia.”

Durante o discurso do Sr. Mãe Santa, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bonito, Senador Mãe Santa, e apropriado.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, pretendo falar um pouco de política externa neste pronunciamento, mas antes devo registrar dois fatos pelo ângulo como eu os vejo.

Primeiro, sou católico, mas sou católico dos que praticam, menos até pelo fato da missa e mais porque sinto necessidade de entrar num templo da minha religião e orar e me encontrar comigo mesmo e me encontrar, pelo que acredito, com Deus, embora eu não faça parte daqueles que se julgam interditados nos debates sobre aborto, por exemplo. Não me julgo.

Estranhei sobremaneira o Ministro Temporão, que é uma figura que me parece competente, capaz de exercer um bom Ministério da Saúde, ter dito que forças superiores lhe disseram para não falar mais sobre o tema. Sinto-me tocado e emocionado até com a visita do Papa Bento XVI ao Brasil, mais ainda com o fato de ele canonizar Frei Galvão aqui em terra brasileira, mas o fato é que o Brasil tem que encarar esta questão do aborto de maneira realista. Uma mulher que disponha de recursos faz o aborto de maneira segura numa dessas clínicas clandestinas, com todos os recursos da medicina moderna. Uma mulher pobre é obrigada a recorrer a agulhas, a curandeiros, arrisca a sua vida. Ou seja, eu não teria como deixar de marcar a minha posição nesse episódio. E não há nenhuma contradição entre a minha fé católica profunda – o Arcebispo de Manaus, hoje Vice-Presidente da CNBB, Dom Luiz Soares Vieira, queridíssimo amigo meu, sabe como eu sou católico –, mas não me sinto obrigado a me enquadrar nesses dogmas. Por isso, quero registrar a minha emoção com a presença do Papa Bento XVI entre nós, sem deixar de pontuar qual é a minha visão sobre esse tema tão relevante para a mulher.

Já que estamos às vésperas do Dia das Mães, desejo que o grande presente à mulher brasileira seja o fim da violência doméstica; seja muito mais do que o anúncio comercial da loja que quer vender TV de plasma; seja o respeito à integridade física de um animal que é mais fraco fisicamente do que o homem, mas muito mais resistente à dor do que o homem, inclusive; e, por isso, sob alguns aspectos, mais forte. Mas, sobretudo, às nossas mães, nossas mulheres, nossas companheiras cada vez mais emancipadas no contexto do mercado de trabalho, o presente que eu desejaria dar a todas elas seria o fim da violência doméstica, porque esse é um mal, uma chaga a macular a relação entre homens e mulheres, neste País. E a violência doméstica é um fato ainda muito grave.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente – e aí vem o escopo desse discurso – devemos registrar o preço que está sendo pago pelo Brasil em função dos equívocos de sua política externa terceiro-mundista, Sul-Sul, totalmente antagonizada com os Estados Unidos. Abrimos mão de uma relação privilegiada que poderíamos ter com os Estados Unidos, até como ponto de equilíbrio na América do Sul, tumultuada por figuras como Rafael Correa, Evo Morales e, sobretudo, Hugo Chávez. Por preconceito ideológico, por credences pseudo-acadêmicas do professor Marco Aurélio Garcia, por esquerdismos ultrapassados, o Brasil praticou, ao longo dos quatro anos e meio, uma política externa que traria a médio prazo – eu já dizia no primeiro dia do meu mandato, e V. Ex^a ouviu várias vezes, Sr. Presidente – pre-

juízos econômicos para o Brasil. Eu não quero nem me deter no prejuízo econômico ao receber menos a título de indenização pelas instalações da Petrobras, pelos seus ativos na exploração de gás natural na Bolívia. Refiro-me mais ao fato de que o Brasil deixa de atrair investimentos em razão também de uma política externa atrasada; o Brasil deixa de se credenciar a parcerias lucrativas.

O Brasil perdeu o primeiro mandato do Presidente Lula inteiro no sonho, um tolo sonho, sonho vão, de integrar o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Eu dizia: que ONU é esta? A ONU vive uma crise semelhante, Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa, à da Liga das Nações, que foi precisamente, décadas depois, substituída pela ONU. Após a Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações perdeu a sua razão de ser. Após a decisão unilateral dos Estados Unidos em relação ao Iraque, a ONU perdeu a sua razão de ser.

A grande bandeira para um Presidente deste País, uma potência econômica média sem pretensões a hegemonias militares no subcontinente latino-americano, teria de ser, aí sim, o Presidente Lula liderar uma luta pelo retorno aos quadros do multilateralismo no mundo e não a decisão de priorizar, em cima de uma ONU que já não existe mais, que virou uma... A ONU, quando eu passo por lá e vejo, me dá a impressão de uma universidade da antiga esquerda européia: clima gostoso, pessoas interessantes, boas de se conversar, boas de sair para se almoçar, enfim, mas sem nenhum poder de intervir sobre os destinos do mundo, de garantir a paz mundial, de fazer valer a sua vontade em relação à mediação dos conflitos.

O Brasil insistiu nisso. O Presidente Lula desfilou com um ditador africano, o Presidente Lula assinou comunicado conjunto com o sanguinário ditador da Síria, fez uma viagem ao Oriente Médio, que ele dizia “viagem de negócios”, e se esqueceu de visitar apenas os dois principais países com os quais ele podia efetivamente fazer negócios para o Brasil: a Arábia Saudita, pelo lado árabe, e Israel, pelo lado judeu. Visitou os demais países, com perspectivas quase que inócuas de incremento de comércio, até porque não tem o que incrementar mesmo. E, na verdade, ele mascarava de viagem comercial, o que, na verdade, era viagem meramente política, de cabala de votos, para o Brasil chegar ao Conselho de Segurança da ONU.

E, nesse meio tempo, o Brasil cometeu erros infantis. Erros até que denotavam desconhecimento da história do mundo, da história dos povos. Por exemplo, o Brasil se alia ao Japão, à África do Sul, e se alia à Índia, no pleito de esse chamado G-4 ingressar em conjunto na ONU. Eu entendo que um quadro mul-

tilateral, um organismo multilateral, revigorado, teria que ter espaço, sim, no seu Conselho Permanente de Segurança, para esses países do G-4 e mais para a Alemanha. Acontece que a diplomacia brasileira se esqueceu de um detalhe só, só um pequeno detalhe: dos conflitos imemoriais entre China e Japão. E que, fatalmente, a China vetaria o G-4, até porque a China jamais aceitaria a presença do Japão como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU com poder de veto.

Depois começaram as concessões. O governo brasileiro dizia: já aceito entrar como membro permanente, embora sem poder de veto. Então, haveria um membro permanente com poder de veto e um membro permanente sem poder de veto, ou seja, haveria um membro permanente de primeira classe e haveria um membro permanente de segunda classe. O Brasil já se contentava, até para depois fazer o *marketing*, fazer a propaganda, de que o Governo mais uma vez obteve uma vitória, o Brasil já se contentava em dizer: eu aceito ser membro permanente de segunda classe. A grande bandeira seria liderar, sim, a luta pelo retorno aos quadros do multilateralismo.

Nesses quatro anos e meio, o Brasil não assinou um só acordo bilateral convincente. O México assinou mais de 100 acordos bilaterais. Os Estados Unidos já firmaram acordo bilateral com o Chile e, a qualquer momento, os Estados Unidos poderão fazer a mesma coisa com o Uruguai. Ou seja, eu vejo nascer nas costas do Brasil uma Alca sem o Brasil. Brasil que só teria a ganhar se firmasse parceria com parceiros tão relevantes como – mais do que México – Canadá e, mais do que Canadá, Estados Unidos.

Em relação à Bolívia, foram dezenas de discursos em vários tons que desta tribuna foram pronunciados condenando a posição brasileira. Eu próprio pude proferir alguns. E as advertências eram claras: o Brasil estava tratando como se fosse um sindicato em termos de solidariedade com outro sindicato. É como se o Sindicato de São Bernardo estivesse em greve e o Sindicato de Osasco viesse em seu socorro, algo assim.

A cena mais grotesca dos últimos tempos que possam ter passado pela minha retina, pela minha percepção intelectual, foi aquela reunião no Uruguai, entre Kirchner, Chávez, Lula e Evo Morales. Evo Morales recebendo a solidariedade de todos, inclusive do Presidente cujo direito tinha sido violentado – o Brasil – naquele episódio de 2005, naquele episódio da nacionalização dos ativos brasileiros em território boliviano.

Um estrangeiro, um marciano, alguém de outro sistema planetário que chegasse à Terra diria o seguin-

te: deve ter havido algum *tsunami*, algum abalo sísmico, alguma coisa que dizimou metade da população da Bolívia e os Presidentes amigos estão lá a consolar o Presidente vilipendiado pelo destino. Mas não. Estava ali o próprio Presidente Lula a dizer do direito do povo boliviano a confiscar ativos brasileiros, poupança do povo brasileiro, recursos dos acionistas, inclusive estrangeiros, da Petrobras. Mas, em nome do direito do povo de não se deixar espoliar, enfim, estava lá o Brasil a consolar o Presidente que havia confiscado próprios pertencentes ao povo brasileiro.

Eu dizia desta tribuna, àquela altura, que, em política externa, não existe solidariedade no nível em que o Presidente brasileiro imagina poder praticá-la. Existe o interesse frio de cada nação, e cada nação deve defender o seu interesse com clareza. Se fizer algum bem a outro povo, que o faça pensando, sobretudo, no bem do povo brasileiro. Não se guie por sentimentalismos nem por solidariedades ideológicas, porque isso tudo não leva a bom termo em matéria de política internacional.

Agora, depois de muitas ameaças, de muitas idas e muitas vindas, a Bolívia concorda em indenizar o Brasil em US\$112 milhões, levando-se em conta que os investimentos brasileiros naquele país mereceriam investimentos ao pé da letra de, pelo menos, US\$150 milhões. O Brasil perde porque, afinal de contas, está havendo uma saída inglória da Bolívia. O País perde porque, em 2005, os lucros da Petrobras foram de US\$257 milhões, Senador Mão Santa, e, em 2006, apenas de US\$60 milhões, US\$67 milhões. O Brasil perde porque a Petrobras passou a ser vista com desconfiança pelos seus acionistas. O dinheiro investido pelos acionistas permite à Petrobras fazer a sua competente prospecção de petróleo em áreas profundas. Quando o acionista investe, ele não está pensando em outra coisa a não ser na segurança do seu capital e no retorno em termos de lucros como contrapartida para o dinheiro que está investindo. São empresas de capital aberto com ações vendidas nas principais bolsas do mundo, inclusive na de Nova Iorque, que é mais pujante de todas.

O Brasil, Sr. Presidente, abalou, com o seu gesto tolo, ideologizado e atrasado de política externa, a credibilidade da Petrobras. Levou para a Petrobras prejuízos outros que não estão sendo contabilizados. O Brasil, além de tudo isso, abriu um precedente gravíssimo. No Paraguai, não existe ninguém que imagine possível não obter do Brasil alguma suposta compensação para aquele país pela desvalorização que a moeda norte-americana tem experimentado no mundo inteiro.

Quando o dólar valia mais, o contrato de fornecimento de energia relativo à Itaipu Binacional, empresa e engenho construídos pelo Brasil... Mas, quando o dólar valia mais, os paraguaios entendiam que era ótimo, muito bom. O dólar está hoje desvalorizado, em posição desvantajosa, e os paraguaios acreditam que têm direito agora de quebrar o contrato e dizer ao Brasil que o Brasil tem de pagar como se o dólar não tivesse sido desvalorizado. E os contratos foram feitos, primeiramente, para ser cumpridos e, em segundo lugar, foram feitos em dólar, com a remuneração em dólar.

Mas já não há como imaginar que esse parceiro tão importante do Mercosul, essa nação tão querida que é o Paraguai se detenha diante do que percebeu ser a fragilidade negociadora do Brasil.

E lá vem o Paraguai, com o precedente, para cima de nós. E lá vem o Uruguai, em cima das suas dificuldades, cobrar do Brasil tratamento privilegiado, sob pena de fazer um acordo bilateral com os Estados Unidos. E o Brasil terá de fazer, futuramente, mais concessões à Argentina.

O Mercosul deixou de ser uma realidade promissora. O Mercosul não existe mais; a rigor, não existe mais. O Mercosul não conseguiu agregar nada a não ser a retórica vazia, absolutamente desconectada do mundo real, do Cel. Hugo Chávez.

O Brasil nunca poderia ter concordado com a entrada da Venezuela de Chávez, Senador Mão Santa, no Mercosul, nunca poderia ter concordado. Por várias razões. Razões econômicas: a diferença entre as políticas macroeconômicas praticadas, por exemplo, no Brasil e na Venezuela. Razões políticas de ordem democrática: o Brasil aceita, no Mercosul, sem sequer pestanejar, um país que viola a cláusula democrática na qual se assenta o mercado comum da nossa América do Sul.

Eu me recordo de que, em determinado ano, em que se intentou um golpe de Estado no Paraguai, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os Presidentes do Uruguai e da Argentina foram muito firmes. Disseram ao Paraguai com muita clareza que se o Paraguai consentisse um golpe de Estado, se acontecesse um golpe de Estado no Paraguai, o Paraguai estaria automaticamente expulso do Mercosul, porque o Mercosul não conviveria com ditaduras.

A Venezuela vira uma ditadura a cada momento e o Brasil simplesmente aceita que entre no Mercosul, com sua retórica atrasada, antiamericana, tola, estudantil, o Coronel Hugo Chávez, que está fazendo um mal incalculável para o venezuelano, sustentando aventuras de outros países e sustentando para o seu Governo tresloucado, às custas de um recurso natural não renovável e que está condenado, até pelas con-

seqüências do efeito estufa. Sabemos que, de agora em diante, temos de urgenciar a substituição dos combustíveis fósseis e, portanto, do petróleo como meio fundamental de combustível.

Mas, não tenho como, a essa altura, tomar conta do povo venezuelano; posso-me solidarizar com ele pela infelicidade que está passando, infelicidade disfarçada pelos preços dos barris de petróleo.

Mas, chega o Sr. Hugo Chávez pensando que o Mercosul é um palanque para a sua propaganda supostamente antiimperialista, claramente antiamericana, que nos distancia cada vez mais da Alca e que cada vez mais inviabiliza a idéia do Mercado Comum da América do Sul.

É uma dura lição, é uma duríssima lição essa que o episódio com a Bolívia reservou ao Brasil. Duríssima lição!

Gostaria muito que o Governo brasileiro tivesse aprendido algo com esse sofrimento, com essa vicissitude. São prejuízos econômicos de duas ordens, e repito ao encerrar, Sr. Presidente, prejuízos econômicos visíveis, palpáveis, ou seja, o Brasil recebe menos do que investiu em território boliviano.

O Brasil deixa de continuar operando e lucrando para a Petrobras, numa parceria que poderia ter sido muito melhor do que a de hoje, que já não é mais parceria, se não tivesse havido a ação de Chávez e de Morales, absurdamente apoiada pelo Presidente Lula, num primeiro momento, não sem aviso nosso desta tribuna, sem exaustivos avisos nossos desta tribuna!

E o Brasil perde economicamente porque, praticando essa visão de mundo que pratica o Brasil, não facilita a confiança de investidores, não facilita...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, a Petrobrás de “O petróleo é nosso”, de Getúlio Vargas, de Monteiro Lobato... Mas, olha como está pagando caro o petróleo brasileiro. Como paga caro o povo brasileiro sobre o gás de cozinha. Esse desmatamento que está havendo aí é porque estão voltando ao carvão, à lenha, porque está proibitivo, é o gás mais caro de todo o mundo. Arthur Virgílio, você vê bem aí no Chile, você vê bem aí em Buenos Aires, que o preço de uma corrida de táxi é mais barato do que o mototáxi no Brasil, porque aqui é caro o combustível. Bem ali, você coloca cinco reais e enche o tanque de um carro comum. Hoje, no Brasil, é cento e cinqüenta e sou um homem prático. Piorou muito porque a quantidade de motoristas honrados e decentes que modificaram o seu carro principalmente aqueles com maior dificuldade que tinham carros antigos, aqueles carros grandes, que gastavam muito combustível, petróleo e gás, pois a quantidade de taxistas que está aí, que investiu acreditando no compromisso que seria mais

barato, pelo gás que seria barato... Então, esse povo vai sofrer, já está vivendo em dificuldade. A verdade tem que ser dita. A Petrobras pode ter a sua ambição, a sua ânsia por dinheiro, muito, gastando dinheiro às vezes até para fazer política, gastando dinheiro que não deve; deveria gastar dinheiro baixando combustível, porque aí baixava o custo de vida dos brasileiros, que é um dos mais caros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa, pela relevante contribuição a este discurso que já finalizo.

Não vejo sinal de que a Bolívia vá arrefecer. Não vejo sinal. Vejo que a Bolívia vai recrudescer nas suas políticas. Vejo uma certa tendência de certos países da América do Sul de mergulharem no que havia de mais obscuro no século passado. O Presidente Rafael Correa decretou moratória de uma dívida externa insignificante do Equador, colocando o seu país na contramão da globalização, sem nenhuma necessidade prática de fazê-lo. Fez porque fez. Entendeu que aquilo era um dever ideológico seu.

Agora, o Chávez não merece comentários. O Sr. Evo Morales vai numa escalada. O Presidente Lula tem o bom exemplo ao seu lado da SRA. Michelle Bachelet. Ele tem a boa companhia aqui no Mercosul mesmo do Presidente Tabaré Vázquez. Não temos contradições maiores com a Colômbia, nem temos. E é auspicioso dizer que nem temos contradições com o Presidente do Peru, que, parece-me, ter voltado reciclado ao comando daquele país.

Mas, o aviso que fica é que o Brasil precisa rever pontos fundamentais sobre a sua política externa. Não vejo o menor sinal de que a Bolívia vá desistir desse comportamento. O Brasil é que tem que alterar o seu. O Presidente Lula já não fala mais, no Brasil, do Conselho Permanente de Segurança da ONU. Que bom! Afinal de contas, o realismo vai chegando atrasado, mas vai chegando.

O Brasil tem usado uma retórica mais dura, embora muito pouco dura, em relação à Bolívia. Fez concessões, está aceitando até pagamento em gás, pagamento parcelado de algo que é muito abaixo da indenização, minimamente merecida pelo investimento que o Brasil fez naquele país. E haja prejuízo para a Petrobras e haja desconfiança por parte dos acionistas da Petrobras no mundo inteiro.

O Brasil tem que colocar na sua cabeça oficial algo bem simples: que o papel de um governo é defender o interesse do seu povo e do país de maneira fria, calculada, determinada sob pena de causar terríveis danos econômicos para as gerações que virão depois de nós.

O papel do estadista, do homem de Estado, não é governar com olho na mídia, nem com o olho na

conjuntura que se vive, mas governar pensando nas futuras gerações. Isto seguramente não está sendo feito por este Governo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, ouvimos o Senador Arthur Virgílio dissertando sobre as dificuldades que o País pode enfrentar em relação à hidroelétrica de Itaipu. Volto meu pensamento aos governos militares tão acusados, tão atacados, e eu perguntaria: o que seria deste País, hoje, se os militares, com a coragem que tiveram, enfrentando todas as dificuldades e as críticas da época, não tivessem construído Itaipu e Tucuruí? O Brasil estaria submetido a uma espécie de apagão geral. Não teríamos indústrias, não teríamos emprego, não teríamos energia nas residências e seria a infelicidade geral.

Senador Mão Santa, ou este Governo enfrenta, com muita coragem e com muita determinação, os problemas ligados à energia elétrica ou, a despeito de Itaipu e Tucuruí, caminharemos para o apagão mesmo.

Estou vendo aqui, Sr. Presidente, informações da **Folha de S. Paulo** de hoje, que diz o seguinte:

Cerca de 400 índios Guajajaras da terra indígena Cana Brava, no Maranhão, bloqueiam há três dias a BR-226, entre Grajaú e Barra do Corda (MA), e ameaçam incendiar duas torres de transmissão de energia elétrica da Eletronorte. A rodovia e a linha de transmissão passam por dentro da reserva.

Os Guajajaras reivindicam a reabertura do escritório da Funai (...)

Essa é uma outra questão, pois eles também fazem este movimento para reivindicar a reabertura desse escritório da Funai – o que talvez até seja justo – que fica próximo dessa reserva.

Essa reserva não existia quando se construiu a BR-226. A rodovia, portanto, é anterior à reserva, e hoje os índios, por se encontrarem à margem da rodovia, o que é um benefício para eles, bloqueiam a rodovia e ameaçam destruir torres de transmissão de energia elétrica, provocando, seguramente, um apagão em todo o Estado do Maranhão, se eles o fizerem, e em outros Estados do Norte e Nordeste do Brasil.

Eu era Governador quando eles procederam da mesma maneira. Fiz um contato com o Ministro da Justiça, fizemos reuniões pacíficas em Barra do Corda e resolvemos o problema. Eles haviam seqüestrado diversos brasileiros que viajavam pela BR-226.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além disso, atualmente, temos a questão da usina hidrelétrica de Estreito, no meu Estado, que foi, ao longo de 20 anos, examinada, estudada e que, afinal, teve decidida pelo Governo Federal a sua construção. Houve uma licitação pública e ganhou um consórcio, que, afinal, obteve da Funai e de todos os órgãos autorização para construir. Começou a construção. Dias depois, por instâncias do Ministério Público e de associações da região, a construção foi suspensa. E suspensa ficou.

Ora, quando se inicia a construção de uma hidrelétrica, e de grande porte, para cerca de 1,08 milhão de quilowatts, não se pode parar. Mas veio o Ministério Público, que já vinha questionando antes das decisões governamentais tomadas, e embargou a obra junto à Justiça. O juiz tomou a decisão, mandando suspender a construção. Paralisa-se a construção, demitem-se centenas de empregados e tudo volta à estaca zero. Mas o consórcio que ganhou a licitação da construção da obra não recebeu nenhuma comunicação do juiz. Aí, resolveu reiniciar as obras – ele não tinha recebido nenhuma comunicação! Soube realmente da decisão judicial, mas nenhuma comunicação foi feita. Reiniciou. Agora, vem de novo o Ministério Público, vêm de novo associações e criam novos embaraços.

Eu não sei onde vai parar este País! Ou este País toma uma decisão como Nação, olhando seus mais legítimos interesses – e não há interesse maior neste momento do que energia, seja energia elétrica, seja o gás, seja o petróleo –, ou então, daqui a pouco, nós não teremos mais indústrias funcionando, não teremos mais os bares, onde as pessoas vão tomar suas cervejas, funcionando, não teremos mais nada neste País. O Brasil não é um País artesanal; é uma grande Nação, uma Nação econômica e não pode submeter-se a esses solavancos que a cada minuto aparecem.

Eu trago aqui a minha solidariedade ao povo do Maranhão, trago a minha solidariedade a todos os brasileiros que estão submetidos a essas dificuldades, tentativas... E faço um apelo ao Ministério Público: fiscalizem, sim – o Ministério Público presta um serviço relevante ao Brasil, a todos os brasileiros –, mas sejam cordatos e conscientes no exame dessa matéria. Há 20 anos que se examina essa usina hidrelétrica de Estreito e, também, a de Serra Quebrada que fica logo abaixo do rio Tocantins, no Estado do Maranhão.

A hidrelétrica de Serra Quebrada, que é do mesmo porte e que servirá tanto ao Brasil, chegou a ser licitada, e ganhou um consórcio. Pois bem. Foram tantos os embaraços criados, depois disso, pelo Ibama, pela Funai e pelo Ministério Público, que as empresas do consórcio desistiram: “Não queremos mais essa hidrelétrica”. E essa será, seguramente, não a maior, mas a melhor

hidrelétrica do País, porque ela está muito próxima de uma grande cidade. Então, não se precisa construir, Senador Mão Santa, como se fez lá na Boa Esperança. Não se precisa construir uma cidade nas proximidades da usina. A cidade já existe lá. Não se precisa construir uma grande linha de transmissão, que custa o preço da hidrelétrica, porque ela já existe nas proximidades. E temos lá seis índios... Heróicos, bravos índios! Em razão deles, não se completa a autorização para ser construída a grande hidrelétrica. Eles não aceitam ser transportados para uma reserva próxima. Querem ficar ali. Os interesses de milhões de brasileiros ficam, assim, suplantados pelos interesses de seis indígenas e também pelas razões levantadas pelo Ibama.

Fica aqui, portanto, o meu apelo ao Ministério Público, ao Ibama, à Funai e ao Poder Judiciário também, no sentido de que olhem com realismo essas situações que existem. De outro modo, vamos começar a retroceder e, se não tomarmos providência, vamos voltar à Idade da Pedra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a uma aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço, com muito prazer, o eminente Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, tenho certeza e convicção de que V. Ex^a é hoje o maior patrimônio político do Maranhão. Isso eu já sabia. Mas V. Ex^a é hoje um dos maiores patrimônios políticos desta Casa e do Brasil. Lá no Maranhão – sei sua história – V. Ex^a foi um governador extraordinário, de que o povo tem saudade, mas aqui presidiu, por pouco tempo, mas no tempo mais difícil, mais tumultuoso desta Casa, quando se digladiavam, cassava-se o Presidente, foi muita confusão que se irradiou aí. Ele entrou, atravessou o “mar vermelho” da crise e entregou o comando ao nosso Ramez Tebet, que está no céu e deixou V. Ex^a aí. Hoje, dia em que é santificado um brasileiro, V. Ex^a mostrou ao Brasil que esta Casa tem de ter os pais da pátria, que V. Ex^a simboliza.

Enquanto se fala aqui dessa fé, desse relacionamento entre países, intervenção, Petrobras, Morales, V. Ex^a busca a história que deve nos guiar, mostrando que não foi assim, que, se João Goulart, digamos assim, estatizou uma empresa, foi a pedido do povo americano por meio de seu Presidente. Então, entendendo que o Presidente da República tinha de chamá-lo e ouvi-lo. V. Ex^a hoje é essa sabedoria não mais apenas do Maranhão. E o que V. Ex^a aconselhasse deveria ser obedecido. V. Ex^a não é hoje apenas pai do Maranhão. Quero dizer o que penso das coisas. V. Ex^a trouxe João Goulart. O Presidente Sarney, com todo o meu respeito e admiração, é hoje o grande estadista deste País. Mas a vida é assim, Presidente Sarney. O herdeiro político

de Getúlio Vargas, o grande estadista que citei há pouco, pela sua austeridade, foi João Goulart. O herdeiro político mesmo do Presidente Sarney é Edison Lobão, porque o Maranhão e o Brasil querem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Mão Santa, agradeço, mais uma vez, pela generosidade de suas palavras. Recebo-as com muita felicidade, com tranqüilidade de alma e de pensamento porque V. Ex^a é um cultor da história, um homem de extrema cultura e sempre nos encanta com seus discursos e exemplos.

Não se constrói um país sem olhar para trás, Senador Geraldo Mesquita Júnior, vendo a História. A História é o balizador do futuro. A História é o passado. Temos de construir o presente e o futuro, e não o faremos nunca, sobretudo em bons termos, com bons limites, se não nos mirarmos no passado. É o que frequentemente faz o Senador Mão Santa. E eu, até aprendendo com S. Ex^a, procuro fazer também, ao trazer o exemplo de João Goulart, que era um populista. Era um homem de coração muito bom, João Goulart, mas ele vivia submetido às pressões do populismo do momento. Porém, nem assim ele expropriou empresas multinacionais. O que ele fez, portanto, com as hidrelétricas – eu disse aqui na parte da manhã – do grupo americano chamado Amforp, ele o fez numa combinação de estadistas, de chefes de Estado, ele e o Presidente Kennedy, a pedido do Presidente Kennedy. Mas depois se apontou: “Não, o João Goulart, corajosamente, desapropriou, expropriou”. Não foi isso. Por que temos de criar uma crise de relacionamento entre os países por conta de um acontecimento que não houve? Foi essa a informação que eu trouxe aqui.

Muito grato, Senador Mão Santa.

Fica, portanto, Sr. Presidente, o registro que aqui faço deste problema das hidrelétricas brasileiras. Ou o Governo toma, corajosamente, a iniciativa de se entender, se for o caso, com o Ministério Público e, corajosamente também, põe sob controle o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a Funai (Fundação Nacional do Índio), ou então o nosso futuro não será o do crescimento, como é anunciado pelo próprio Governo, e não será o do pleno emprego, o que todos nós desejamos. Se não há energia elétrica, não há indústria, não há comércio, não há nada. Ou se toma como parâmetro a existência de um estoque confiável de energia elétrica, ou não teremos crescimento.

Para concluir, Sr. Presidente, uma palavra final de cumprimento a todas as mães, como já fizeram aqui alguns Senadores, entre os quais o Senador Mão Santa.

As mães são exatamente aquelas que mais sofrem no lar. É da responsabilidade dela a organização da família. Ela cuida do filho, desde o instante em que

ele é gerado. Ao nascer, eu sei o quanto elas sofrem. A minha mãe teve nove filhos, numa cidade em que não havia sequer médico. Ela era assistida, ao dar à luz, por parteiras e se tornava a gestora das dificuldades do lar e também a própria médica, porque não havia outra solução.

A todas as mães, portanto, o meu cumprimento, a minha saudação, e que Deus as ilumine sempre para que possam continuar servindo as suas famílias e ao seu País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 6, de 2007, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e*

obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003).

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

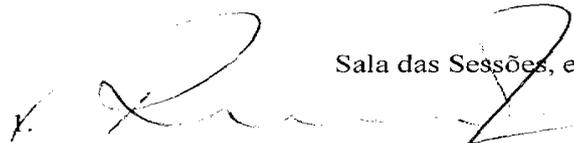
RECURSO Nº 6, DE 2007

Nos termos do § 3º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos recurso para apreciação em Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2007.

– **Romero Jucá, Sibá Machado, João Ribeiro, Augusto Botelho, Serys Silessarenko, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Edinaldo Azevedo, Mão Santa.**

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2007

1. 
 2. Sibá Machado
 3. João Ribeiro
 4. Augusto Botelho
 5. Serys Silessarenko
 6. Garibaldi Alves
 7. Valdir Raupp
 8. Edinaldo Azevedo
 9. Mão Santa (Mão Santa)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera o art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento

do Norte – FCN, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências;

– **Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2005**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que “institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata” e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regulamenta o § 7º, do art. 226 da Constitui-

ção Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”, a fim de garantir efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo-o no rol das atividades básicas do programa de atenção integral à saúde;

– **Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2006**, de autoria da Senadora Serys Slhessa-
renko, que institui o dia 4 de dezembro como o “Dia Nacional do Perito Criminal”;

– **Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o ano de 2007 como “Ano Nacional Oscar Niemeyer”; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prever o financiamento pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, de sistemas de investigação, nas modalidades que cita, e dá outras providências.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os projetos, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007 – Complementar**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Ao projeto foi apresentada uma emenda, que passo a ler.

É lida a seguinte:

EMENDA (de Plenário) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007, QUE ALTERA O ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001, PARA ESPECIFICAR OS DADOS FINANCEIROS NÃO SIGILOSOS, PARA FINS DE INVESTIGAÇÃO DE ILÍCITO PENAL.

EMENDA Nº 2 – PLEN

Dê-se ao § 5º do art 1º da Lei Complementar nº 105/2007, de que trata o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007 – Complementar, a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 5º Para fins de investigação de ilícito penal ou administrativo, não se opõe o sigilo dos seguintes dados do investigado: (NR)”

Justificação

A presente emenda busca adequar o texto da lei sob dois aspectos. Em primeiro lugar, há modificação da redação originalmente proposta, pois entendemos que poderá ensejar interpretação diversa da pretendida. A ampla discussão ocorrida no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal deu conta de que o objetivo da inclusão de um § 5º no art. 1º da Lei Complementar nº 105/01 é conferir ao investigador instrumento de celeridade na obtenção de dados que compõe a própria investigação. Assim, de posse de dados como endereço e números de contas bancárias, o investigador poderá, qualificadamente e de forma mais precisa, requerer quebra de sigilo bancário.

Não nos parece que o espírito da lei que ora se modifica seja o de afastar a qualidade de sigilosos dos dados referidos nos incisos do novo parágrafo, mas tão somente de permitir ao investigador que possa ter acesso a dados requeridos às instituições bancárias, sem que estas deixem remetê-los ao argumento de proteção de sigilo. Os dados de que trata a inovação continuam sendo constitucionalmente protegidos pelo sigilo, em conformidade ao art. 5º da Carta Magna. Entretanto, nos parece o que se pretende é que em se tratando de investigado por crime, o sigilo não se opõe ao investigador e a este recai o dever de resguardá-lo.

A se manter a redação definida na proposta original, “não são dados sigilosos para os fins de investigação de ilícito penal”, subtrai-se dos dados a qualidade de protegidos pelo sigilo nos casos em que haja investigação de crime. Nos parece, diante da sistemática definida pelo constituinte, providência impossível. Veja-se que a própria lei complementar em discussão não afasta, em momento algum, a proteção do sigilo bancário, no qual se inserem os dados cadastrais. O § 3º do art. 1º da legislação citada dispõe que “não constitui violação do dever de sigilo”, e em seguida elenca incisos que tratam do compartilhamento e troca de informações sigilosas entre instituições, nos casos especificados. Não se afastou o sigilo propriamente, mas garantiu que naquelas situações de compartilhamento de informações, as instituições envolvidas na troca não pudessem ser acusadas de violação de sigilo. Da mesma forma, o art. 2º, em seu § 1º assim dispõe: “O sigilo, inclusive quanto a contas de depósitos, aplicações e investimentos mantidos em instituições financeiras, não pode ser oposto ao Banco Central do Brasil” em seguida informam seus incisos que nos casos em que o Bacen esteja exercendo sua função fiscalizatória, as instituições financeiras não podem se negar a prestar as informações sigilosas. A **contrario sensu**, o artigo permite uma interpretação que, excetuado o Bacen, para o qual não pode ser oposto sigilo, a proteção do

segredo desses dados está garantida. Em outras palavras, a lei não questiona nem flexibiliza a qualidade de sigilo dos dados, mas permite um comportamento de troca de informações de dados sigilosos desde que o dever de sigilo também possa ser transferido aquele que recebe as informações protegidas.

Dessa forma, nos parece mais adequado ao texto da lei complementar em vigor, e em conformidade com a Constituição Federal, que se adote a forma de redação proposta pela presente emenda, pois desta feita, estaremos alcançando o objetivo de permitir a qualificação das investigações aliado às garantias de proteção aos dados que os investigadores poderão obter.

A segunda modificação proposta, que alcança o mérito da proposição original, se trata de ampliar o acesso desses dados às autoridades administrativas nos casos de ilícito administrativo.

O objetivo da alteração é assegurar o acesso aos dados que podem ser obtidos na investigação penal também às investigações de ilícitos administrativos. Ressalte-se que a modificação proposta guarda total consonância com a legislação já existente acerca das hipóteses de exceção à proteção de sigilo fiscal e bancário. Com efeito, verifica-se que a própria lei complementar, objeto da discussão e proposta de alterações, em seu § 3º, inciso IV, dispõe que não constitui violação do dever de sigilo a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa. A Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro, e criou o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), prevê no art. 15: “O Coaf comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito”.

Da mesma forma, a Lei Complementar nº 104/2001 trouxe alteração ao Código Tributário Nacional e conferiu nova redação ao art. 198, que assim passou a dispor:

CTN – “Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes:

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa”.

Então, a ampliação para que autoridades administrativas possam obter as mesmas informações que são obtidas no caso de investigação de ilícito penal, se trata apenas de uma adequação para conferir ao novo texto harmonia e coerência interna na própria lei que se altera. No entanto, a mesma norma que coloca em igualdade de condições a investigação por ilícito penal e aquela realizada para apurar ilícito administrativo, também exige que a autoridade requisitante das informações pretendidas comprove a existência de procedimento investigatório regularmente instaurado, conforme o inciso II supramencionado. Na mesma linha, temos que o universo dos dados que podem ser obtidos em face de investigação para ilícito penal ou administrativo deve se cingir às informações referentes ao formalmente investigado.

Face ao exposto, temos que a presente emenda apenas busca adequar sistematicamente o ordenamento jurídico, considerando o que determina a Constituição Federal e a legislação vigente no que tange às exceções de sigilo e também no que toca ao procedimento instaurado para apurar a prática de ilícito administrativo.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A matéria volta à Comissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006** (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *institui o Programa Disque Idoso*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu da Comissão de Assuntos Econômicos o relatório apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária Externa criada naquele órgão, nos termos do **Requerimento nº 5, de 2007 – CAE**, para colher *in loco* informações sobre o acidente ocorrido na Linha 4 do Metrô de São Paulo.

É o seguinte o relatório recebido:

Relatório da Comissão Temporária Externa de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, criada para colher **in loco** informações sobre o acidente ocorrido na Linha 4 do metrô de São Paulo, nos termos do Requerimento nº 5, de 2007-CAE.

- Requerimento de criação da comissão.....1
- Ofício nº 45/2007-CAE, comunicando aprovação do Relatório.....2
- Relatório.....3
- Anexo I.....12
- Ficha de Sinopse.....22

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2007-CAE

Requeiro, nos termos dos arts. 74, inciso II, e 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Externa da Comissão de Assuntos Econômicos, formada pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Marconi Perillo, Wellington Salgado e Cícero Lucena, a fim de debater sobre o processo de contratação de parceria público-privada, em tramitação nesta comissão (OF./5 nº 17, de 2006), e acompanhar as ocorrências divulgadas pelo laudo técnico que apontou falhas na estrutura metálica da

estação Fradique Coutinho, Estação 4 (amarela) do metrô de São Paulo.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2007.
– Senador **Aloizio Mercadante**.

Of. nº 45/2007/CAE

Brasília, 20 de março de 2007

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 76, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta comissão aprovou em sua 6ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de março do corrente, o Relatório da Comissão Externa, criada para colher **in loco** informações sobre o acidente ocorrido na Linha 4 do metrô de São Paulo, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Estado, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Marconi Perillo, Wellington Salgado e Cícero Lucena e pelos Senadores Flexa Ribeiro e Garibaldi Alves Filho, Relatores, respectivamente, do Ofício S nº 17, de 2006, e do Ofício S nº 2, de 2007, concluindo essa Comissão Externa, portanto, o desempenho de sua missão.

Respeitosamente, Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

COMISSÃO EXTERNA CRIADA PARA COLHER *IN LOCO* INFORMAÇÕES SOBRE O ACIDENTE OCORRIDO NA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO , INCLUSIVE AS MEDIDAS ADOTADAS NO ÂMBITO DO ESTADO.

Relatório

Da visita

Composição da Comissão:

Senador Aloízio Mercadante
Senador Cícero Lucena
Senador Eduardo Suplicy
Senador Flexa Ribeiro
Senador Garibaldi Alves Filho
Senador Marconi Perillo
Senador Romeu Tuma
Senador Wellington Salgado

1. INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Econômicos, diante do lamentável acidente com sete vítimas fatais, ocorrido no dia 12 de janeiro último na construção da Estação Pinheiros da Linha 4 do Metrô de São Paulo, amplamente veiculado na imprensa nacional, aprovou, em reunião realizada em 12 de fevereiro do corrente ano, a criação de uma Comissão Externa, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, representantes do Estado de São Paulo; pelo Senador Garibaldi Alves Filho, na condição de Relator do Ofício "S" nº 02, de 2007, em pauta (parceria público-privada do Governo do Estado de Pernambuco), pelo Senadores Cícero Lucena, Wellington Salgado e Marconi Perillo, e também pelo Relator da presente matéria, para *in loco* colher as informações pertinentes, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Governo do Estado de São Paulo.

Em 26 de fevereiro do corrente ano de 2007 a Comissão se deslocou à cidade de São Paulo, ausentes, justificadamente, os Senadores Wellington Salgado e Marconi Perillo. A comissão colheu informações junto à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo; junto ao Ministério Público Estadual; à Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô; ao Consórcio Via Amarela (responsável pela construção) e demais órgãos e pessoas com envolvimento nas obras.

2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

PRIMEIRA REUNIÃO

A Comissão se reuniu com membros do Ministério Público de Estado de São Paulo, tendo à frente o Procurador Geral do Estado, Doutor Rodrigo Pinho, que prestou as informações de sua alçada, inclusive as medidas adotadas que apuram a responsabilidade criminal, investigam a segurança da obra e eventual omissão do administrador público na fiscalização da obra.

Participantes

- Dr. Rodrigo Pinho, Procurador-Geral de Estado;
- Dr. Gabriel Bitencourt Perez, Chefe de gabinete da Procuradoria-Geral;
- Dra. Marisa Rosa Teixeira Dissinger, Procuradora de Justiça Coordenadora do Centro de Apoio do Meio Ambiente e Urbanismo;
- Dr. Carlos Alberto Amin Filho, Dr. José Carlos Blat, Dr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, Dr. Roberto Luis de Oliveira Pimentel; Dr. Fernando Reverendo Vidal Akaoui, todos Promotores de Justiça.
- Dr. Aldo Galeano, Diretor do Decap
- Dr. Dejair Rodrigues; Dra. Maria Inês Valente, Delegadas responsáveis pelo inquérito criminal,

Informações prestadas

O Procurador Geral informou que o Ministério Público instaurou três inquéritos para a apuração de responsabilidades no acidente ocorrido na estação Pinheiros, com os procedimentos em andamento. Adiantou também que a Secretaria de Segurança Pública do Estado instaurou dois procedimentos investigativos para apuração dos fatos.

Declarou que o MP não acolheu, por falta de fundamentos, um pedido para ingressar com ação judicial requerendo a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004, que institui o programa das parcerias público-privada do Estado de São Paulo.

Informou que foi assinado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Preliminar para Tutela da Ordem Urbanística (TAC), entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Consórcio Via Amarela, a Companhia do Metropolitano de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), para definição das obrigações assumidas pelo Consórcio de construção das obras, de forma que as condições de segurança e tranquilidade sejam asseguradas em todas as frentes de trabalho.

A retirada dos escombros da estação está estimada para ser concluída em três meses. Igual prazo é a previsão da elaboração do laudo do IPT, ocorrendo a retomada das obras na estação em cerca de seis meses .

No TAC, o Consórcio Via Amarela se obrigou a paralisar a obra em 23 frentes de trabalho, com exceção de obras de manutenção da segurança,

até o término da perícia e da avaliação do IPT, que o Consórcio contratou para esse fim. A previsão de retomada das obras é de 30 dias.

O Consórcio deverá disponibilizar, em seu sítio na internet, o cronograma da execução das obras, com fotos e imagens atualizadas, e os boletins de não conformidade da obra serão abertos para acompanhamento permanente com a finalidade de conferir transparência ao andamento das obras.

Quanto às indenizações às famílias das sete vítimas do acidente, três processos já foram concluídos e pagos pelas seguradoras, estando os quatro restantes em fase de negociação avançada.

SEGUNDA REUNIÃO

A segunda reunião da Comissão foi realizada na Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, onde os Secretários de Estado das áreas envolvidas prestaram as informações pertinentes.

Participantes

- Dr. Luiz Antônio Martey, Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania;
- Dr. Izaias Santana, Secretário adjunto da Justiça;
- Dr. José Luiz Portella Pereira, Secretário dos Transportes Metropolitanos;

- **Dr. João Faustino Ferreira Neto, Subsecretário da Casa Civil;**
- **Dra. Cláudia Cunha, da Companhia Paulista de Pareeira, representando o Senhor Secretário da Fazenda;**
- **Dr. José Jorge Fagali, da Gerência de Custos e Controle do METRÔ**
- **Dr. Sérgio Henrique Passos Avelleda, da Gerência Jurídica do METRÔ**

Informações prestadas

O secretário da Justiça e Defesa da Cidadania confirmou as informações prestadas anteriormente pelo MPE, relativas às indenizações às famílias das vítimas, afirmando também que as indenizações pelos danos materiais estão em fase avançada de negociação.

Informou que o Governador José Serra orientou os Secretários para que, em ocorrendo de dificuldades ou impasses nos procedimentos indenizatórios, o Estado deve assumir o encargo para posteriormente acionar o Consórcio em ação de regresso.

O Secretário de Transportes, por sua vez, esclareceu que foram celebrados instrumentos distintos para regular o projeto de construção da linha e o de sua operação, sendo que o contrato de construção é regido pela Lei 8.666/93 (obra pública) e o contrato de operação é fundamentado nas legislações federal e estadual que tratam das parcerias público-privadas.

Disse também que o contrato da PPP foi assinado em 29/11/2006. Segundo ele, ficou assegurado ao Governo do Estado um prazo mínimo de seis meses para assinar a ordem de serviço referente à elaboração do projeto da fase I, prazo este contado a partir da data da assinatura do

contrato. Limitada a OS, a Concessionária tem o prazo mínimo de 24 meses para iniciar a operação comercial.

Afirmou que a previsão da entrega da obra pelo Consórcio Via Amarela, responsável pela construção, inicialmente programada para 04/2009 mantém-se inalterada e, ainda que haja eventual atraso a conclusão deverá ocorrer até 06/2009.

Esclareceu aquela autoridade que se houver atraso na entrega da obra em razão do acidente, a penalidade contratual prevista em benefício da Concessionária da Linha 4 (PPP) será absorvida pelo Consórcio da construção ou pelas seguradoras contratadas.

Lembrou também que o estudo dos impactos orçamentários da PPP, apresentado ao Senado Federal pela Secretaria de Transportes Metropolitanos, em 2006, cuja relatoria está a cargo do Senador Flexa Ribeiro já considera um atraso de 21 meses.

TERCEIRA REUNIÃO

A terceira e última reunião ocorreu no canteiro de obras do Consórcio Via Amarela. Os representantes do Consórcio forneceram informações em consonância com as outras reuniões e informaram a adoção das medidas de segurança a que estão obrigados conforme o instrumento contratual celebrado e o TAC firmado com o MPLÉ. Fizeram também uma exposição com detalhamento técnico e entregaram um folder explicativo do processo construtivo.

Participantes

- Fabio Gandolfo, diretor do Consórcio Via Amarela
- Wagner Marungoni, diretor do Consórcio Via Amarela
- Otton Moraes, diretor da empresa Queiroz Galvão
- Rui Vaz, diretor da empresa Queiroz Galvão
- Flávio Barra, diretor da empresa Andrade Gutierrez
- Geraldo Correa, diretor da empresa OAS.

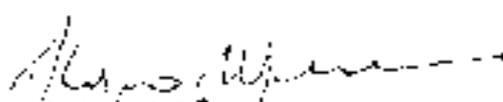
3. CONCLUSÃO

A Comissão ficou convencida de que os procedimentos para a apuração de responsabilidades no grave acidente ocorrido na Linha 4 do Metrô de São Paulo – Estação Pinheiros, foram adotados e estão em tramitação regular tanto no Ministério Público Estadual como no âmbito do Governo do Estado.

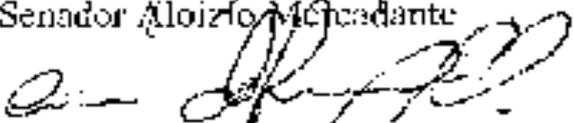
A segurança dos trabalhadores, dos moradores do entorno da obra, do patrimônio público e privado, e dos transeuntes foi objeto de um Termo de Compromisso de Conduta para Tutela da Ordem Urbanística, firmado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, o Consórcio Via Amarela, a Companhia do Metropolitano de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. O TAC elenca as obrigações do Consórcio para assegurar a segurança e a tranquilidade em todas as frentes de trabalho.

As medidas adotadas demonstram o firme empenho do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério Público Estadual na apuração dos fatos e no equacionamento das questões advindas do acidente.

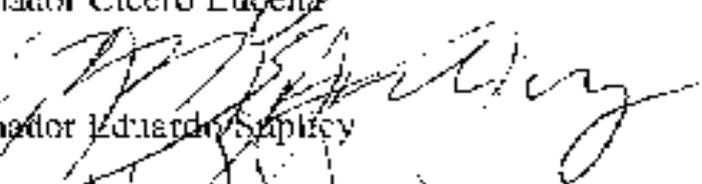
Diante das informações colhidas, entende a Comissão que inexistiu impedimento para a discussão e apreciação do Ofício "S" nº 17, de 2006, matéria sob a relatoria do Senador Flexa Ribeiro.



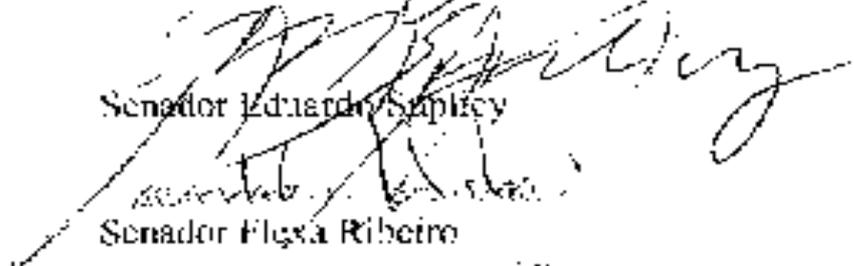
Senador Aloizio Mercadante



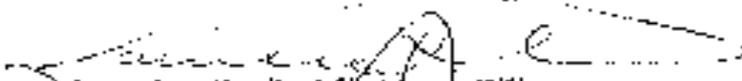
Senador Cicero Lucena



Senador Eduardo Suplicy



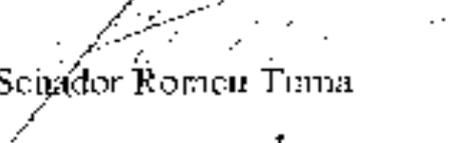
Senador Flexa Ribeiro



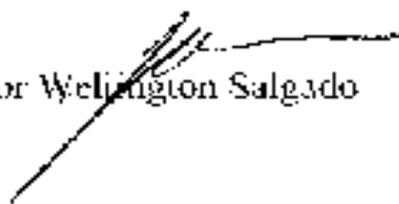
Senador Garibaldi Alves Filho



Senador Marconi Perillo



Senador Romeu Tuma



Senador Wellington Salgado

Sala das Comissões Em 6^o de março de 2007

ANEXO I

ENVIADO POR SUA EXCELÊNCIA, SENADOR ROMEU TUMA.

INFORMAÇÕES DA REUNIÃO DE HOJE 26 EM 07 NO CANTEIRO DE OBRAS DO CONSÓRCIO DAS EMPREITEIRAS DA OBRA DA LINHA 4 AMARELA DO METRÔ DE SÃO PAULO

Resumo das respostas obtidas na reunião no canteiro de obras do Metrô linha 4, no Jaguaré, dia 26 as 15h, com os Senadores Suplicy, Mercadante, Flex Ribeiro e Dr. Tuma. Quem respondeu e comentou todo o projeto e o acidente foi o Eng. Fabio Gandolfo do Consórcio das empreiteiras. Estavam presentes o engenheiros das empresas que constituem o consórcio.

Perguntas e respostas foram formuladas pela assessoria do Senador Tuma.

O atual consórcio foi o ganhador de uma concorrência com outros consórcios?

Sim. Foi uma concorrência internacional, envolvendo diversos concorrentes brasileiros e estrangeiros agrupados em 15 consórcios.

Qual o método de contratação foi o chamado TURN KEY ??? Ou seja, preço pré determinado para o projeto total, para a entrega completa da obra ???

O modelo de contratação seguiu as prescrições da lei 8.666 para Empreitadas Integrais e o tipo de contrato é adotado em projetos financiados pelo Banco Mundial (alem de muitos outros contratantes públicos e privados) com base no modelo EPC (Engineering-Procurement-Construction) editado pelo IFDIC (International Federation of Consulting Engineers), em 1999, também conhecido como "IFDIC Silver Book".

Este tipo de contrato transfere para a parte contratada vários riscos comerciais em proteção da parte contratante, embora esta mantenha plenos poderes de decisão sobre fiscalização, aprovação, acompanhamento, alterações, garantia de qualidade, etc.

Devido à grande responsabilidade comercial na parte contratada, as construtoras costumam se agrupar em consórcios integrados (joint ventures), para melhor poder enfrentar os riscos assumidos, bem como costumam contratar apólices de seguros vultosas e abrangentes, resseguradas por grandes re-seguradoras internacionais.

• **Data da assinatura do contrato com o Metro**

3/10/2003

Quais empresas que compõe o atual consórcio

CBPO Engenharia (desenho); Camargo Correa Construções e Comércio, Construtora Andrade Gutierrez, OAS e Gáudio Salgado (obras civis) e Siemens e Alstom (Sistemas Fixos de Energia)

Existe divisão de trechos para cada empresa ??

Não. Todas as obras civis são assumidas de forma integrada pelo Consórcio .

Qual o valor inicial do contrato para a linha 4 ?

Lote 1: R\$ 868 milhões

Lote 2: R\$ 723 milhões

Lote 3: R\$ 219 milhões

Que empresa realizou o projeto total desta linha.

Para confecção do projeto executivo o Consórcio contratou o Consórcio Projetista Linha 4, formado pelas empresas: Themag, Figueiredo Ferraz / CJC, Planserv, Noronha, Engecorps, Engevix, Maubertec, Intertéchn e Setepla todas elas com experiência aprovada pelo Metrô.

Que empresa realizou os trabalhos de sondagens do terreno dessa linha

Geotécnica na fase pré-licitação e Alphageos e Lenk na fase executiva.

O financiamento desta linha que procedência tem: quanto e a parte do Estado de SP, quanto de bancos internacionais ou outros organismos financeiros.

O Banco Mundial, com US\$269M; O CBTG, com US\$209M e o restante o Governo do Estado de São Paulo.

Quais os trechos desta linha que estão mais adiantados ,

As estações dos lotes 1 e 2 e os túneis da via de Lote 2 (Estação Faria Lima - Estação Vila Mônia).

Qual o prazo para o termino de cada trecho.

Conforme cronograma vigente - 30/11/2008

03/03/2007

As responsabilidades de cada trecho são distribuídas para cada integrante do consórcio ou ele responde solidariamente em conjunto ou seja o consórcio e o responsável único sem divisão a cada integrante dele ?

O Consórcio responde à CMDF de forma conjunta e solidária, não havendo distinção de trecho em relação aos obras civis.

Que tipo de serviços são terceirizados pelo consórcio. Exemplo: escavações, remoção de terra, soldagens, sondagens, concretagens, serviços dos guindastes, etc.Qual o critério para a contratação dos serviços terceirizados quem e o responsável pela decisão e contratação.

Como regra geral os serviços especializados são sub-contratados com terceiros. Sondagens mecânicas, instrumentação especializada, perfurações, controle sísmico, transportes especializados, fabricação de tirantes, ensaios laboratoriais específicos, Sistema WEB de Gerenciamento de Projetos, etc.

As empresas subcontratadas são avaliadas pela sua qualidade, preços, capacidade e serviços prestados anteriormente na sua área de especialidade. A decisão é tomada pela equipe dirigente do consórcio ou pelo seu conselho de representantes em casos especiais.

Como é feito o gerenciamento da obra como um todo, como e feito o controle de qualidade da obra, quem tem acesso aos relatórios do controle de qualidade, quem em ultima instancia e o responsável por ele ???

Vários sistemas são utilizados no gerenciamento da obra, tais como o sistema de planejamento, sistema de sub-empiteiros, sistema de controle de custos, sistema de comunicação (SITESCABE), sistema de qualidade, etc.

O sistema de Garantia de Qualidade foi desenvolvido pelo Consórcio e seus procedimentos estão previstos no respectivo Manual de Qualidade, que também prevê as listas de distribuição de relatórios através do SITESCABE, inclusive para os departamentos competentes indicados pelo Metrô. Possui uma equipe de 03 pessoas.

No tipo de contrato em questão, cabe ao contratante fiscalizar e verificar se o Sistema de Garantia de Qualidade implementado pela contratada está cumprindo com seus objetivos e ordenar quaisquer ajustes ou alterações que julgar devidos.

Casos específicos:

- **O levantamento do terreno dos trechos da linha 4, sondagens específicas de cada tipo de solo foi feito por que empresa? Ou empresas?**

Geotécnica na fase pré-licitação e Alphageos e Lenc na fase executiva

Quem assina o laudo descritivo dessas sondagens e que responsabilidade específica tem sobre cada laudo. No decorrer das escavações houve acompanhamento do responsável pelo laudo prévio da sondagem??? Ou as empresas comunicavam, havia intercâmbio permanente de informações entre as empresas e quem foi o responsável pela engenharia de solo, das sondagens prévias dos trechos ???

O relatório de sondagem (boletim) é assinado pelo responsável técnico da empresa que executou a sondagem. O Consórcio Projetista Linha 4, através de suas integrantes, é o responsável perante o Consórcio pelas modelagens geológicas, que são discutidas com o Consórcio e seu board de consultores, sendo os resultados dessas análises distribuídos para destinatários pré definidos no Sistema de Comunicação (inclusive do Metrô) para avaliação, aprovação, comentário, etc.

Na relação entre o Metrô e o Consórcio, este é o responsável final por todas as peças de engenharia produzidas após a assinatura do contrato, cabendo ao Metrô a responsabilidade pelas informações prestadas aos licitantes no processo de licitação.

Quem e o responsável pelas análises de verificação de ocorrências de danos nos prédios circunvizinhos assim como pelos problemas observados pela área de controle de qualidade da (obra)??? Como foi o sistema de comunicação do resultado dessas análises aos superiores, aos encarregados de tomarem decisões, isto é muito importante para a apuração das responsabilidades, inclusive das mortes.

A responsabilidade pelas análises e verificações de danos aos prédios circunvizinhos à obra é do Consórcio, com a supervisão do Metrô e das autoridades competentes em cada caso.

Para tal, o Consórcio estruturou um corpo de assistentes sociais e peritos em danos estruturais, a quem cabe o contato com a comunidade afetada, instruindo sobre problemas que podem ocorrer, ruídos típicos ou não, sirenes de alerta, a quem recorrer, cadastramento e inventariamento fotográfico e descritivo das condições de cada imóvel, acompanhamento de reclamações, dúvidas e sugestões, etc.

Para cada trecho de obra há uma equipe permanente nessa função, cujo líder responde à coordenação do contrato.

Sondagens da Estação Fradique Coutinho

.O serviço de soldagem foi terceirizado, por quem, por que empresa, por que técnico especialista em soldagem, qual o critério da escolha da empresa ou pessoa para a terceirização desse trabalho???

Na avaliação do consórcio existe risco de algum dano mais grave nessa Estação da Fradique. Que providências já foram tomadas para esse caso. Existe algum problema técnico com as soldas nessa Estação ? Na mídia noticiou-se muito que haveriam riscos graves, que existe na qualidade de soldagem, existe realmente riscos de acidente grave nessa Estação ???

Todos os serviços de soldagem são executados por empresas especializadas avaliadas pelo Consórcio, as quais contam com profissionais devidamente qualificados, treinados e avaliados. O controle de qualidade é função da importância do serviço na segurança efetiva da obra.

É importante citar, neste contexto, que não existe risco nas obras da estrutura provisória da Estação Fradique Continho, pois as soldas citadas não têm relevância estrutural no cálculo desta estrutura provisória.

A notícia de que haveria riscos graves em função da qualidade das soldas destas estruturas provisórias foram feitas sem conhecimento do projeto destas estruturas.

No caso da Rua Capri; é verdadeira a notícia que houve decisão em substituir o sistema do shield - do tatuzão - pela escavação direta usando o método NATM New Australian Tunneling Method ???

Não. O projeto da Estação Pinheiros sempre foi em método NATM

Acrescentamos que não há casos no mundo em que túneis de estações de metrô foram escavados por máquinas tuneladoras de escudo (shields) devido às suas dimensões incompatíveis com tal método.

Esse método NATM - New Australian Tunneling Method foi utilizado na Estação Pinheiros, ou no buraco da rua Capri???. Sabe-se que o acidente foi no buraco da Estação não no trecho do túnel onde vão correr os trens. Teria esse acidente ocorrido por uma sucessão de erros, somatória de decisões erradas???

O método NATM foi utilizado na escavação do "túnel" da estação a partir do poço de acesso, este escavado segundo metodologia própria para escavação de poços de grande diâmetro. O colapso ocorreu na porção Norte da Estação Pinheiros (sentido poço - Faria Lima), o que, por sua vez, desestabilizou parte da lateral do poço, unindo a cratera decorrente do colapso da estação com o poço circular de acesso previamente construído.

· Não é possível afirmar que existe sucessão de erros ou somatória de decisões erradas. As causas desta fatalidade exigem estudos complexos que serão desenvolvidos pelo IPT, instituição de capacidade técnica reconhecida por toda a comunidade científica da engenharia nacional. Qualquer afirmação sem uma análise técnica cuidadosa e prematura é até mesmo irresponsável sob a visão legal e ética.

Qual o custo aproximado do uso do sistema via tatuzão ou de escavação direta ou o NATM???

A questão não tem uma resposta, pois o custo dos 2 métodos são variáveis em função dos comprimentos a serem escavados, das condições geológicas, e vários outros fatores. Existem até mesmo situações em que o método shield não se aplica, não havendo então condição de comparação dos custos.

É importante ressaltar, que antes da existência de túneis shield, todos os túneis eram escavados no método NATM.

Cabe ressaltar novamente que **estações de metrô de dimensões similares à da Estação Pinheiros não são escavadas no método shield.**

Se esta afirmação é verdadeira a quem cabe a decisão, a que empresa integrante do consórcio ??? Estes dados já foram identificados e remetidos ao Ministério Público ou ao Inquérito Policial ???

A afirmação de que houve mudança no método executivo do túnel da Estação Pinheiros, de "tatuzão" para NATM, não é verdadeira.

Qual o histórico de acidentes, fatais ou não, nas obras da Linha 4?

Até antes do acidente na futura Estação Pinheiros tivemos o registro de 1 acidente fatal, com um operário do Consórcio, nas obras da Estação Oscar Freire.

Nas obras da Linha 4 do Metrô, as taxas de frequência de acidentes, com afastamento ou sem afastamento, bem como as taxas de gravidade, medidas de acordo com padrões internacionais fixados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e pelo Ministério do Trabalho e a correspondente DRT, vêm sendo exemplarmente baixas até Dezembro de 2006.

Em Dezembro de 2005 ocorreu um grave acidente nas imediações do povoamento Arraio, com desmoronamento de duas casas, sem vítimas, já que neste caso o tipo de ruptura que provocou o desmoronamento perniciosa que as casas fossem corroboradas antes do colapso.

RE-18/04/2005 cerca de 10 casas no bairro do Pinheiros foram desocupadas, pelo mesmo motivo, mas as movimentações do terreno cessaram com a seleção das estruturas de estabilização.

A decisão do Governo do Estado de SP de paralisar a obra em vários trechos como noticiado na imprensa vai determinar o atraso muito significativo no cronograma do projeto ??? Haverá prejuízo financeiro para o consórcio ??? Ele está previsto e como estima-se um ressarcimento deste que não tenha sido identificado como de responsabilidade do consórcio ???

O recente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Preliminar para Defesa da Ordem Urbanística (TAC), assinado pelo Metrô e pelo Consórcio junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, em 15/02/2007, estabelece alguns procedimentos preliminares quanto a paralisações, vistorias e laudos técnicos, respondendo também sobre questões de prazo para atendimento emergencial das medidas solicitadas pelo poder público.

A responsabilização financeira e eventual ressarcimento irão depender das circunstâncias que ocasionarem os atrasos e interrupções, bem como o que dispõem os termos do Contrato. Ademais, os prejuízos financeiros do Consórcio também serão tratados no âmbito da apólice de seguro contratada pelo Consórcio e seus agentes seguradores.

Independentemente da questão da responsabilidade e deste relacionamento securitário, o Consórcio vem agilizado ao máximo o pagamento e reparos às famílias das vítimas e pessoas afetadas pelo acidente, bem como a continuidade da assistência social que vem prestando desde as primeiras horas após o acidente com o objetivo de minimizar todos os incômodos sofridos pela comunidade afetada com prioridade de atendimento às famílias das vítimas fatais, procurando minimizar os efeitos econômicos a estas famílias, já que os efeitos psicológicos das perdas das vidas de entes queridos é irreparável pela via econômica.

Esta ocorrendo dispensa de operários ou funcionários no consórcio ???

Não, exceto casos excepcionais, por razões administrativas.

Quantos operários mais funcionários trabalham atualmente para o consórcio.

Cerca de 2800.

Qual a data estimada, prevista para a inauguração desta linha 4 ???

As datas contratuais não foram alteradas

Qual o número de passageiros dia estimado a serem transportados quando estiver em pleno funcionamento.???

Cerca de 900.000 passageiros dia, conforme previsão da CMSP.

Fornecer de modo muito resumido o cronograma que estava previsto para o andamento dos trabalhos desta linha 4.

Cronograma anexo.

Por fim: o modelo de contratação TURN KEY poderia ser determinante ou contribuir para o aumento de riscos na obra uma vez que para preservar ou otimizar os resultados estariam sendo eliminados itens básicos de segurança ???

Em nenhuma cláusula do chamado contrato "Turn Key" entre a CMSP e o Consórcio há qualquer abertura que diminua ou restrinja os poderes de fiscalização do Metrô ou que de alguma forma seja liberal com falhas de qualidade ou segurança por parte do contratado.

Por o contrário, a modelagem desse tipo de contrato vem evoluindo justamente no sentido da maior responsabilização do contratado, o que tem feito com que grandes obras privadas, como usinas hidrelétricas de grande porte, auto-estradas concessionadas à iniciativa privada sejam cada vez mais contratadas nesta modelagem, com vistas a proteger a parte contratante, seus investidores e seus financiadores.

É um modelo de contrato mundialmente utilizado por contratantes privados globais e públicos para grandes projetos de engenharia, tendo seu histórico de aplicação largamente registrado nos anais dos congressos do ITDIC e outros organismos multilaterais e de arbitragem internacional.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, DE 2007

Data da leitura

Autor

COMISSÃO - Comissão de Assuntos Econômicos

Ementa

Requer, nos termos dos artigos 74, inciso II, e 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Externa da Comissão de Assuntos Econômicos, formada pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Marconi Perillo, Wellington Salgado e Cláudio Lucena, a fim de debater sobre o processo de contratação de Parceria Público-Privada, em tramitação nesta Comissão (OFS 17, de 2006), e acompanhar as ocorrências divulgadas pelo laudo técnico que apontou falhas na estrutura metálica da estação Fradique Coutinho, Estação 4 (Amarela) do Metrô de São Paulo.

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)

RQE 00005 / 2007

02/04/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Encaminhado ao plenário.

28/03/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Recebido neste Órgão, nesta data.

20/03/2007 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: COMISSÃO CONCLUI DA

Em 20/03/07 durante a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos o Presidente, Senador Aloizio Mercadante, passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, Relator da Comissão Externa, para que proceda à leitura do Relatório da Comissão Externa. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Cláudio Lucena. Após a conclusão e aprovação do Relatório, pelos membros da Comissão Externa, o Presidente encaminha nos termos do art. 76, § 2º, do R.I.S.F., o Relatório ao Plenário do Senado Federal. Anexadas Ata e Notas Taquigráficas da 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (fls. 32 a 47). Anexado Relatório aprovado pela Comissão e Anexo I, enviado pelo Senador Romeu Tuma (fls. 48 a 66). Anexado o Ofício nº 45/2007-CAE, datado de 20/03/07 ao Presidente do Senado Federal, comunicando o desempenho da missão da Comissão Externa (fls. 67). À SSCLSF.

15/02/2007 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATERIA COM A RELATORIA

Anexadas Ata e Notas Taquigráficas da 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, na qual a Comissão cria a Comissão Externa, formada para colher informações sobre o acidente ocorrido na linha 4 do metrô de São Paulo, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Estado, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Marconi Perillo, Wellington Salgado e Cláudio Lucena e pelos Senadores Flexa Ribeiro e Garibaldi Alves Filho, Relatores, respectivamente, do Ofício "S" nº 17, de 2006, e o Ofício "S" nº 02, de 2007 (fls. nºs 15 a 26). O Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, designa o Senador FLEXA RIBEIRO Relator da Comissão Externa.

15/02/2007 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATERIA COM A RELATORIA

Anexados os Ofícios nºs 18, 22 e 23/2007-CAE datados de 14/02/07, solicitando a presença do Sr. Fábio Gandolfo, Representante do Consórcio Via Amarela, do perito Nelson Augusto Damásio, técnico responsável pelo laudo, e do engenheiro José Brito na Audiência a ser realizada em 26/02/07, às 14:00 horas, no escritório situado no canteiro de obras do Metrô de São Paulo. Anexado o Ofício nº 19/2007-CAE, de 14/02/07, solicitando ao Excmo. Sr. José Serra, Governador do Estado de São Paulo, providências cabíveis no sentido de que seja realizada em 26/02/07, às 10:00 horas, na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, uma Audiência da Comissão Externa com o Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Luiz Antônio Marrey, Secretário dos Transportes Metropolitanos, José Luiz Poma e, com o Presidente do Metrô Luiz Carlos David, a fim de debater sobre o processo de contratação de Parceria Público-Privada, em tramitação nesta Comissão, e as ocorrências divulgadas pelo laudo técnico que apontou falhas na estrutura metálica da estação Fradique Coutinho na Estação 4 (Amarela) do Metrô de São Paulo. Anexado o Ofício nº 21/2007-CAE, de 14/02/07, ao Excmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, solicitando passagens aéreas e hospedagem.

15/02/2007 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 14 (quatorze) folhas numeradas e rubricadas. À CAE.

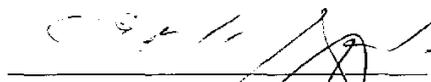
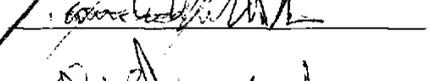
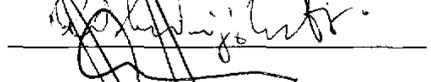
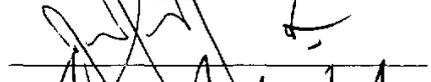
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 504, DE 2007

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do expediente da sessão de 14 de junho do corrente ano, seja destinado à homenagear os pioneiros da informática no Brasil, quais sejam o Tesouro Nacional, o Ministério da Agricultura e a IBM, por ocasião do transcurso de noventa anos da chegada das primeiras máquinas de processamento de dados ao Brasil. Com essa comemoração, o Congresso Nacional celebrará o início da era da informática no País.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2007.

1. Senador	
2. Senador	
3. Senador	
4. Senador	
5. Senador	
6. Senador	

REQUERIMENTO Nº 505, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido designado para integrar a delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em viagem oficial à cidade de Valparaíso – Chile, com saída do Brasil no dia 15 e retorno no dia 18 de maio próximo, venho solicitar, nos termos regimentais, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País neste mesmo período.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2007. – Senador **Sérgio Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O Srs. Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VÍRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, com um programa iniciado logo de manhãzinha, rumo a Itapiranga, em caravana de dez ônibus, a população desse próspero Município do Amazonas comemorou, no dia 2 último o 13º aniversário da primeira aparição de Nossa Senhora ao vidente Edson Glauber.

A festa, organizada pela Prelazia de Itapiranga, por iniciativa do Bispo de Itacoatiara, Dom Carilo Gritti, vem sendo uma forte manifestação de fé religiosa dos moradores da cidade. A cidade de Itapiranga é jurisdicionada à Prelazia de Itacoatiara, que congrega ainda os Municípios de São Sebastião do Uatumã, Urucurituba, Silves e Uruará.

Os registros da Igreja contam que a primeira aparição de Nossa Senhora a Edson ocorreu em 2 de maio de 1994. Dessa data para cá, a devoção à Santa ampliou-se, com muitas conversões de fiéis e milagres.

Dom Carilo, segundo entrevista publicada no jornal *Em Tempo*, diz não se opor a esse tipo de manifestação religiosa, entendendo tratar-se de *algo de Deus*. Não é para menos, como explica, pois há mais de dez anos que as aparições ocorrem em Itapiranga.

Glauber, o vidente que vê Nossa Senhora com frequência, já visitou a Itália e o Vaticano. Dom Carilo acompanha o desenvolvimento dessas manifestações e, por via das dúvidas, conta que o vidente já se submeteu a diversos exames com psicólogos e psiquiatras. Todos afirmam que ele é uma pessoa normal e equilibrada.

No entanto, o Bispo de Itacoatiara lembra que o reconhecimento das aparições pelo Vaticano demanda um certo tempo, com estudos e possível comprovação de casos de milagres.

Ao fazer este registro, transmito cumprimentos afetuosos à população de Itapiranga e ao Sr. Edson Glauber, por intermédio de Dom Carilo Gritti, Bispo da Prelazia de Itacoatiara, bem como ao Prefeito do Município, José Nivalter Corrêa Li, Carlos Augusto Viana Freire, extensivamente aos Vereadores do Município.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que pesquisas, como a que dá seqüência aos estudos sobre o genoma do Guaraná, estão seriamente ameaçadas no meu Estado, o

Amazonas. E não só essa. Todas as pesquisas, mais do nunca necessárias e inadiáveis ao desenvolvimento e aproveitamento da biotecnologia da Amazônia, e à conseqüente utilização em bioindústria, correm o mesmo risco.

O que ocorre é apenas a repetição de algo que já se vai tornando rotina: o contingenciamento de verbas destinadas a essa área e alocadas, no Orçamento da União, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A desculpa? Também a mesma: o Governo opta por atingir a chamada meta de superávit primário, pouco se lhe importando os prejuízos que isso causa à Ciência e à Tecnologia, vistas, também, e só, pelo mesmo Governo, como uma espécie de *patinho feio*.

Talvez por ser a área sempre relegada pela Esplanada, o CT-Amazônia, um dos 17 fundos setoriais administrados pela FINEP, do Ministério da Ciência e Tecnologia, acaba sendo, como de hábito, o mais prejudicado. Imagino até que falta a esses administradores uma correta visão de futuro, de futuro do Brasil! Eles talvez ignorem que o futuro do Brasil depende, sim, da Amazônia. E Amazônia sem pesquisas é inadmissível. Se não bastasse a biopirataria a que a região está sujeita, acresce mais esse fator negativo, de negligência, desleixo, descuido, incúria, desatenção, menoscabimento ou menosprezo.

Juntei todos esses substantivos para denunciar essa que é uma falha imperdoável do Governo. Não a aceito! Não a aceitam os pesquisadores, cientistas e estudiosos que se dedicam à Amazônia; não a aceitam os amazonenses. Sobretudo porque o dinheiro tungado (ou desviado para o superávit primário) não é do Governo!

Não é, mesmo! E explico:

É dinheiro do fundo decorrente do depósito compulsório de 5% do faturamento bruto das empresas de Informática estabelecidas no Pólo Industrial de Manaus. É dinheiro destinado ao desenvolvimento tecnológico (P&D).

Explico ademais: do total recolhido, 2,3%, no mínimo, devem ser alocados a investimento externo, sendo 1% aplicado mediante convênio com instituições de ensino e/ou pesquisa; e 0,5% deve ser depositado trimestralmente no Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico/CT-Amazônia. E a parcela para investimento interno, de 2,7%, no mínimo, é reservada para projetos de P&D desenvolvidos pela própria empresa.

Desde do ano de 2002, as indústrias do ramo de Informática vêm depositando esses recursos no FNCT/CT-Amazônia.

Agora, o mais grave: no ano seguinte, 2003, esses depósitos somaram R\$31,8 milhões. Incrivelmente,

te, incrivelmente mesmo, o MCT reteve a totalidade desses recursos.

Sigo, com cifras: em 2004, a arrecadação somou R\$ 28,4 milhões. Novamente, por incrível que possa parecer, o Tesouro Nacional contingenciou 65% desse total. Aos projetos, e para não dar muito o que falar, destinou a merrequinha de R\$9,9 milhões. O avanço indevido nesse dinheiro foi tal que, na tentativa de reduzir protestos – protestos legítimos – houve um aceno da Secretaria de Orçamento Federal de liberar R\$21,3 milhões para “fomento a projetos institucionais para pesquisa na Região Amazônica”. Em 2005 e 2006, as verbas escaparam ilesas da cobiça do Governo Federal.

Para este ano de 2007, com a previsão de arrecadação de R\$20 milhões, não vai sobrar um tostão, porque esse dinheiro, insuficiente, já está comprometido com projetos em andamento.

Em suma, o Governo da União usa de ventriloquia e parece não se importar com a letra rígida da Lei.

Aonde foram parar os R\$50,3 milhões do FNCT/CT-Amazônia? O Governo não responde nem explica, mas há denúncias de que o dinheiro da Amazônia está sendo desviado para outras regiões. Era só o que faltava! A denúncia é séria, pelo que leio na imprensa de Manaus.

Explico: as verbas desse Fundo destinam-se exclusivamente a pesquisas no Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá. Mas têm sido destinadas ao Pará e a Bahia, o que, no entanto, é desmentido pelas autoridades. Nessas explicações, alegam que o contingenciamento é determinado pelo Governo Federal. Sei disso, todos sabemos que é assim. Mas isso não justifica o erro!

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com muita satisfação que recebi o *Boletim Informativo* da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – referente ao mês de dezembro de 2006.

Afirmo isso com convicção porque, ao longo de minha carreira como homem público, tenho me batido pela transparência dos órgãos governamentais. Tenho a certeza de que um país verdadeiramente democrático é aquele em que a população é informada das ações dos agentes públicos.

A Anvisa, afirmo sem medo, foi um belo passo dado pelo Governo brasileiro no intento de tornar mais atuante a tarefa de regular as atividades de vigilância sanitária, em prol de uma melhor qualidade de vida de nossa população. Garantir a saúde de nosso povo

constitui tarefa cívica, merecedora de nossos maiores elogios.

Pelo que tenho acompanhado, a Anvisa tem-se mostrado cumpridora de seus deveres na condição de defensora da saúde pública. Isso pode ser claramente percebido pelo *Boletim*, de cujo recebimento trago notícia para os meus Colegas Parlamentares.

Entre as matérias tratadas, gostaria, em primeiro lugar, de ressaltar a agilização do registro e controle de agrotóxicos. Diante do crescimento da atividade agrícola no Brasil e, conseqüentemente, do uso de defensivos agrícolas, tornou-se urgente o aperfeiçoamento das medidas de registro e controle de herbicidas.

No Ministério da Agricultura estavam registrados mil e cem agrotóxicos, cujas licenças demoravam, em média, quatro anos para ser concedidas. Espera-se que o tempo se reduza para apenas 120 dias, com as medidas tomadas pelo Governo Federal.

Em outra matéria do *Boletim*, é entrevistada a farmacêutica e bioquímica Maria Cecília Brito, Diretora da Anvisa. Sua entrevista é esclarecedora, na medida em que mostra os esforços da Agência para tornar os trâmites burocráticos mais céleres.

Ainda relevante é a matéria sobre o III Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (Simbravisa), que ocorreu entre os dias 26 e 29 de novembro de 2006, em Florianópolis (SC). Trata-se do encontro mais importante da área no Brasil. Para que os senhores e as senhoras possam mensurar sua importância, ao longo do Simpósio foram apresentados mais de mil e duzentos trabalhos relativos à vigilância sanitária.

Maria Cristina da Costa Marques, coordenadora científica do evento, informa que o tema do seminário – “Vigilância Sanitária, Risco e Desigualdade: quem se importa?” – foi uma tentativa de estimular o desenvol-

vimento de ações práticas da vigilância voltadas para uma sociedade desigual. Ela acrescenta, ainda, que “frente à globalização e à desigualdade social crônica no Brasil, era necessário direcionar o simpósio para essa realidade”.

O Seminário é relevante também porque estimula a produção científica na área, um dos objetivos da Anvisa. A propósito, a Agência planeja, em 2007, dar início à Universidade Virtual de Vigilância Sanitária.

A Anvisa é destaque, também, em matéria sobre os vencedores do 11º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. A Agência foi bem-sucedida em duas iniciativas. A primeira é a “Melhoria de gestão com foco no trinômio: pessoas, processos e tecnologia da informação”; o segundo é “Hospitais Sentinela: uma estratégia de vigilância de pós-comercialização de produtos de saúde”.

Por fim, em artigo assinado, o Presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Raposo de Mello, destaca a excelência, a transparência e a descentralização como os pilares para enfrentar os novos desafios administrativos que se põem diante da Agência.

A publicação do *Boletim*, Sr. Presidente, é uma iniciativa capaz de tornar-se exemplo para aproximar o Estado da sociedade. Só assim, creio eu, o Brasil alcançará a plena democracia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 56 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Silhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns - PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia - PSDB	1. Cícero Lucena - PSDB
Jayme Campos - PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E - Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo - PSDB	1. Papaléo Paes - PSDB
Rosalba Ciarlini - PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E - Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315

E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**
(5 titulares e 5 suplentes)

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003
2ª Eleição Geral: 30.06.1999 **5ª Eleição Geral:** 23.11.2005
3ª Eleição Geral: 27.06.2001 **6ª Eleição Geral:** 06.03.2007

Presidente:
Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2. (vago)		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. (vago)		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

¹ Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

¹ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
PFL	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PT/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/PFL/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 94 PÁGINAS